

UNIVERSIDADE DE LISBOA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FACULDADE DE LETRAS



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



LETRAS
LISBOA



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

MORTE NA IDADE MÉDIA: A VISÃO DOS CRONISTAS OFICIAIS
PORTUGUESES DO SÉCULO XV

ANA CRISTINNI RABELO COSTA ESTEVES MENDES

DISSERTAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA E CULTURA DAS RELIGIÕES

2016

UNIVERSIDADE DE LISBOA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FACULDADE DE LETRAS



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



LETRAS
LISBOA



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

MORTE NA IDADE MÉDIA: A VISÃO DOS CRONISTAS OFICIAIS
PORTUGUESES DO SÉCULO XV

ANA CRISTINNI RABELO COSTA ESTEVES MENDES

Dissertação orientada pela Prof^a Doutora Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues

MESTRADO EM HISTÓRIA E CULTURA DAS RELIGIÕES

2016

Dedico este trabalho ao meu pai Antônio de Pádua de Oliveira Costa que confiou e investiu em mim e, apesar de não estar mais entre nós, me deixou a melhor herança de todas: o conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação de mestrado contou com importantes apoios e incentivos directos e indirectos sem os quais não se teria tornado uma realidade e aos quais estarei eternamente grata.

À Prof. Doutora Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues que não foi só uma excelente orientadora como também uma pessoa abençoada que entrou em meu caminho com a missão de me ajudar a colocar esta dissertação em papel.

À equipe administrativa da Universidade pela paciência e celeridade que sempre tiveram em resolver as muitas situações que surgiram durante o caminho.

Ao meu marido António Bernardo Esteves Martins Mendes por estar ao meu lado em todas as situações e por agarrar meu sonho como dele próprio.

Aos meus pais Antônio de Pádua de Oliveira Costa e Vera Ana Rabelo de Almeida que sempre acreditaram nos meus sonhos e me ajudaram a realizá-los.

Aos meus irmãos Ana Karinni Rabelo Costa e Antônio de Pádua de Oliveira Costa Júnior pelo apoio incondicional e pela confiança que depositam em mim.

Ao meu irmão Marcos Pádua Rabelo Costa e minha cunhada Amanda Floripes pelo investimento e suporte financeiro sem o qual não teria conseguido seguir com a dissertação.

Aos meus sogros António Mendes e Isabel Esteves pelo carinho e suporte que me deram.

À amiga Aline Valentino que sempre me impulsionou a querer sempre mais, acreditando em mim e em minha capacidade.

E, por último, às amigas Patrícia Nunes, Alline Góis, Lurdes Maria e Fernanda Fagundes por constituírem meu exército pessoal, me ajudando nos momentos de dificuldade e sem as quais não teria conseguido manter a força para terminar essa dissertação.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1 - <i>Bittersweet End</i> – A Morte e a Transição para a Vida Eterna na Visão Ocidental da Idade Média.....	3
1.1. <i>The In-between</i> – A Evolução do Além e o Surgimento do Purgatório.....	3
2.1. Necessidade de Perpetuação da Memória.....	16
Capítulo 2 - As crónicas do século XV e seus autores.....	26
2.1. Fernão Lopes – Legitimação e nacionalismo: o início da dinastia de Avis.....	28
2.2. Gomes Eanes de Zurara – Expansão marítima e propagação dos conceitos de honra e glória.....	39
2.3. Rui de Pina – Lealdade e polémica.....	46
Capítulo 3 - A Arte de Morrer e os Tipos de Morte – aspectos sociais e religiosos encontrados nas mortes das Crónicas Medievais Portuguesas do século XV.....	53
3.1 A Arte de Morrer.....	54
3.2. A “Boa Morte”.....	63
3.3. A “Má Morte”.....	71
3.3.1. Conde de Andeiro (João Fernandes de Andeiro) – Assassinato e Poder.....	74
3.3.2. Pero Coelho e Álvaro Gonçalves – Morte e Vingança.....	77
3.3.3. D. Maria Teles e Infante D. João – Paixão, Intriga e Morte.....	79
3.4. A Morte Heróica.....	82
3.5. A Morte Ingloriosa.....	85
3.6. A Morte Santa.....	93
3.7. Morte Herege.....	97
3.7.1. D. Martinho de Zamora (Bispo de Lisboa) e D. Joana Peres Ferreirim (Abadessa do Mosteiro de São Bento) – Morte e Sacrilégio.....	98

3.8. Do Amor à Morte – As consequências do Assassinato de Inês de Castro nas mortes de D. Afonso IV e D. Pedro I.....	110
Considerações Finais.....	114
Bibliografia.....	116

Introdução

“A religião é mais do que um padrão de relações sociais: é uma expressão da capacidade humana para imaginar a estrutura da sociedade. O ritual religioso não é apenas uma construção cultural: é uma forma de cognição que constrói modelos de realidade e paradigmas de comportamento.¹”

Falar sobre religião nos dias de hoje não é uma tarefa fácil. Além da subjectividade e abrangência do tema, existe um certo nível de sensibilidade a ser alcançado. A melhor estratégia seguida, por norma, seria contextualizar histórica e culturalmente o tema escolhido e o analisar de forma objectiva – o que, até este ponto, não parece diferente de outros estudos. No entanto, em se tratando de religião, devemos utilizar sempre uma certa sensibilidade interior para entender o impacto que a mesma possui na mentalidade social a que se insere. Em outras palavras, devemos fazer um estudo objectivo do tema sem deixar de lado o teor subjectivo inerente a ele. É justamente em atingir esse perfeito equilíbrio entre a objectividade própria de um estudo científico e a subjectividade inerente ao estudo da religião que reside a maior dificuldade. Para chegar a este equilíbrio é imprescindível que façamos um apanhado de estudos não só históricos e culturais, mas que também focalizem o pensamento estrutural, ou seja, aquele em que se baseia o comportamento socio-cultural e religioso de uma determinada sociedade em um determinado momento de sua história.

No caso da Idade Média, principalmente, os aspectos religiosos tinham um papel decisivo no cotidiano social da época. A Igreja estava presente em todos os aspectos da vida de um cidadão, entretanto a morte, que iremos abordar como foco de nosso estudo, era a base estrutural de todo o pensamento religioso medieval: vivia-se em função da morte.

Levando esse pensamento em consideração, no nosso estudo, iremos buscar os aspectos religiosos referentes à morte nas crônicas portuguesas do século XV. Iremos fazer um pequeno apanhado de conceitos acerca do tema para fazer uma análise sobre as mortes narradas pelos cronistas oficiais portugueses do século XV dentro de seu contexto

¹ Rosa, Maria de Lurdes. “A Morte e o Além”. In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p. 409.

político-religioso. Para isso, iremos usar não apenas as crônicas de Fernão Lopes, Zurara e Rui de Pina – delimitando o estudo das crônicas àquelas escritas pelos cronistas oficiais do reino – como também trabalhos dos principais estudiosos acerca do estudo sobre a morte na Idade Média, como por exemplo Philippe Ariès e Jacques Le Goff, e estudiosos portugueses que contribuíram para a evolução do tema na medievística portuguesa como Hermínia Vilar e José Mattoso.

Nesse contexto, é fundamental, primeiramente, voltarmos a falar um pouco sobre a influência que o pensamento religioso exercia na sociedade medieval, em como a religião se misturava com todos os aspectos da sociedade, focalizando principalmente os aspectos culturais e políticos e o estado em que se encontrava a Europa Medieval em termos económicos diante das violentas mudanças ocorridas durante esta época que transformaram drasticamente a forma de pensar e agir da sua sociedade. Dessa forma, iremos em um primeiro momento do estudo relembrar o contexto histórico-religioso da Europa Medieval enfatizando os pontos de maior interesse para o desenvolvimento do nosso trabalho.

Com esse contexto pronto e uma boa base histórico-religiosa e cultural para nos sustentar, iremos conceituar o que Ariès chama de morte domesticada que nos servirá de base para criar uma classificação com seis tipos principais de mortes que nos guiarão dentro da análise principal do trabalho. É necessário apontar, nesse item, que apesar de estarmos trabalhando as mortes régias portuguesas iremos abordar também as mortes de outras figuras da corte que nos pareceram ter importância para delinear o carácter político-religioso da época bem como reforçar a mensagem moral dentro das crônicas. Ainda com o intuito de sedimentar a fundamentação do nosso trabalho iremos abordar um último aspecto que nos ilustrará a importância da perpetuação da memória dentro desse contexto medieval. Nesse sentido iremos apresentar desde as formas e os motivos pelos quais o homem medieval europeu comum foi levado a se preocupar com a perpetuação da sua memória, até uma abordagem do modelo de morte ideal apresentado primeiramente por Ariès, mas também por Armindo de Sousa em sua teoria sobre a propaganda dinástica a partir da morte de D. João I.

Em um segundo momento, com o intuito de alicerçar os conhecimentos literários necessários para o desenvolvimento do trabalho, iremos relembrar um pouco sobre a vida e as obras dos três principais cronistas oficiais do reino que estiveram no cargo de

guarda-mor da Torre do Tombo durante o século XV. Começando por Fernão Lopes, que foi o primeiro a receber o cargo de cronista-mor logo que o mesmo foi instituído por D. Duarte, seguido por Gomes Eanes Zurara e Rui de Pina. É importante destacar a distância temporal que existe principalmente entre Zurara e Pina, uma vez que três outros guarda-mores ocuparam o cargo entre eles: Afonso Eanes de Óbidos, Fernão Lourenço e Vasco Fernandes de Lucena. Todos três saíram do cargo sem deixar nenhuma obra escrita relevante para o nosso estudo. Assim, existe uma janela de quarenta e três anos² entre Zurara e Pina. Apesar de ter tomado posse do cargo em 1497 e grande parte das suas obras terem sido escritas já no século XVI, Pina se utiliza de uma boa parte das obras de Lopes e Zurara além de dar continuidade às mesmas na construção do que podemos considerar como uma “Crónica dos Reis Portugueses”. Por esse motivo, optamos por incluir suas obras em nosso estudo.

Estando a fundamentação bem estruturada, tanto a nível histórico-religioso como no que se refere à base literárias das fontes utilizadas, em um terceiro momento faremos a análise dos textos, focalizando as descrições das mortes feitas pelos cronistas levando em consideração principalmente os aspectos religiosos que circundam estas mortes sem desconsiderar o contexto histórico-literário em que estão inseridos. Estas análises irão nos permitir compreender como estas descrições podem ter um teor propagandístico político uma vez que a forma como um indivíduo morria estava directamente ligada à forma como tinha vivido, ou seja, suas virtudes e seus pecados poderiam ser expostos nesse momento de vulnerabilidade da alma, despindo, assim, o carácter individual do moribundo em questão.

Sendo assim, nosso trabalho vem contribuir para o debate acerca dos aspectos político-religiosos inerentes ao movimento propagandístico por trás das mortes régias descritas pelos cronistas oficiais da Corte portuguesa no século XV, além de dar destaque às características religiosas dentro da vivência do homem medieval europeu no que se refere às atitudes perante a morte.

² Dado retirado do site da Torre do Tombo: <http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/os-guardas-mores-da-torre-do-tombo/>.

Cap. 1 – *Bittersweet End* – A Morte e a Transição para a Vida Eterna na Visão da Idade Média Ocidental

1.1 *The In-between* – A Evolução do Além e o Surgimento do Purgatório

“A civilização medieval foi, antes do mais, uma civilização cristã. Foi no Cristianismo que se operou a fusão de tradições intelectuais e artísticas de origens muito diversas.³”

Com a desintegração do Império Romano e as frequentes invasões bárbaras, a Europa Ocidental da Alta Idade Média era constituída por uma diversidade de povos fragmentados e pouco unificados formados por populações rurais e bárbaros. O desaparecimento do Império no Ocidente deu oportunidade para o surgimento de novas entidades políticas diferentes do Estado Romano. Era um tempo de fragmentação no qual cada região definia-se tanto pelo seu apego à cultura romana como pela intensidade da presença de povos bárbaros na região. À medida que a Europa foi desenvolvendo a estrutura feudal e os estados começaram a se formar, houve um grande crescimento demográfico que foi acompanhado por várias mudanças socio-culturais e económicas.

No entanto, as mudanças mais relevantes para nós ocorreram principalmente no que se refere à crença religiosa e à Igreja. Os últimos séculos da Idade Média foram permeados por várias reformas⁴ e diferentes movimentos religiosos que trouxeram novos conceitos para a Igreja Católica medieval e deram origem a novas ordens religiosas como por exemplo a Ordem de Cister e as ordens mendicantes, como os Franciscanos e os Dominicanos.

Isso desencadeou na vida monástica uma força intelectual transformadora. O homem culto deste período era quase sempre ligado à Igreja, para a qual o estudo dos conhecimentos naturais era uma pequena parte da escolaridade. Grande parte destes estudiosos vivia numa atmosfera que dava prioridade à fé e tinha como principais focos

³ Carpentier, Jean e François Lebrun. *História da Europa*. 3ª ed. Traduzido por Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 2002, p. 177.

⁴ Das quais podemos citar a reforma de Cluny como a mais conhecida.

de estudo as questões religiosas, nomeadamente cristãs, principalmente no que se refere à salvação das almas.

A filosofia, que até então possuía traços marcadamente clássicos e helenísticos, passa a adquirir, dessa forma, aspectos religiosos judaico-cristãos que começam a surgir desde o século V. Assim, dentro deste contexto ideológico, surge nas escolas monásticas medievais a Escolástica como um movimento filosófico e teológico que atinge as universidades medievais europeias dominando a atmosfera científica e académica desse período.

Como representantes principais desse movimento, apesar da distância temporal entre eles, podemos destacar dois filósofos que contribuíram directamente para a forte mudança no pensamento medieval que começa a ocorrer em meados do século XII: Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino.

Tomás de Aquino, que viveu mais próximo dessa mudança de pensamento, defendeu a busca de respostas levando em consideração tanto a abordagem religiosa como a abordagem científica. Apesar dos questionamentos acerca de detalhes do universo físico natural terem sido pouco considerados pela Igreja Católica, Aquino, seguindo a doutrina da Igreja, acredita que a alma continua existindo depois da morte do corpo, no entanto, da mesma forma, acredita também na configuração do corpo como matéria. Assim, Aquino acreditava que o ser humano é um composto de forma e matéria e defendia que alma perdurava depois da morte e da corrupção do corpo, sendo capaz de uma existência independente durante o período escatológico entre a morte e a ressurreição.⁵ Dessa forma, possui uma posição favorável relativamente à ressurreição utilizando-a como fundamentação para defender sua filosofia da justiça. Nesse sentido, a expectativa de uma ressurreição seria responsável pelo controle dos impulsos carnis fazendo com que as pessoas na terra ignorassem os prazeres nesta vida, se preparando para a vida depois da morte, moral e intelectualmente, e recebendo recompensas ainda maiores através da graça divina. Aquino insiste em suas obras que a beatitude é apenas conferida por mérito e torna as pessoas mais capazes de conceber o divino.⁶

⁵ Le Goff, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 88.

⁶ Le Goff, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 88.

Seguindo este mesmo pensamento se insere a punição daqueles que abdicam do amor a Deus em nome dos prazeres terrenos. A punição também estava diretamente relacionada com esta preparação da alma e as ações na terra.

Contudo, foi a contribuição de Agostinho que mais deu margem ao surgimento do Purgatório – o que viria a ser um marco na mudança do pensamento medieval acerca da morte. Agostinho ensinou que o destino eterno da alma é determinado na morte e que o fogo do purgatório sobre os que estão no estado intermediário purifica apenas os que morreram em comunhão com a Igreja, dando origem a diversas outras ideias que surgiram posteriormente.

Nesse sentido Le Goff argumenta que através da oração que escreveu em 397-398 nas *Confissões* depois da morte de sua mãe, Agostinho, de forma intuitiva, é o primeiro a afirmar a eficácia dos sufrágios pelos mortos.⁷ Em seu texto, Agostinho parece convencido de que através de suas orações poderia influenciar a decisão de Deus sobre o destino da alma de sua mãe Mónica. No entanto, essa decisão não seria arbitrária e não dependia unicamente das orações. O texto deixa claro que essa salvação é possível graças ao merecimento de Mónica em vida. Sem que seja dito, se pressente que a misericórdia de Deus e os sufrágios dos vivos podem apressar a entrada dos mortos no Paraíso mas não fazê-los transpor as suas portas.⁸

Ainda sobre a influência de Agostinho no surgimento do conceito de Purgatório, podemos citar outros aspectos que começaram a florescer em sua obra, principalmente, depois do ano de 413. Até então, Agostinho apenas tinha pincelado algumas notas acerca da existência do fogo expurgatório, que era diferente do fogo da condenação eterna. A partir desse ano, começa a se aprofundar nas questões acerca da possibilidade de redenção dos mortos e da salvação da alma depois da morte através de um período de estadia e de sofrimento no Inferno.⁹ Assim, começa a desenvolver dois aspectos importantes para o estabelecimento do Purgatório: o conceito de fogo purgatório e a classificação dos pecados e pecadores. Le Goff distingue na obra de Agostinho quatro espécies de homens: os ímpios, que vão diretamente para o Inferno, os mártires, que vão diretamente para o Paraíso, e entre os dois duas categorias intermediárias referentes àqueles que nem são inteiramente bons, nem são inteiramente maus. Para estes, através

⁷ Le Goff, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 86.

⁸ Le Goff, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 88.

⁹ Le Goff, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 90.

de sufrágios, a estadia no Inferno poderia ser atenuada. No entanto, é a categoria dos “não inteiramente bons” que nos reflecte a ideia de penitência, purgação e salvação.¹⁰

Esta ligação entre a penitência e o purgatório, que será massivamente discutida a partir dos séculos XII e XIII, aparece primeiramente em Agostinho. De acordo com a classificação de Agostinho, os “não inteiramente bons” adquiriam a benesse da possibilidade de redenção ainda em vida através da manutenção dos valores cristãos, da realização de obras misericordiosas e através de atos de penitência. Esses indivíduos conquistavam, através do merecimento, a possibilidade de redenção da alma depois da morte. Na teoria de Agostinho, essas almas só alcançavam a salvação depois de um período de tempo sendo consumidos pelo fogo expurgatório tendo a ajuda dos sufrágios e suas orações.¹¹ Para essas classificações intermediárias, Le Goff compreende em Agostinho lugares específicos de repouso e expurgação. Nesse sentido, Agostinho esboçava uma geografia do além na qual não havia lugar para o Purgatório. Distinguia uma região de tormentos e uma região de repouso mas não as situava no Inferno.¹²

As obras de Agostinho aprofundam, assim, as questões que irão exigir séculos mais tarde o aparecimento de um lugar específico do além que cumpra essa função de expurgatório. Em *Enchiridion*, por exemplo, Agostinho retoma a discussão sobre os dois fogos, o que atormenta e o que expurga e salva. A existência desta distinção fez com que Agostinho aprimorasse a estrutura da Redenção delineando um caminho a ser seguido pelo fiel que desejasse a glória de Deus no momento e depois da morte.¹³ Como vimos, a penitência, os sufrágios, os valores cristãos e o fogo expurgatório foram alguns dos principais aspectos introduzidos por Agostinho nesse sentido. No entanto, talvez a maior contribuição de Agostinho tenha sido no que se refere ao conceito de tempo escatológico e a noção de penas temporárias. Nos capítulos 109 e 110 de *Enchiridion* Agostinho evoca os receptáculos que acolherão as almas entre a morte individual e a ressurreição final. Há lugares de repouso e lugares de tormentos nos quais as almas dos defuntos podem ser ajudadas pelos sufrágios dos vivos.¹⁴ Esses “lugares” possuem um teor temporário que compreende o período que se inicia no momento da morte do indivíduo e termina no momento do Juízo Final. É justamente nesse contexto que está

¹⁰ Le Goff, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 92.

¹¹ Le Goff, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 93.

¹² Le Goff, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 93.

¹³ Le Goff, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 96.

¹⁴ Le Goff, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 96.

inserida a noção de penas temporárias. Para Agostinho, a alma pecadora sofria penas purgatórias até o momento do Juízo Final no qual era libertada e podia ir para o Paraíso.¹⁵

Nas obras de Agostinho, podemos encontrar ideias e conceitos que fundamentam o surgimento do purgatório, no entanto devemos levar também em consideração o próprio vocabulário que irá impor-se durante muito tempo na Idade Média, como por exemplo as palavras *purgatorius*, *temporarius* e *transitorius*. Esse vocabulário sustenta a principal ideia estrutural do próprio Purgatório medieval do século XII.

O século XII é um século de fortes mudanças na Idade Média. Ele marca o momento da grande deflagração da Cristandade latina. Socialmente, o cenário havia-se modificado, a escravatura havia desaparecido e uma nova conjuntura se instalava. O sistema feudal criava novas relações e classes sociais que acabaram por despertar novas concepções culturais de vida e de ideais. Nesse contexto, surge uma classe média livre, formada principalmente por artesãos, comerciantes e mercadores, que irão protagonizar o aparecimento da nova classe social e económica burguesa. Essa explosão social possui uma grande influência na mudança do pensamento religioso da época. O surgimento de novos sistemas descritivos e normativos da sociedade e a evocação da igualdade dos fiéis perante a superioridade religiosa da Igreja permitem que o clero se afirme como a primeira e mais importante ordem da pirâmide social. Esse fenómeno consolida ainda mais o poder da Igreja difundindo e cimentando sua ideologia por toda a Europa.

É dentro dessa Igreja autoritária e poderosa que o Purgatório se posiciona como uma peça da expansão social da época embutida no imaginário social através da ideologia que cercava o culto da morte cristã. Assim, o Purgatório – considerado por Le Goff uma conquista do século XII¹⁶ – nasce de uma necessidade de reformular a geografia do Além cristão tendo em vista as mudanças sociais e económicas da época.

Neste sentido, podemos encontrar essencialmente dois tipos de destinos bem delineados e concretos dentro da Igreja: os bons e os condenados, que eram determinados pela sua fé e suas acções em vida. A doutrina do tempo escatológico ainda não era bem definida e dentre as várias possibilidades da alma dentro desse tempo escatológico encontramos, durante o século XII, um tempo de formação de ideias que fundamentou a ideologia e a

¹⁵ Le Goff, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 97.

¹⁶ Le Goff, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 161.

existência do Purgatório. No entanto, apesar das divergências próprias de um tempo de formação de ideias, podemos apontar o pensamento essencial e global que alimentava essa discussão: o problema do Além era essencialmente o da escolha entre a salvação que conduziria ao Paraíso e a condenação que levaria ao Inferno.¹⁷

Entre a visão espacial da vida espiritual de Honorius Augustodunensis, os sermões dos Padres Gregório, o Grande, e Guilherme de Tiro, e as obras dos teólogos Hugo de Saint-Victor, São Bernardo, Graciano de Bolonha e o Bispo Pedro Lombardo que serviram de ponto de partida para novos estudos no que se refere ao estabelecimento da ideia de Purgatório, Le Goff cria uma base fundamental de conceitos cristãos que irão definir e delinear a instalação do Purgatório como um lugar do Além de penitência e busca da salvação. No entanto, o autor destaca algumas obras que sintetizam, no início do século XIII, a nova doutrina resultante do aparecimento do conceito de Purgatório: uma carta do Papa Inocêncio III para o arcebispo de Lyon, um sermão também do Papa Inocêncio III no Dia de Todos os Santos, um texto de Thomas Chobhan extraído de sua obra *Súmula de Confessores* e um texto de 1200 que não identifica mas de que menciona a possibilidade de ter sido escrito por Paganus de Corbeil.¹⁸

Destes estudiosos, o Papa Inocêncio III teve uma grande importância para a história do cristianismo. Além da contribuição já citada e bem estruturada na obra de Le Goff, Inocêncio III foi um Papa de transição. Estava à frente da Igreja em um momento importante de grandes mudanças sociais e económicas e adaptou-se a estas mudanças reestabelecendo, assim, o poder da Igreja. Deu continuidade à reforma gregoriana, que ocorreu entre os séculos XI e XII, constituindo uma resposta da Igreja ao desafio das novas estruturas e da nova realidade que se instalava. Neste contexto, juntamente com a evolução do conceito de salvação na reflexão dos vivos sobre o Além, aparecem novas concepções de pecado e de penitência.

Durante a Alta Idade Média a forma como as penitências eram concebidas estava ordenada segundo o modelo das leis bárbaras que consideravam as acções e não quem as praticava. Desde o final do século XI a princípio do século XII, esta concepção de pecado passa por uma profunda transformação na qual a gravidade do pecado estava relacionada à intenção do pecador. Em consequência disso, a prática da confissão

¹⁷ Le Goff, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 164.

¹⁸ Le Goff, Jacques. *A Bolsa e a Vida*. Lisboa: Teorema, 2006, p. 11.

também acaba por sofrer uma grande alteração passando de ser coletiva e pública para ser individual e privada, com um teor particular que estudava as confissões caso a caso. Neste sentido, o penitente se vê obrigado a reflectir sobre suas acções e intenções, o que abriu uma frente inovadora para o cristianismo medieval: a atitude introspectiva que transforma lentamente os hábitos mentais e comportamentos do homem medieval.¹⁹ Zurara, ao relatar a morte da rainha D. Filipa de Lencastre, nos remete à importância da confissão. Zurara ainda relembra as visões da Rainha Dona Isabel relativamente à sua morte e à morte de D. Pedro I e enfatiza o fato do mesmo ter voltado da morte para se confessar: *seemdo partido desta uida, per boom espaço tornou a sua alma outra vez a carne pera confessar huu soo peccado, sem cuja penitemçia nom podia rreçeber bem auenturada gloria.*²⁰

No Quarto Concílio de Latrão, convocado por Inocêncio III, uma das principais medidas instituídas foi justamente a prática da confissão privada estabelecida como obrigação anual a todos os fiéis, que receberiam assim a Sagrada Comunhão evitando a pena de excomunhão e de privação da sepultura cristã. O período subsequente foi marcado pelo florescimento da literatura penitencial, como os manuais de confissão, de grande difusão na Europa entre os séculos XIII e XV, dos quais podemos destacar os luso-castelhanos *Liber poenitentiarium*, texto latino de autoria do canonista português João de Deus, datado provavelmente de 1247 e o *Libro de las confesiones*, composto em 1316 por Martín Pérez.

No século XV, a circulação desta literatura foi muito forte, e tais textos continham instruções a respeito dos procedimentos a ser seguidos pelos penitentes, além de apresentarem exemplos de análise de consciência que auxiliavam no processo de autoconhecimento de seus próprios erros e pecados. Nesse processo de autoconhecimento, o século XV encontrou uma forma de sistematizar a devoção penitencial recorrente e consequentemente o comportamento social e religioso da população. A confissão e a penitência aparecem aqui como instrumentos de extrema importância para assegurar o futuro da alma de um indivíduo.

¹⁹ Le Goff, Jacques. *A Bolsa e a Vida*. Lisboa: Teorema, 2006, p. 11.

²⁰ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Montagem por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 136.

Para melhor entender a transição e evolução do pensamento medieval acerca da importância da confissão e da penitência, devemos primeiramente relembrar o conceito de morte domesticada introduzida por Ariès.

Segundo Ariès, a atitude perante a morte aparece como acrónica, parecendo quase imóvel através de períodos muito longos de tempo.²¹ A essa atitude, Ariès chamou de “morte domesticada”. Iremos aqui, tomar emprestado tanto o termo de Ariès como a sua conceptualização para contextualizar o estado em que se encontravam as celebrações litúrgicas a favor dos mortos por volta do século XII.

Em primeiro lugar, a morte domesticada não era uma morte desconhecida, desprevenida. O moribundo sempre sabia, de alguma forma, que seu momento estava para vir. Era antes feita uma advertência por sinais naturais, ou mais frequentemente, através de uma convicção íntima,²² não como premonição, mas sim um tipo de intuição. Em seguida ocorria uma sequência de acções quase ensaiadas que se repetem ao longo de muitos séculos: tendo o conhecimento do fim próximo, o moribundo se posiciona em seu leito para dar início aos últimos actos tradicionais. O primeiro destes actos consiste em um conjunto de queixas e lamentações sobre a vida que inclui uma evocação triste e discreta dos seres e coisas amadas.²³ Passadas as lamúrias, o moribundo se concentra no perdão das pessoas – normalmente amigos e familiares – que estão à sua volta acompanhando todo o processo fúnebre. De acordo com Ariès, a morte era uma cerimónia pública, portanto era de extrema importância a presença de pessoas (fossem elas próximas ou não).

Tendo tomado as devidas providências acerca da vida e das pessoas ao seu redor, o moribundo então se volta para Deus e esquece das questões mundanas. Segue-se a parte mais espiritual do protocolo fúnebre, utilizando orações, as quais eram divididas em duas partes. A primeira parte era a culpa, na qual o moribundo se arrepende e pede perdão pelos pecados cometidos em vida. A segunda parte era regida pelo *commendacio animae*, um conjunto de orações litúrgicas de índole funerária que invocava o mesmo favor divino que foi dado a personagens bíblicos como Noé e Davi. Neste momento ocorre a intervenção eclesiástica sob forma de absolvição dada por um padre que,

²¹ Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa, Editora Teorema, 2010, p. 19.

²² Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa, Editora Teorema, 2010, p. 20.

²³ Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa, Editora Teorema, 2010, p. 23.

depois de ler os respectivos salmos, e abençoar o corpo com incenso e água benta, declarava que o moribundo estava livre para aguardar seu último suspiro.

Considerando este pequeno resumo sobre o que Ariès entendia por morte domesticada, não podemos deixar de notar algo de muito importante na decorrência de todo o rito: a simplicidade e a calma com que os rituais eram executados, sem grandes excessos e demonstrações dramáticas e emotivas. Essa simplicidade foi vista nos rituais fúnebres durante séculos no decurso da Idade Média sem aparentes modificações até cerca do século XII quando começamos a notar algumas alterações de comportamento que não chega a se tratar de uma atitude nova que substituirá a precedente, mas sim de modificações subtis que, pouco a pouco, vão conferir um sentido dramático e pessoal à familiaridade tradicional do homem e da morte. Esta familiaridade tradicional implicava uma concepção colectiva de destino, na qual a morte é uma forma de aceitação da ordem da natureza.²⁴

Essa visão simples e colectiva da morte, entretanto, acaba por ser afetada por uma série de fenómenos que irão inserir uma preocupação individual no ritual da morte. Entre eles podemos destacar: a alteração do Juízo Final para o momento da morte individual, a introdução da ideia de Purgatório e salvação da alma *post mortem*, os temas macabros e a representação do corpo em decomposição, o retorno da epigrafia funerária e a personalização dos túmulos.

A partir do século XII, começamos a ver diferentes sinais do pensamento funerário medieval. Uma nova iconografia inspirada no julgamento individual e a representação da justiça no leito de morte toma o lugar da visão apocalíptica de regresso e começa a povoar o pensamento medieval em todos os aspectos da vida: religioso, artístico, cultural e político, principalmente. A ideia de um acerto de contas, de um balanço das boas e más acções no momento da morte passa a ocupar um lugar ímpar na sociedade medieval.²⁵

Já a partir do século XV, vemos o mesmo conceito de julgamento com uma supressão do tempo escatológico entre a morte e o fim dos tempos. O acerto de contas passa a ser no leito do moribundo e o grande dia do Juízo Final ocorre à sua volta. Neste caso,

²⁴ Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa, Editora Teorema, 2010, p. 33.

²⁵ Ariès exemplifica esse acontecimento analisando primeiramente os Tímpanos de Beaulieu, de Conques, de Autun e os tímpanos das catedrais de Paris, Bourges, Bordéus, Amiens, etc...

enquanto o moribundo está deitado realizando todo o ritual funerário já referido, algo acontece que perturba a calma e a simplicidade da cerimônia. A angústia do julgamento passa a ser algo presente no leito de morte. Neste novo contexto, Deus já não faz o papel de juiz, e sim de um árbitro que conduz o moribundo através da guerra cósmica entre o bem e o mal que está a ocorrer em seu leito de morte. Os atos em vida são pesados, mas não definem o destino da alma. A escolha individual aqui aparece como a grande estrela da cena. Deus e sua corte estão presentes para verificar como o moribundo se vai comportar no decorrer da prova que lhe é proposta antes de seu último suspiro e que vai determinar a sua sorte na eternidade. O moribundo verá a sua vida toda, tal como está contida no livro, e será tentado, quer pelo desespero de suas faltas, quer pela vã glória de suas boas acções, quer pelo amor apaixonado das coisas e dos seres. A derradeira prova substitui o Juízo Final.²⁶

Sendo assim, apesar de persistir uma ideia de Juízo Final colectivo, este passou a ter um carácter individual no qual o papel do moribundo é reforçado e evolui: não só preside e rege no centro da acção, como também tem o poder de escolha que define o destino de sua alma. Este contexto que tomou lugar no final da Idade Média traz um carácter dramático e uma carga emocional ao momento da morte que este antes não possuía.²⁷

Levando isso em consideração, podemos afirmar que o século XV trouxe para o homem um grande desafio psicológico. Nessa nova abordagem abre-se uma frente inovadora na qual a atitude introspectiva transforma lentamente os hábitos mentais e comportamentais.²⁸ Na medida em que a Europa cresce economicamente e passa a ter acesso a novos artigos através do crescente mercado de trocas com outras regiões do mundo e o homem começa a ter consciência dele mesmo e da própria luxúria, os pecados se tornam cada vez mais difíceis de serem controlados. Assim, a necessidade e a importância de uma orientação para a redenção espiritual se torna cada vez mais procurada. Podemos considerar, dessa forma, a penitência como um meio de redefinição do equilíbrio da justiça divina na qual o penitente se redime de seus pecados voltando a ser merecedor do momento de salvação.

A nova justiça penitencial, assim, ajuda a redefinir o carácter coletivo do Juízo Final introduzindo no momento da morte a ideia de um julgamento individual personalizado e

²⁶ Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa, Editora Teorema, 2010, p. 37.

²⁷ Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa, Editora Teorema, 2010, p. 38.

²⁸ Le Goff, Jacques. *A Bolsa e a Vida*. Lisboa: Teorema, 2006, p. 11.

preocupado não só com o momento da morte, mas também com uma releitura das acções do indivíduo em vida. Essa evolução do pensamento constitui uma nova atitude que acaba por conferir ao momento da morte um sentido comovente e personalizado. A familiaridade e aceitação da morte, que concebia uma percepção colectiva de destino, abre espaço para o desenvolvimento do pensamento particular e individual dando início a um processo de maturação do sentido de justiça divina. O papel do Purgatório, nesse sentido, surge como o de um lugar no qual a justiça divina é posta em prática, um lugar no qual as injustiças e desigualdades terrenas são corrigidas. No entanto, como vimos, o desenvolvimento do sentido de justiça começa, principalmente, no momento da morte, apesar de estar presente na mentalidade medieval durante toda a vida do indivíduo. O Julgamento Final, dessa forma, passa por uma remodelação criando o conceito de Julgamento Individual.

Como já foi dito, vários fenómenos contribuíram para a introdução do conceito de individualidade no seio da concepção colectiva da morte, dentre os quais podemos citar a diferenciação na representação do Juízo Final, o surgimento dos temas macabros e a preocupação com a decomposição do corpo, além da evolução nas formas de perpetuação da memória, como nos casos do retorno da epigrafia funerária e da personalização das sepulturas. No entanto, o que nos chama mais a atenção para o desenvolvimento do nosso trabalho é justamente a supressão do tempo escatológico entre a morte e o Juízo Final, que irá não só modificar a forma como o momento da morte era tratado, como também gerar toda uma nova iconografia em torno desse momento de transição.

Com o surgimento desta nova iconografia, surgiu também a necessidade de se entender e difundir os novos procedimentos que foram sendo introduzidos pouco a pouco durante o processo de evolução desta nova concepção religiosa em torno da morte. Sendo assim, como a liturgia de confissão e penitência, textos sobre a melhor forma de morrer começaram a emergir da necessidade de educar e instruir os devotos. Consistiam em manuais práticos que assistiam e confortavam o moribundo em seu leito de morte. Estes escritos começaram a surgir por volta do século V sob diversas formas e versões e até finais da era Carolíngia, existia uma liturgia prática de assistência aos moribundos bem estabelecida. No entanto, foi apenas no século XV que tratados específicos na arte da boa morte emergiram. Encontramos textos muito bem difundidos como o *Opus tripartitum de praeceptis decalogi, de confessione et de arte moriendi* de Jean Gerson,

de 1363-1429 e *Tractatus* ou *Speculum artis bene moriendi* de Nicolas de Dinkelsbühl datado de 1414-1418. No entanto, foi uma obra sem autoria comprovada que se propagou pelo mundo cristão medieval e padronizou os procedimentos necessários a serem seguidos para se alcançar a boa morte: a *Ars Moriendi*.²⁹

A *Ars Moriendi*, que será trabalhada mais detalhadamente no terceiro capítulo do nosso estudo, constitui um tipo de manual de instruções que oferece recomendações além de descrever os procedimentos adequados a serem seguidos para se atingir a tão desejada boa morte. Este manual possui duas versões principais, uma longa e outra mais curta, que foram traduzidas para várias línguas e rapidamente distribuídas por toda a Europa. Na versão mais longa, a morte é apresentada como uma cerimónia pública com ritos e orações predeterminadas. A segunda e mais curta, consiste em uma versão ilustrada e dramatizada do segundo capítulo da versão mais longa, na qual um conflito moral é apresentado – nas ilustrações podemos ver anjos e demónios ao redor do moribundo que, por sua vez, luta contra uma série de tentações antes de atingir a boa morte. É justamente nesse conflito moral apresentado ao moribundo diante da morte iminente que irá se passar toda a crise existencial individual – e ao mesmo tempo colectiva no sentido de que todos passavam pelo mesmo processo de auto-avaliação. A iconografia do *Ars Moriendi* vem, dessa forma, expor ao indivíduo a necessidade de revisitação do passado bem como colocar o moribundo de frente com o lado obscuro e pecador do seu “eu”. Letícia Gonçalves de Almeida faz uma análise dessa viagem ao passado conciliando a memória do espaço e dos valores conferidos à vida terrena com o olhar crítico e sentenciador da busca pela eternidade.³⁰ Nesse sentido, as formas do lembrar foram fundamentais para a construção das maneiras de morrer.

Nesse contexto, percebemos que a função da memória individual passou a ter um teor decisivo para a concretização da morte e aquisição da vida eterna e, consequentemente, a forma como uma pessoa se preparava para a morte, ou não, tinha relação direta com o decurso de sua vida terrena. A memória aparece, assim, como um instrumento de valor espiritual e social que não só assegurava os valores pessoais mundanos como também assegurava a eternidade no mundo espiritual. A função da memória para o homem

²⁹ Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Tese de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca: Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 29-31

³⁰ Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Tese de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca: Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 15

medieval cristão estava marcada, dessa forma, pela sua relação com as virtudes e o ato de rememorar, por si mesmo, definiu-se como uma atividade virtuosa.

Levando isso em consideração, devemos nos aprofundar não só na importância exercida pela memória individual, como também na perpetuação da memória de um indivíduo depois de sua morte. A memória, nesse sentido, possui duas funções muito importantes para a concretização da salvação eterna: a função individual levando em consideração o indivíduo em seu domínio privado das recordações e dos afetos, já exposta por nós no decurso do nosso estudo, e a função colectiva ou social, traduzida por Mário Jorge Barroca como a memória que diz respeito à sociedade e à forma como preservaram a memória e como a convocaram ou recordaram.³¹ Assim, a seguir, iremos abordar um conjunto de práticas que fizeram parte dos ritos funerários ao longo de toda a Idade Média que tinham como principal motivação não só relembrar a condição da morte, como também relembrar o próprio indivíduo que havia feito esta passagem.

1.2 Necessidade de Perpetuação da Memória

Ao falarmos de memória na Idade Média, remetemos quase sempre à memória escrita. No entanto, devemos ter em consideração que quem detinha o conhecimento da escrita nessa época eram os estratos sociais privilegiados e a Igreja. Assim, naturalmente, a maior parte do que conhecemos da memória preservada é tendencioso e voltado para uma realidade favorecida que produzia seus registos de acordo com o que entendia ser significativo no momento. Apesar disso, esse acervo de memória preservada nos dá um grande leque de possibilidades de estudo. No entanto, no nosso trabalho, iremos abordar apenas alguns tipos de práticas funerárias que foram largamente utilizadas e qual a importância dessas práticas para a perpetuação da memória. Além disso, iremos abordar também a importância do próprio estudo sobre a perpetuação da memória para a concretização do nosso objectivo e como isso irá interferir na forma como iremos caracterizar as mortes mais adiante.

³¹ Barroca, Mário Jorge. “Memórias.” In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 419.

Nesse contexto, a memória escrita foi profundamente utilizada pela sociedade ocidental cristã. Poucas religiões deram tão grande importância ao registo escrito como o Cristianismo e a Igreja, que cedo compreendeu essa importância e o poder que lhe advinha por deter seu monopólio e cultivou essa arte como poucas instituições medievais lograram fazer.³² No entanto, apesar desse reconhecimento, há um recorte no tempo no que se refere, principalmente, à produção de epígrafes em um período significativo da primeira fase da Idade Média. Os tempos que se sucederam à derrocada do Império Romano ficaram marcados, a vários níveis, por uma rarefacção da memória escrita. Os documentos estão ausentes e as próprias inscrições, nomeadamente os epitáfios, tornaram-se substancialmente menos numerosos.³³

A utilização de sepulturas e inscrições funerárias é um hábito muito antigo que foi muito visto ao início da era cristã. Entretanto, por volta do século V as inscrições funerárias começaram a ficar cada vez mais raras até sumirem completamente até século XII. Durante esse tempo as sepulturas eram completamente anónimas. De acordo com Ariès esta evolução não nos deve admirar diante do surgimento do enterramento *ad sanctos*: o defunto era deixado sob a responsabilidade da Igreja que se encarregava dele até o dia que ressuscitaria.³⁴ Em Portugal, um estudo feito por Mário Jorge Barroca indica que até às últimas décadas do século X o volume de produção epigráfica manteve-se muito modesto. Entre o último epitáfio paleocristão conhecido – a inscrição de *Adulteus* (Tavira, 729) – e o primeiro epitáfio da série epigráfica medieval – a inscrição de *Ero* (Montemor-o-Velho, 982) mediam 253 anos.³⁵ O panorama começa a modificar-se na segunda metade do século XI, mas só podemos falar de um verdadeiro regresso da epigrafia no século seguinte.³⁶ Essa ausência de elementos personalizadores no exterior do sepulcro espelha uma concepção do Além dominada pela impossibilidade de os vivos intercederem pelos seus mortos através de orações.³⁷ Ou seja, podemos dizer que a ausência desses elementos personalizadores indicavam a pouca ou nenhuma

³² Barroca, Mário Jorge. “Memórias.” In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 420.

³³ Barroca, Mário Jorge. “Memórias.” In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 421.

³⁴ Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa, Editora Teorema, 2010, p. 42.

³⁵ Barroca, Mário Jorge. “Memórias.” In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 437.

³⁶ Barroca, Mário Jorge. “Memórias.” In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 426.

³⁷ Barroca, Mário Jorge. “Memórias.” In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 424.

necessidade do defunto ser lembrado uma vez que os vivos não poderiam interceder no destino de sua alma.

Com a alteração de pensamento e o surgimento dos sufrágios, a memória do defunto se torna cada vez mais importante na tradição religiosa. O retorno da epigrafia, juntamente com o regresso do documento escrito, acaba por configurar, assim, o próprio regresso da memória, de forma que o século XII assiste uma verdadeira explosão na produção de memória escrita. Dessa forma, as inscrições funerárias começam a reaparecer depois de um período longo de escassez. Podemos ver esse reaparecimento inicialmente em túmulos de figuras ilustres da sociedade juntamente com o reaparecimento da efígie, que ao longo dos séculos torna-se cada vez mais realista. Com isso, a arte funerária evoluiu para uma personalização crescente até ao início do século XVII, e o defunto chega a ser representado duas vezes no mesmo túmulo, deitado e a orar.³⁸

Alem dos túmulos monumentais, torna-se cada vez mais frequente a utilização de placas funerárias. Estas, inicialmente, possuíam apenas informações acerca da data de nascimento e morte do defunto, identidade, profissão, etc. Com o passar do tempo encontramos placas mais trabalhadas que contêm representações do moribundo sozinho ou ao lado de uma cena religiosa. A existência destas placas tem um sentido particular para o nosso estudo uma vez que traduzem a vontade de individualizar o local da sepultura e de perpetuar nesse local a lembrança do defunto.³⁹

A necessidade de individualização e futura lembrança de defuntos, principalmente no que se refere às figuras públicas, se tornou cada vez mais importante não só para assegurar a salvação de suas almas como também para a reafirmação social de uma determinada família. Esta reafirmação era feita, principalmente através da perpetuação da memória de um defunto. Nestes casos, os túmulos cada vez mais trabalhados, as placas tumulares, as efígies e as inscrições funerárias eram alguns dos principais caminhos pelos quais um defunto poderia manter viva sua lembrança, mas não eram os únicos. Alem destes, os testamentos poderiam ser utilizados para reafirmar a posição de uma família dentro da sociedade, como também para assegurar que as pessoas não seriam esquecidas depois de sua passagem para o Além. Para entendermos melhor a relação entre os testamentos e a perpetuação da memória, vamos, primeiramente, ver a

³⁸ Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa, Editora Teorema, 2010, p. 43.

³⁹ Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa, Editora Teorema, 2010, p. 44.

relação histórica existente entre a riqueza e a pobreza no que se refere ao momento da morte.

Inicialmente, quando o conceito de morte era mais colectivo e simples, a diferença entre ricos e pobres no leito de morte não era muito grande relativamente ao ritual. A principal mudança que podemos e devemos apontar é acerca da pompa utilizada nos detalhes do ritual. Os sarcófagos dos grandes eram sem dúvida de mármore, os seus enterros eram seguidos de cavaleiros ricamente vestidos, as suas absolvições eram celebradas com mais velas, mais clérigos, e suas mortalhas eram talhadas em tecidos preciosos.⁴⁰

Entretanto ao longo da segunda metade da Idade Média, começamos a perceber uma mudança de atitudes entre as famílias mais abastadas: os mais poderosos por nascimento, riqueza ou cultura sobrecarregaram o modelo comum de traços novos que traduzem a grande mudança na mentalidade da época.⁴¹ Por causa desta modificação de pensamento introduzido na segunda parte da Idade Média, a representação colectiva da morte afastou-se do modelo calmo e resignado e adquiriu um teor mais dramático, passando a expressar uma nova relação com a riqueza.

Essa nova relação da morte com a riqueza fez surgir a necessidade de criação de uma estrutura específica para transformar os bens materiais em riqueza espiritual, que ajudasse à aquisição da salvação.⁴² Surge nesse cenário a presença do testamento como um documento de ordem religiosa constituído pelos últimos desejos do moribundo no qual o mesmo poderia dar indicações de como deveriam proceder acerca da sua morte e dos cuidados com seu corpo e sua alma. Tendo isso em vista, no mundo medieval o papel dos testamentos era diferente do que vemos na actualidade. Nos tempos contemporâneos, o acto de testar está claramente associado a uma opção pela diferença e um certo secretismo, ao desejo de manter privadas, até ao final da vida, opções relativas ao património individual. Nesse sentido, o testamento é um ato civil, completamente esvaziado de sentido religioso.⁴³ Diferentemente do que ocorre nos dias de hoje, no mundo medieval, os testamentos exerciam não só as funções patrimoniais,

⁴⁰ Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa, Editora Teorema, 2010, p. 81.

⁴¹ Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa, Editora Teorema, 2010, p. 82.

⁴² , Maria de Lurdes. “A Morte e o Além”. In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p. 408.

⁴³ Rosa, Maria de Lurdes. “A Morte e o Além”. In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p. 412.

como também possuíam uma obrigação religiosa no que se refere à preparação para a morte. Os testamentos, nesse caso, eram textos religiosos e de reflexão sobre a precariedade da vida que continham trechos de interpelação direta dos intercessores divinos e forneciam normas de conduta sócio religiosas para os vindouros, transmitindo valores e instruções necessárias para que o grupo assegurasse o sufrágio da alma.⁴⁴ Dessa forma, o testamento medieval tinha como funções principais definir o futuro dos bens, assegurar os sufrágios da alma do fundador, além de distribuir legados e perpetuar a memória da família.

Em síntese, a prática testamentária surge, então, não apenas como uma forma de perpetuação da memória, mas como um documento que assegura a salvação eterna de um determinado indivíduo transformando sua riqueza material em orações e sufrágios em benefício da sua alma. Nesse sentido, podemos considerar que o testamento é igualmente uma forma de determinar a permanência do indivíduo na comunidade à qual pertenceu, pela instituição de capelas e pela realização de sufrágios,⁴⁵ evitando, assim, seu esquecimento depois da morte.

Ainda nesse contexto de perpetuação da memória *post-mortem*, podemos referir o surgimento dos obituários e sua difusão pela Ordem de Cluny. Nos obituários, eram arrolados, de forma metódica, indexados por cada dia do ano, aqueles que tinham deixado bens à instituição, cujos nomes deviam ser lidos na hora de prima, logo após a referência aos santos que se comemoravam nesse dia.⁴⁶ Assim, esses documentos passaram a garantir que os doadores defuntos não fossem esquecidos e pudessem receber suas orações e sufrágios. Isto nos mostra o quanto, a partir do século XI, o esquecimento passou a ser cada vez mais temido, uma vez que a lembrança do defunto era imprescindível para a salvação de sua alma.

No entanto, como normalmente essas obrigações eram perpétuas, logo descobriu-se a impossibilidade de manter todos os contratos ativos de forma perene. Sendo assim, quando um livro se apresentava demasiado sobrecarregado, sem espaço para novos registos, mandava-se executar uma cópia, actualizada e depurada dos nomes daqueles

⁴⁴ Rosa, Maria de Lurdes. “A Morte e o Além”. In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p. 412.

⁴⁵ Carvalho, Elisa Maria. “A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte”. *Cadernos do Noroeste*, 9, 1996, p. 186.

⁴⁶ Ariès *apud* Barroca, Mário Jorge. “Memórias.” In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 434.

que tinham feito doações mais antigas ou menos significativas.⁴⁷ Isso fez com que cópias depuradas dos obituários ajudassem a sedimentar as diferenças sociais promovendo, assim, a nobreza e a elite eclesiástica.

Essa reorganização, novamente, acaba por assumir a manipulação da memória em favor dos mais influentes. Aliás, no próprio desenvolvimento dos epitáfios podemos distinguir essa diferenciação social. A personalização dos epitáfios nos mostra que no decurso do século XII o nome próprio passou a andar associado ao patronímico reflectindo o início da passagem para um sistema de parentesco de tipo agnático ou linhagístico, onde se privilegia os laços de sangue, a descendência direta e a filiação.⁴⁸ Dessa forma os epitáfios acabam se tornando instrumentos de memória que reflectiam o estatuto social de uma determinada linhagem.

Levando isso em consideração, a evolução da memória durante a Baixa Idade Média acaba por associar o medo do esquecimento e, conseqüentemente, da falta de exéquias que iriam ajudar na passagem da alma, com a ascensão social através de vários tipos de rituais funerários que começaram a surgir a partir do século XII. A importância de se estabelecer uma linhagem criando uma legitimação do passado através dos instrumentos de memória é vista principalmente na ligação entre as linhagens e determinadas instituições monásticas através do surgimento dos panteões funerários.

Esse fenómeno começa a se configurar a partir de finais do século XI sendo desenvolvido principalmente entre os membros da alta nobreza. Em Portugal, podemos verificar alguns exemplos destes panteões na extinta Capela do Corporal, no Mosteiro de Paço de Sousa, onde se localizava o panteão dos senhores de Riba Douro; no Mosteiro de Santo Tirso, onde se encontrava o panteão dos senhores da Maia antes de ter sido destruído para a construção da nova igreja; e no Mosteiro de Alcobaça, onde se localizava o panteão real além de outros panteões da alta nobreza, como, por exemplo, o panteão dos Sousa.⁴⁹

Com o passar do tempo esses panteões multiplicaram-se e se espalharam por todos os níveis da nobreza portuguesa, ilustrando a mudança social e económica que vinha

⁴⁷ Barroca, Mário Jorge. “Memórias.” In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 436.

⁴⁸ Barroca, Mário Jorge. “Memórias.” In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 438.

⁴⁹ Barroca, Mário Jorge. “Memórias.” In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 442.

ocorrendo na Europa na segunda metade da Idade Média. Inicialmente a presença destes panteões tinha por finalidade evitar o esquecimento do indivíduo, preservando sua memória para garantir os ofícios religiosos. No entanto, à medida que essa preocupação se associa à ascensão social, os sarcófagos e os panteões familiares também passam a ser usados como uma forma de legitimar e perpetuar os direitos patronais de uma determinada família.

Com as mudanças económicas e políticas ocorre uma alteração no critério de ascensão social que antes era definida por um sistema de parentesco cognático e passa a ser definida por força do património. Assim, com a emergência social de famílias da pequena nobreza e de famílias que nem sequer faziam parte deste grupo social, surgiu a necessidade de consolidar uma noção de grupo. Nesse contexto surge a utilização dos jacentes como forma de consolidação da noção de grupo através da adoção de uma linguagem artística tipicamente aristocratizada. O exemplo mais antigo que podemos encontrar em Portugal é o túmulo da rainha D. Urraca no panteão real do Mosteiro de Alcobaça. A partir de então, os jacentes começaram a difundir-se dentro da alta nobreza laica e eclesiástica. Os jacentes, dessa forma, constituem o ponto culminante da personalização do túmulo. Já não se memorizava o nome, a data da morte nem o estatuto social do morto. Procurava-se reter na pedra o próprio aspecto físico, primeiro numa idade idealizada, representando o morto como um jovem adulto, mas depois com verdadeiros retratos pétreos.⁵⁰

Com o regresso da memória e a mudança do panorama social, várias instituições, principalmente monásticas, começam a formar verdadeiras colecções de documentos escritos compilados em cartulários cuja organização tinha como principal objectivo a preservação da memória. No entanto, os documentos eram compilados de forma tendenciosa uma vez que eram eliminadas informações que não fossem entendidas como necessárias para a instituição. Assim, podemos dizer que estes cartulários transmitem-nos a imagem que importava para a instituição criando um passado para legitimar o presente no futuro.⁵¹ Preservavam-se, portanto, apenas as informações que fossem necessárias para construir uma memória que legitimasse a instituição futuramente.

⁵⁰ Barroca, Mário Jorge. “Memórias.” In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 449.

⁵¹ Barroca, Mário Jorge. “Memórias.” In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 427.

Em Portugal, este modelo de compilação começou a ser adotado apenas depois do século XII com o primeiro Livro de Chancelaria que cobre o período entre 1217 e 1221. Contudo, essa preocupação com a preservação da memória pode ser encontrada anteriormente com a fundação do Mosteiro de Santa Cruz. A legitimação política dos sucessos militares através da construção de um passado passa a ter uma importância significativa e o Mosteiro de Santa Cruz, nesse sentido, desempenhou um papel fundamental. Do seu *scriptorium* saíram inúmeros códices que deram origem a uma das mais importantes bibliotecas medievais portuguesas e é oriundo dele, um dos mais antigos registos analísticos que conhecemos: os *Annales Portucalenses Veteres*, que incorporaram textos mais antigos, recompondo-os e ampliando-os até o reinado de Afonso Henriques.⁵² Tendo sido transmitidos a outras instituições eclesiásticas através de duas recensões – uma longa com notícias até 1122 e uma breve, até 1168 – os anais, em seu conjunto, perspectivam o passado em função dos interesses do recém-fundado reino português, centrando os relatos recolhidos nas conquistas realizadas pelas tropas de Afonso Henriques e descrevendo de forma heróica as vitórias obtidas com o intuito de legitimar a independência portuguesa.

É importante destacar a relevância real deste facto para o nosso estudo. Ao produzir os anais, o Mosteiro de Santa Cruz demonstra que desde muito cedo houve a preocupação de se produzir uma memória para o reino português. Entretanto, essa preocupação não foi uma exclusividade das instituições monásticas. Houve um crescente interesse da própria corte pela construção de uma memória legitimadora do passado.

Levando em consideração este perfil laico e régio, a tradição oral desempenhou um papel importante, principalmente no que se refere a histórias de famílias nobres portuguesas incorporadas nos Livros de Linhagens. A visão distintamente social difere da memória transmitida pelas vias eclesiásticas. Esta literatura genealógica foi um forte recurso de afirmação para a percepção de grupo da nobreza portuguesa e um dos registos de memória mais representativos deixados pela Idade Média.

Podemos exemplificar citando três importantes exemplares desta prosa linhagística: o primeiro é conhecido como o Livro Velho de Linhagens que foi redigido, provavelmente, no Mosteiro de Santo Tirso durante a década de 80 do século XIII.

⁵² Barroca, Mário Jorge. “Memórias.” In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 429.

Tendo sido constituído durante uma fase de conflitos entre a realeza e a nobreza senhorial, expunha as origens anteriores à formação do reino das principais famílias fidalgas portuguesas fazendo uma genealogia que recuava até aos tempos da Reconquista asturiana. O segundo, chamado de Livro do Deão, possuía um teor mais distinto no que se refere à diferenciação social transparecendo a noção de grupo e a preocupação de coesão social.⁵³ E o terceiro, Livro das Linhagens, escrito pelo Conde D. Pedro, que em seu extenso prólogo faz uma listagem das sete motivações principais que o levaram a escrever tal texto, delimitando o grupo social da nobreza e esclarecendo o passado de forma que fosse do conhecimento régio a verdadeira origem de cada nobre. A criação dos textos genealógicos, esclarecendo os fundadores de cada linhagem e desdobrando a sua descendência, foi um exercício de memória que implicou a eliminação do passado que não importava para legitimar o presente dando ênfase às cinco grandes linhagens originais. No entanto, foi com as Crônicas que a memória escrita portuguesa encontrou seu ponto alto no sentido de legitimação e afirmação, como veremos no capítulo subsequente.

⁵³ Barroca, Mário Jorge. “Memórias.” In Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 451.

Cap 2 - As crónicas do século XV e seus autores.

As primeiras manifestações literárias portuguesas foram feitas em um contexto religioso dentro da Igreja católica sendo executadas quase que exclusivamente em língua latina. Havia apenas dados fragmentados que representavam um início de referências históricas. No entanto, à medida que o Reino português evoluiu, esta perspectiva eclesiástica foi alterada dando lugar ao aparecimento da língua portuguesa como unidade linguística nacional.⁵⁴ Nesse contexto, vemos também o crescente interesse em adotar a língua portuguesa como a língua oficial da corte bem como a necessidade de se criar uma tradição literária secular. Esse desenvolvimento começou inicialmente entre os reis e príncipes que contribuíram para essa produtividade literária, como por exemplo, o rei D. Dinis.

No entanto, foi com a morte do rei D. Fernando e a explosão da crise política de 1383-85 que a corte conseguiu a atmosfera necessária que se transformaria no contexto histórico do que viria a ser o surgimento da historiografia portuguesa. A nova dinastia do Mestre de Avis deu abertura para uma grande produtividade literária que, apesar de não possuir um cariz histórico, contribuiu com o crescimento documental e literário do património da Biblioteca Real que foi se tornando cada vez mais rico. Deste acervo, podemos citar, por exemplo, obras do próprio rei D. João I e de seus filhos D. Duarte e D. Pedro. Junto a esse desenvolvimento literário, surgiu a necessidade de preparar pessoas para cuidar do arquivo real e de suas obras. Muitos destes trabalhadores eram escolhidos para serem educados na corte juntamente com os príncipes, o que acabava por legitimar a sua posição dentro da corte. Estes letrados, em conjunção com o avanço da actividade cultural já existente, providenciaram o potencial humano que veio a criar a concepção da história portuguesa como uma faceta das letras nacionais.⁵⁵ Foi então que o rei D. Duarte, dando o que talvez foi a sua maior contribuição para a historiografia portuguesa, criou o cargo de cronista-mor nomeando Fernão Lopes, guarda-mor do Arquivo Real da Torre do Tombo, como o primeiro a exercer essa função.

⁵⁴ King, Larry. "Introdução." In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, p. 22.

⁵⁵ King, Larry. "Introdução." In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, p. 24.

Contudo, a primeira crónica portuguesa surgiu por iniciativa do príncipe D. Pedro Afonso, conde de Barcelos e filho bastardo de D. Dinis, que deixou um legado cultural muito importante para a história da literatura portuguesa. Entre as obras que produziu, encontramos uma recompilação da genealogia das principais famílias nobres de Portugal inseridas no contexto peninsular – o *Livro das Linhagens do Conde D. Pedro* – e o que viria a ser considerada a primeira crónica portuguesa, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, na qual narra a história dos vários reinos ibéricos, bem como os factos envolvendo a Reconquista, enfatizando o papel dos reis portugueses na Cruzada contra os mouros.

Apesar disso, esta obra constitui um caso particular e o princípio da historiografia portuguesa é apenas considerado a partir da actuação de Fernão Lopes como cronista-mor do reino, já no século XV. Isso se deve, nomeadamente, ao estilo invulgar e vivaz que o cronista utiliza para contar os eventos. Assim, graças ao sentido duplamente literário e historiográfico de suas obras, a historiografia portuguesa adquire uma relevância distinta. De facto, nas suas crónicas podemos encontrar desde o ambiente cortês luxuoso e cheio de intrigas até a movimentação das ruas e do cotidiano do povo. Foi precisamente este estilo literário que acabou por servir de referência aos outros cronistas que seguiram a mesma linha, fazendo das crónicas portuguesas obras de grande valor literário e historiográfico na medida em que, além de relatar os factos ocorridos, conseguem pintar um quadro social da época fazendo com que nós, leitores contemporâneos, possamos dar uma “espreitadela” no mundo medieval português.

Entretanto, apesar do valor literário e do talento pessoal de cada um dos cronistas, é importante salientar que, à época, se entendia menos a tarefa de cada um destes homens como um trabalho de autor, que escreveria e assinaria livros distintos, crónicas avulsas de reinados, e mais como um esforço continuado de reunião de materiais arquivísticos, de informações documentais e orais de notas e apontamentos, em vista à redacção da grande obra: a Crónica Geral do Reino, naturalmente dividida de acordo com os sucessivos reinados.⁵⁶ Dessa forma, é possível encontrar várias contribuições de vários autores diferentes em um mesmo texto sem que o mesmo seja considerado plágio. A noção moderna de plágio de forma alguma se pode aplicar à produção de um historiador

⁵⁶ Duarte, Luís Miguel *apud* Duarte, Isabel Margarida. “O Relato de Discurso na Crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara.” *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, p. 212.

medieval. Até ao século XVI, era, como se sabe, normal que um cronista fizesse consistir grande parte do seu trabalho na transcrição, sem alterações ou só com alguns retoques, de passos mais ou menos extensos de textos anteriores sobre o mesmo assunto, sempre que deles podia dispor.⁵⁷

Assim, a função do cronista medieval, diferentemente da do historiador moderno, consistia em ordenar cronologicamente os relatos de acontecimentos históricos de uma forma narrativa coesa e criativa sem desfocar do intuito principal de passar a informação – uma vez que a importância do cargo ressalta da circunstância de serem a principal fonte de informação para a história do tempo⁵⁸ - e expor os factos de forma concreta utilizando uma descrição relativamente rígida dos eventos dominada por um estilo literário próprio. Nesse sentido, se as crónicas medievais tivessem sido escritas da forma como entendemos a historiografia nos dias de hoje, teriam pouco valor literário para nós. Entretanto, os cronistas na Idade Média escreviam de forma expressiva, inculcando a sua própria observação sobre os factos relatados e algumas das vezes investiam uma certa imparcialidade, mas de modo a sempre agradar ao rei a que serviam. É por isso que os textos dos cronistas medievais, apesar de serem considerados os principais documentos de registo histórico da Idade Média, compõem-se, também, como formas de expressão artística literária.

2.1. Fernão Lopes – Legitimação e nacionalismo: o início da dinastia de Avis

Acerca da vida e carreira de Fernão Lopes, pelo factor óbvio de ser largamente conhecido – ou desconhecido no que se refere à vida privada e às datas de seu nascimento e morte, por exemplo – iremos apenas apresentar um pequeno resumo enfatizando a sua posição como guardador das escrituras do Tombo e cronista-mor do reino, factos que nos serão necessários para a análise proposta pelo nosso trabalho. Assim, sabe-se apenas que teria nascido em Lisboa, entre 1380 e 1390 e que em 1418 desempenhava as funções de guarda-mor dos arquivos reais da Torre do Tombo. Aliás,

⁵⁷ Cintra, Luis F. Lindley. “Prefácio.” In Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 15.

⁵⁸ Serrão, J. Verissimo. “Contexto Histórico.” In *História e Antologia da Literatura Portuguesa: século XV*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, p. 12.

o primeiro documento do nosso interesse é justamente uma certidão datada de 29 de Novembro de 1418 que oficializa o cargo que, possivelmente, já ocupava. Acerca disso, Damião Peres nos diz que a nomeação de Fernão Lopes representou uma verdadeira inovação nos serviços do arquivo real, e pressupõe assim o reconhecimento duma notória capacidade já revelada em anteriores serviços, que bem poderiam ser os de escrivão dos livros do infante D. Duarte, qualidade igualmente dita na aludida certidão de 12 de Dezembro de 1418 ou os de *escrivam da puridade* do Infante Santo, D. Fernando, que embora só conhecida desde 1422, pelo alvará de 4 de Setembro desse ano, bem poderia ter exercido muito antes, desde os tempos em que o referido infante, precoce como em geral seus irmãos, e reconhecidamente dado aos estudos, porventura já carecesse de secretário desde o avizinhar dos 16 anos.⁵⁹

Um outro documento que nos direcciona no caminho profissional percorrido por Fernão Lopes é o testamento do infante D. Fernando, redigido em 18 de Agosto de 1437, no qual o cronista aparece referido como tabelião-geral do reino. Este cargo estava directamente ligado ao de guarda-mor da Torre do Tombo, dando-lhe acesso a toda a documentação do reino. Entretanto, alguns anos antes, Fernão Lopes já tinha sido nomeado a mais um cargo: numa carta régia datada de 19 de Março de 1434, D. Duarte atesta que ele seria responsável por colocar em forma de crónica a história dos reis portugueses, criando assim o cargo de cronista-mor do reino e oficializando uma função supostamente já exercida por ele, como podemos concluir pelas expressões utilizadas pelo rei na carta: *A quantos esta carta virem fazemos saber que nós temos dado carrego a Fernão Lopes, nosso escrivão, de poer em carónica as estórias dos reis que antigamente em Portugal foram. Isso mesmo os grandes feitos e altos do mui virtuoso e de grandes virtudes el-rei meu senhor e padre, cuja alma Deus haja ... porquanto em tal obra ele há assaz trabalho e há muito de trabalhar.*⁶⁰

Neste sentido, Maria Ema Tarracha Ferreira defende que as duas actividades de Fernão Lopes completavam-se na medida em que, segundo o conceito de história defendido por

⁵⁹ Peres, Damião. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1965, pp. X - XI.

⁶⁰ Ferreira, Maria Ema Tarracha. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónicas*. Lisboa: Verbo, 2005, p. 12.

D. Duarte, a realização da Crónica Geral do Reino dependia directamente do conhecimento e aproveitamento da documentação existente.⁶¹

O último documento que aqui pode nos interessar para firmar o resumo prévio do caminho percorrido por Fernão Lopes é justamente o que oficializa o fim do mesmo: uma carta régia datada de 6 de Junho de 1454 confirma a substituição de Fernão Lopes por Gomes Enes Zurara, que possivelmente já exercia suas funções, uma vez que em 1450 Zurara conclui e assina a terceira parte da *Crónica de D. João I – a Crónica da Tomada de Ceuta*.⁶²

Se realmente suas funções foram totalmente cessadas ou se ainda teve alguma influência nas outras crónicas, não nos é possível afirmar em nosso estudo. Entretanto, levando em consideração o raciocínio de Ferreira sobre a contribuição de Fernão Lopes em outras obras, era provável que as crónicas de D. Pedro I e de D. Fernando fossem excertos de uma crónica maior – a *Crónica dos Reis de Portugal* – que muito foi citada mas se perdeu ao longo do tempo. As próprias crónicas a ele atribuídas não nos chegaram na sua forma original e são conhecidas apenas através de apógrafos elaborados por ordem de D. Manuel no século XVI. O facto é que, por falta de material que possa comprovar outras teorias, iremos nos restringir às obras que apuradamente lhe pertencem: *Crónica de D. Pedro I*, *Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João I* (primeira e segunda partes).

Como vimos, a posição singular de guarda-mor da Torre do Tombo deu a Fernão Lopes as ferramentas necessárias para ter acesso às informações oficiais do reino. Apesar de ter-se utilizado fundamentalmente destas fontes, não descuidou por completo a utilização de outras que deram a sua obra animação e vida sem destruir a segurança do relato histórico de suas crónicas: a tradição popular, por exemplo, possui uma grande influência no arranjo de sua obra. A estrutura novelística e, por vezes, dramática de suas crónicas reflecte o conhecimento desta literatura narrativa e cavaleiresca em língua vulgar, que valorizava o discurso oral e dava grande relevo ao diálogo, caracterizado pela vivacidade e intensidade dramática, marcas de literariedade que permanecem na

⁶¹ Ferreira, Maria Ema Tarracha. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónicas*. Lisboa: Verbo, 2005, p. 19.

⁶² Ferreira, Maria Ema Tarracha. “Introdução.” In In Lopes, Fernão. *Crónicas*. Lisboa: Verbo, 2005, p. 13.

prosa do primeiro cronista português e tornam ainda hoje tão aliciante a leitura de sua obra.⁶³

As crónicas de Fernão Lopes definiram o modo de escrita e de registro cronístico que seria imitado por todos os seus sucessores e apesar da sua verificada preocupação com a imparcialidade e a veracidade dos factos, não podemos, no entanto, encarar um retrato de Fernão Lopes como cronista rigorosíssimo com total atenção aos factos relatados. Sua concepção de história é regiocêntrica e política, e enquadra-se nitidamente nas estruturas culturais da Idade Média. Todavia, alguns detalhes fazem dele um historiador inovador para o seu tempo: o cronista confere, pela primeira vez na historiografia portuguesa, uma certa notoriedade aos movimentos populares na configuração de certos eventos (como, por exemplo, as festas noturnas de D. Pedro, quando, alucinado pelas saudades de Inês de Castro, vinha às ruas para curar-se da sua torturante ausência, e a revolta popular de 1383 contra Leonor Teles e o conde Andeiro) e aos assuntos económicos e psicológicos do processo histórico.

Entretanto, como vimos, Fernão Lopes se destaca no panorama da Idade Média portuguesa principalmente por suas habilidades literárias. Provido de um estilo único, é caracterizado pela coloquialidade, acessibilidade e a agitação da vida cotidiana, talvez em decorrência de sua possível origem plebeia⁶⁴ e sua identificação com os assuntos populares⁶⁵. Suas crónicas possuem uma movimentação que ultrapassa o plano descritivo e narrativo típico da historiografia. Com a utilização de expedientes tipicamente literários, herdados, como vimos, da novela de cavalaria, utiliza-se de cortes súbitos no fluxo narrativo focalizando acontecimentos contemporâneos decorridos em lugares diferentes. Esta simultaneidade de acção desencadeia um entrelaçamento de cenas e situações que destrói a monotonia criada pelo simples relato de factos cronológicos.

Outras técnicas da novela cavaleiresca podem ser apontadas: o incomum sentido plástico da realidade, os retratos psicológicos das personagens, a cerrada cronologia e o emprego dos diálogos, constituem outras soluções estruturais que Fernão Lopes utilizou

⁶³ Ferreira, Maria Ema Tarracha. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónicas*. Lisboa: Verbo, 2005, p. 19.

⁶⁴ Segundo análise de Maria Ema Tarracha Ferreira, há fortes indicações históricas de o cronista ser originário de uma classe constituída por trabalhadores em ofícios mecânicos de artesanato ou indústria.

⁶⁵ Ferreira, Maria Ema Tarracha. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónicas*. Lisboa: Verbo, 2005, pp. 9-10.

em suas crónicas para criar a roupagem narrativa literária que vemos em sua historiografia.⁶⁶

Todavia, e apesar da importância estética das suas fontes mais tradicionais, as fontes narrativas são uma constante em suas obras. A inclusão de referências a textos narrativos – com ou sem a indicação de seus autores – constitui uma das características do método historiográfico de Lopes e segundo Ferreira, não pode confundir-se com plágio visto que o cronista não dissimula a origem do trabalho alheio.⁶⁷ Este era um método válido no século XV tendo em vista que o trabalho do historiador medieval consistia na recolha de factos relatados, fazendo uma seriação ordenada que daria origem a uma narrativa cronológica. Na realização desta tarefa, o historiador era livre de utilizar materiais alheios, que seriam refundidos ou incorporados directamente na obra. Entretanto, Fernão Lopes nos surpreende ao tomar uma atitude selectiva e crítica em relação às fontes narrativas, tanto pelo critério com que escolhe e utiliza suas fontes como pela importância que atribui aos documentos régios, o aproximando da concepção científica e crítica da história introduzida por Alexandre Herculano.⁶⁸

Levando em consideração essas fontes narrativas, é possível notar entre elas a presença da crónica escrita por Pero Lopes de Ayala sobre o reinado de Pedro, *O Cruel*, monarca castelhano contemporâneo de D. Pedro I. Sobre ela, Peter Edward Russel defende que Lopes ora traduz *in toto* o texto castelhano, ora resume, sem procurar polir ou animar o estilo um tanto árido do original.⁶⁹ Ainda de acordo com Russel, existem indícios da incorporação de outros escritos como o Livro da Noa, de Santa Cruz de Coimbra e uma carta perdida do Príncipe de Gales a qual ele crê ter dado origem ao capítulo XLII da crónica. Entretanto, devido ao carácter dialogal da narração, Damião Peres acredita que se trata muito provavelmente de uma fonte narrativa desconhecida baseada na divulgação dos próprios envolvidos.⁷⁰

Contudo, apesar da utilização de fontes narrativas e tradicionais, como já afirmamos, a parte fundamental das crónicas de Fernão Lopes é principalmente baseada nas fontes

⁶⁶ Ferreira, Maria Ema Tarracha. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónicas*. Lisboa: Verbo, 2005, pp. 9 – 10.

⁶⁷ Ferreira, Maria Ema Tarracha. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónicas*. Lisboa: Verbo, 2005, p. 36.

⁶⁸ Ferreira, Maria Ema Tarracha. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónicas*. Lisboa: Verbo, 2005, p. 37.

⁶⁹ Russel, Peter Edward. *As Fontes de Fernão Lopes*. Coimbra: Editora Coimbra, 1941, p. 17

⁷⁰ Peres, Damião. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1965, p. XVI.

documentais que estiveram sob sua responsabilidade no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Um dos aspectos da personalidade de D. Pedro I que Lopes mais levou em consideração e acentuou em sua crónica foi justamente a descomunal preocupação com a justiça e a aplicação da mesma.

Peres nos comprova esse aspecto citando algumas passagens da crónica e identificando diversas medidas de ordem judicial e administrativa que Lopes enumera nos capítulos V e VI da crónica sobre esse monarca. Estas passagens, inspiradas principalmente em diplomas transcritos nos livros de chancelaria de D. Pedro I, tinham como objectivo não só relatar a forma como o rei tratava das questões administrativas do reino como também destacar o carácter justiceiro do rei, enaltecendo, assim, o seu governo. Entre as medidas enumeradas por Peres, podemos destacar algumas que fazem criar a imagem da moralidade proposta por Lopes, a qual enfatiza vigorosamente em sua crónica:

- Penas duras contra os ladrões e malfeitores;
- Rapidez e moralidade na aplicação da justiça;
- Moralização dos costumes;
- Proibição da relação entre cristãos e mouros, entre outros...

Além dos registos da chancelaria, Lopes se utilizou também das actas das Cortes de 1361 e de uma documentação avulsa que continha, entre outros, o testamento do próprio D. Pedro I e as actas notariais referentes à declaração por ele oficialmente feita, de ter-se outrora consorciado com Inês de Castro, e dos respectivos depoimentos e declarações que foram base dos capítulos XXVII e XXVIII.⁷¹

Entretanto, sobre a personalidade íntima do rei, podemos concluir que Lopes acaba por retomar as fontes de cunho popular e tradicional. Identificamos essas fontes principalmente através dos relatos acerca de algumas das situações relacionadas à sua posição vingativa perante a execução de Inês de Castro, da sua caracterização física e psicológica e do teor lendário existente em torno do seu reinado. Além destes relatos, Peres ainda acrescenta que, à tradição, Lopes iria também buscar pelo menos na pormenorização dramática da intervenção do monarca, as notícias de certos casos da aplicação da justiça em matéria criminal. Alguns desses casos devem ter correspondido a sucessos reais, como inculca o facto de se mencionarem na crónica os nomes dos

⁷¹ Peres, Damião. "Introdução." In Lopes, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1965, p. XXIII.

indivíduos a que os sucessos são atribuídos. Lopes teria tido, talvez, conhecimento de sentenças, hoje desaparecidas, mas tem de reconhecer-se que a imaginação popular contribuiu para o conjunto de narrações com a habitual colaboração lendária.⁷² Uma hipótese colocada por Peres é que Lopes possa ter encontrado, já elaborada, uma lenda do rei justiceiro que tivesse sido criada ao redor de um núcleo primitivo de realidades.⁷³

Na representação moral que faz de D. Pedro I, apesar da nítida reverência e louvor com os quais retrata o monarca em sua obra, Lopes evidencia seu carácter impulsivo. Peres defende que neste aspecto Lopes expôs esta representação moral como “maculadora da equidade punitiva”. Essa característica pode ser vista principalmente na sua revolta contra o pai e nas lutas pela sucessão do trono, mas talvez possamos identificar de forma mais aparente – justamente pela falta de justificação na acção – em sua atitude perante a burguesia do Porto que o apoiou economicamente. A forma violenta com que exigiu o apoio financeiro ameaçando os membros da burguesia portuense⁷⁴ nos faz crer que seu temperamento não era gerado pela dor da perda de seu grande amor, como definitivamente não era fruto de uma lenda sobre o rei justiceiro. No entanto, Lopes deixa essa faceta impetuosa e impulsiva ainda mais evidente ao relatar o perjúrio cometido pelo monarca ao ter assassinado de forma fria e cruel Álvaro Gonçalves e Pero Coelho depois de ter jurado solenemente perdoar-lhes pela morte de Inês em 1355, ao fazer as pazes com seu pai.

Levando isso em consideração, podemos encontrar na *Crónica de D. Pedro I* um discurso historiográfico construído em torno de um retrato moral, político e psicológico do rei que deixa em evidência temas curiosos a serem debatidos. O amor passionai de D. Pedro por Inês e sua excessiva preocupação (beirando a obsessão) por justiça transformam o texto e fazem a diferença na crónica de Fernão Lopes. Segundo Teresa Amado, a apoiar e a circundar o retrato moral de D. Pedro, Fernão Lopes dá o primeiro plano a dois temas que, mais uma vez, não seria normal que dele gozassem em texto de tal natureza.⁷⁵ Lopes, nesse sentido, desenvolve a historiografia em torno do contexto moral e psicológico de D. Pedro de forma a delinear um carácter novelístico à obra sem

⁷² In Lopes, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1965, pp. XXV – XXVI.

⁷³ Peres, Damião. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1965, p. XXVII.

⁷⁴ Transmitida por um tabelião em 1356 através de um auto que redigiu relativo a um destes empréstimos. (Arq. Municipal, no Gabinete de História da Cidade, *Pergaminhos*, Vol I) in Peres, Damião. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1965, p. XXV.

⁷⁵ Amado, Teresa. *O Passado e o Presente: Ler Fernão Lopes*. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 63.

deixar de lado a comprovação histórica, ao se utilizar das fontes documentais que tinha ao seu dispor.

Assim como na *Crónica de D. Pedro I*, e possivelmente em sequência à mesma, Fernão Lopes utiliza-se das mesmas fontes orais, documentais e narrativas para escrever a *Crónica de D. Fernando*. Entretanto, a alusão que faz relativamente a suas fontes narrativas é muito vaga. Em muitos casos apenas temos a noção de estar diante de uma citação pelo facto de termos acesso à fonte da qual ele se utilizou. Contudo, podemos encontrar uma citação direta feita a uma crónica escrita por Martim Afonso de Melo, além de outras quatro fontes que estão devidamente identificadas na obra: a *Crónica de Condestabre* e as crónicas de Pero Lopez de Ayala (D. Pedro I, D. Henrique II e D. João I de Castela). Novamente, aqui, nos deparamos também com o *Livro de Noa*. Entretanto, segundo Salvador Dias Arnaut, é provável que Fernão Lopes não o conhecesse, mas sim uma fonte nele utilizada.⁷⁶ Encontramos também, muitos tributos à *Crónica de Condestabre*, contudo, as maiores dívidas de Fernão Lopes em sua obra são para com Ayala e suas crónicas.

A primeira edição da *Crónica de D. Fernando* de Fernão Lopes só apareceu em 1816 na aludida “Collecção de Livros Inéditos da História Portuguesa”, à qual está ligado o nome de Francisco Manuel Trigozo d’Aragão Morato. Esta versão depois foi reproduzida modernizando a grafia, o que deu origem, em 1895-96 a uma edição dirigida literariamente por Luciano Cordeiro. Em 1933-35, uma nova edição, sem alterações foi feita pela Portucalense Editora na sua “Colecção Portuguesa”. Entretanto, Arnaut nos passa a quarta edição, integralmente reproduzida, de novo, a partir da primeira, evitando assim os possíveis erros de interpretação que a modernização da grafia possa ter criado.

Nesta crónica, Fernão Lopes relata de forma cronológica os factos mais importantes que ocorreram no reinado e na vida de D. Fernando, compondo um balanço antitético da sua ação governativa, no que diz respeito à política interna e externa, e aos traços contraditórios da sua personalidade.⁷⁷ Assim, podemos encontrar nesta crónica relatos e críticas contraditórios acerca do reinado e da vida de D. Fernando no que diz respeito

⁷⁶ Arnaut, Salvador Dias. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. Porto: Civilização, 1966, p. X.

⁷⁷ “Crónica de El-Rei D. Fernando”. *Infopédia* [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-08-23]. [http://www.infopedia.pt/\\$Crónica-de-el-rei-d.-fernando](http://www.infopedia.pt/$Crónica-de-el-rei-d.-fernando).

não só às suas medidas administrativas no âmbito da política interna e externa, como também a suas escolhas na vida pessoal. O juízo desfavorável com o qual relata as três guerras com Castela bem como seus efeitos económicos negativos é claramente exposto de forma crítica por Lopes nesta obra. Entretanto, Lopes não deixa de elogiar e enaltecer algumas das medidas tomadas pelo rei, principalmente no que se refere à administração interna no reino. Podemos ver esse aspecto de contradição mais nitidamente quando Lopes refere a vida pessoal do monarca. Ao fazer uma distinção clara sobre a sua personalidade, primeiramente enaltecendo seu carácter justo e forte logo no prólogo da crónica e depois culminando no carácter doente, fraco e injusto que precedeu a morte do rei, Fernão Lopes faz um discurso que, apesar de dignificar o rei, como era devido, deixa a interpretação em aberto para poder-se questionar o reinado de D. Fernando. Além disso, seu casamento polémico com D. Leonor Teles é extremamente condenado pelo cronista. A reprovação dos "povos de Lisboa" face a um casamento que não honrava o seu rei e a recusa do monarca em ouvir a voz do povo, que na perspetiva do cronista é a voz da razão, é decisiva para uma condenação de D. Fernando, sobretudo quanto às consequências nefastas desse ato irrefletido durante o interregno, ao colocar em perigo a integridade do reino e ao lançar o país numa profunda crise nacional.⁷⁸

A *Crónica de D. Fernando*, assim, inicia-se pouco depois da morte de D. Pedro (em Março de 1367) e termina com as exéquias do monarca e o alvoroço popular, bem como com o descontentamento da nobreza perante a regência de D. Leonor Teles em nome de sua filha D. Beatriz, rainha de Castela, a quem D. Fernando deixou seu reino. Isso servirá de pano de fundo para o começo da *Crónica de D. João I* (primeira parte) dando uma linearidade à historiografia e preparando o leitor para a obra subsequente. Não podemos, neste sentido, considerar a *Crónica de D. Fernando* como o elemento fulcral da trilogia de Fernão Lopes. É, no entanto, particular, pois, como vimos, pelo facto de ser a base do contexto no qual se inicia a primeira parte da *Crónica de D. João I*, cria um antagonismo entre o rei D. Fernando e seu sucessor. Dessa forma, Lopes constrói em sua crónica uma determinada representação do rei D. Fernando, que fundamenta a mudança de dinastia e legitima o reinado do Mestre de Avis. Toda essa conceituação pode ser vista e resumida no acontecimento que será mais importante para a nossa análise acerca de D. Fernando, e será analisado mais detalhadamente no decurso do

⁷⁸ *Crónica de El-Rei D. Fernando*. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-08-23]. [http://www.infopedia.pt/\\$Crónica-de-el-rei-d.-fernando](http://www.infopedia.pt/$Crónica-de-el-rei-d.-fernando).

nosso trabalho: a descrição da morte e das exéquias do soberano que acaba por afirmar a imagem fatídica e pouco relevante do rei que dará abertura à ascensão da nova dinastia, nomeadamente para a figura heróica de D. João I.

Sendo assim, levando em consideração tanto o aspecto pessoal de Fernão Lopes – pela predilecção à dinastia que reverenciava –, como o aspecto profissional – no qual o cronista tinha como missão legitimar a nova dinastia e afirmar o nacionalismo português –, é difícil para um pesquisador delinear acontecimentos históricos concretos que não estejam impregnados pela visão tendenciosa do cronista. Segundo Arnaut, Fernão Lopes não compreendeu em toda sua extensão a política de D. Fernando. O juízo que, com base no cronista, vulgarmente se faz deste monarca, tem, a nosso ver, de ser corrigido sob múltiplos aspectos.⁷⁹

Em contrapartida, a representação feita de D. João I na primeira parte de sua crónica enaltece todo o governo e carácter deste rei. Para falar desta crónica, iremos trabalhar com a edição preparada e produzida por Anselmo Braamcamp Freire, que teve sua impressão inicial em 1915 e é considerada por Luis F. Lindley Cintra a melhor edição até hoje publicada da primeira parte da *Crónica de D. João I*.⁸⁰ O próprio Braamcamp Freire exalta esta edição ao afirmar que nesta obra, mais do que em nenhuma outra, aparece em todo o seu esplendor o estilo apropriado, pitoresco, brilhante, por vezes roçando-se até com o sublime, de Fernão Lopes. “A maneira como, em vários pontos da crónica, são apresentados o entusiasmo, a dedicação, o arrojo do povo, da arraia miúda, na defesa da causa nacional (...) são restituídas agora à sua pureza de forma.”⁸¹

A *Crónica de D. João I* é a mais extensa e detalhada das três. Utiliza, como vimos, a crise política de 1383-85 como pano de fundo da primeira parte, abrangendo uma linha de tempo de vinte e oito anos e referindo acontecimentos que vão desde o início da guerra da independência até o ano de 1411, com a assinatura do tratado de paz com Castela. É composta por duas partes historicamente distintas que correspondem a períodos de tempos subsequentes. A primeira parte, também chamada de “Os Feitos de Mestre”, começa com o assassinato do conde Andeiro, em 6 de Dezembro de 1383, e

⁷⁹ Arnaut, Salvador Dias. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. Porto: Civilização, 1966, p. XXI.

⁸⁰ Cintra, Luis F. Lindley. “Prefácio.” In Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 7.

⁸¹ Freire, Anselmo Braamcamp. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, pp. XX – XXI.

termina com a proclamação de D. João I nas cortes de Coimbra em 6 de Abril de 1385. Possui menos 11 capítulos que a segunda parte – “Os Feitos d’el-Rei” – cujo teor abrange todo o reinado de D. João I.

Juntas, as duas partes constituem um relato minucioso do governo do mestre de Avis, que começa antes mesmo de sua subida ao trono português. Na crónica, Lopes utiliza seu estilo coloquial e perspicaz para criar uma atmosfera popular cujo intuito era justamente divulgar os feitos do Mestre de Avis para toda a população e exibir suas virtudes, afirmando D. João I ao lado do povo português como legítimo representante do reino. Para esse efeito, Fernão Lopes manifesta seu lado popular ao narrar os acontecimentos, relativamente à política interna, que marcaram o final do reinado de D. Fernando. Contudo, não podemos nos deixar levar pela empolgante literariedade de Fernão Lopes e esquecer a sua posição como cronista e funcionário do reino. Ele é, nunca esqueçamos, um servidor da casa de Avis à qual deve tudo, e ser-lhe-ia decerto muito penoso proceder de outra maneira.⁸² Sua função era legitimar o reinado de D. João I e sua linhagem bem como afirmar o nacionalismo português. Então, não nos surpreende que em sua narrativa, enfatize a “vontade do povo” em defesa de D. João direccionando esta vontade como um ato de verdadeiro nacionalismo.

Através de sua narrativa, Fernão Lopes nos faz acreditar que grande parte das citações fazem parte da sua própria obra, e se não nos tivessem chegado as obras originais destas citações, jamais saberíamos se trataram de citações. Esse facto nos gera uma certa insegurança ao redor das obras de Fernão Lopes. Até onde podemos delinear de forma segura o que foi escrito pelo autor e o que são textos compilados de alguma obra desconhecida não nos cabe, neste estudo, definir. No entanto, tendo em vista esse hábil processo de “corte e costura”, muito utilizado pelos cronistas medievais, apesar de toda a habilidade literária de Lopes para o fazer, podem ser encontradas algumas incongruências em sua sequência narrativa. Arnaut dá novamente um exemplo disso ao mencionar o capítulo 52 da crónica no qual Fernão Lopes faz alusão a um marquês que no texto, supostamente, deveria já ter sido referido e no entanto não há qualquer menção ao mesmo anteriormente. Em outros exemplos, Arnaut desmascara outras incongruências que dariam todo um outro trabalho de pesquisa que, para nosso intuito, não é relevante.

⁸² Arnaut, Salvador Dias. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. Porto: Civilização, 1966, p. XXI.

Assim, e para nosso trabalho de investigação, é apenas importante saber da existência dessas tais incongruências para podermos delinear o carácter não só da obra, como também da metodologia de Fernão Lopes. Não estamos aqui diminuindo o valor inestimável tanto das obras como do trabalho de Fernão Lopes. Longe disso, queremos deixar claro que apesar de ter sido um grande historiador da sua época, não podemos fechar os olhos para as lacunas em suas obras que podem comprometer a veracidade e a interpretação dos factos contidos nelas. Entretanto, e apesar das falhas que parecem diminutas diante da verdadeira importância das obras de Lopes, não podemos deixar de levar em consideração sua inestimável contribuição para a história e para a literatura portuguesas.

2.2. Gomes Eanes de Zurara – Expansão marítima e propagação dos conceitos de honra e glória

Assim como a de Fernão Lopes, a vida pessoal de Gomes Eanes de Zurara possui uma grande lacuna. Não se conhece com exactidão a data precisa do seu nascimento, contudo, através de indícios deixados em suas obras, é possível conjecturar que Zurara tenha nascido entre 1410 e 1420.⁸³ Sabemos que é filho de Johanne Eannes Zurara, cónego das Sés de Coimbra e Évora, entretanto de sua mãe biológica não há notícia. Existe apenas o registo de uma adoção feita por Maria Annes, peliteira e moradora da mesma cidade, com o intuito de o nomear seu herdeiro universal deixando-lhe, assim, todos os seus bens. Essa adoção fez Francisco Pereira desconfiar que Maria Annes poderia ser irmã de Zurara por parte paterna, tendo em consideração a suposta relação que Johanne Annes de Zurara tivera com Maria Vicente, mãe de Maria Annes.⁸⁴ Foi comendador da Ordem de Cristo e, apesar do voto de castidade, Zurara, cujo estado civil permanece desconhecido, teve três filhos posteriormente legitimados por carta de D. João II.

⁸³ Pereira, Francisco Maria Esteves. “A vida de Gomes Eanes de Zurara.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, pp. XIII – XIV.

⁸⁴ Pereira, Francisco Maria Esteves. “A vida de Gomes Eanes de Zurara.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. XLVII.

Zurara entra no conjunto dos cronistas medievais portugueses logo após Fernão Lopes, sendo, oficialmente, seu sucessor. Assim, depois de Lopes ter sido deposto por estar velho e doente, Zurara foi nomeado pelo rei D. Afonso V cronista-mor do reino e guarda-mor do Arquivo Real da Torre do Tombo.

Apesar desta substituição parecer uma fácil e desembaraçada transferência de deveres, as ideologias dos dois cronistas estavam separadas por consideráveis diferenças⁸⁵. Lopes é considerado o “cronista do povo”, em contrapartida, Zurara escrevia directamente para a população da corte. Além disso, as próprias narrativas possuem panos de fundo distintos. Enquanto Lopes trata de um período da história de organização política, Zurara cobre os primeiros anos da expansão ultramarina portuguesa.⁸⁶ No entanto, o foco da narrativa de Zurara se destina, nomeadamente, à expansão dos portugueses para fora do reino enquanto o foco de Lopes se detém aos sucessos acontecidos no interior deste.

Essa comparação de Lopes com Zurara é importante para ajudar-nos a entender não só o estilo adotado por cada um, como também os comentários contraditórios de alguns estudiosos acerca do trabalho de Zurara. Pereira nos conta que Zurara iniciou sua instrução literária tardiamente e quando começou a ler e a escrever, já tinha passado a idade em que era costume receber-se esta instrução⁸⁷. Apesar disso, Pereira faz um apanhado do que seria a vasta erudição de Zurara acerca dos escritores clássicos gregos e romanos, bíblicos, e ainda seus contemporâneos portugueses, italianos, arábicos e espanhóis, além de ter noções de cosmografia e astrologia. No entanto, mais à frente, Pereira selecciona algumas opiniões contraditórias de outros autores acerca do trabalho de Zurara. Cita, por exemplo, a opinião de Mateus Pisano que o considera um grande historiador e ao mesmo tempo faz referências a Damião de Goes e José Correia da Serra, que possuem uma visão menos positiva do trabalho do cronista⁸⁸. Este último, chega inclusive a escrever que o estilo de Gomes Eannes de Zurara “não he uniforme, parecem duas diversas vozes. A narração ordinária he singela, cheia de bom senso e não

⁸⁵ King, Larry. “Introdução.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, p. 25.

⁸⁶ King, Larry. “Introdução.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, p. 26.

⁸⁷ Pereira, Francisco Maria Esteves. “A vida de Gomes Eanes de Zurara.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. XV.

⁸⁸ Pereira, Francisco Maria Esteves. “A vida de Gomes Eanes de Zurara.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. LXXI.

falta de elegância; mas de tempo em tempo lembra-lhe a agreste rethorica, que tão tarde tinha estudado, e ostenta hum estilo de falsete.” O primeiro era o que a natureza lhe tinha dado, o último era fruto dos seus mal sazoados estudos.⁸⁹ Encontramos em Pereira muitas outras críticas acerca do trabalho de Zurara, entretanto, talvez a melhor contribuição tenha vindo da citação de Alexandre Herculano, o qual defende que a sinceridade das suas intenções supre de algum modo a aridez e o vazio das obras. Posto porém que Zurara esteja em grau inferior a Fernão Lopes, não deixou de fazer com os seus escritos bom serviço a literatura pátria.⁹⁰

Para Zurara, cuja instrução literária, como vimos, veio mais tardiamente do que o normal, não deve ter sido tarefa fácil não só ocupar o lugar de um cronista tão respeitado como Lopes, mas também ter a seu cargo o penoso trabalho de dar continuidade à sua obra sobre D. João I. Apesar disso, Zurara fez questão de realçar um estilo próprio, mais voltado para a nobreza da corte e mais formal e religioso. Neste sentido, King refere que Saraiva o considera o cronista da nobreza e o representante dos valores dos nobres: honra e fama ao serviço de Deus e do Rei.⁹¹ A diferença de um suposto público-alvo dos dois cronistas pode ser vista principalmente na linguagem utilizada nas crónicas de D. João I. A forma simples e coloquial de Lopes faz parte de uma estratégia de sedução global. Devemos lembrar que o intuito principal de D. Duarte, ao encomendar as crónicas, era o de perpetuar a memória histórica do reino afirmando assim o nacionalismo do povo português e legitimando a nova dinastia. Para isso, era primordial que Lopes conseguisse ter uma ligação literária com a camada popular do reino. Entretanto, em Zurara não percebemos essa preocupação. É provável, assim, que o alocutário da *Crónica da Tomada de Ceuta* fosse sociologicamente bem diferente daquele que Fernão Lopes procurou envolver em sua narração.⁹²

Essa diferenciação no estilo de linguagem, principalmente no que se refere aos discursos diretos, marca as obras de Zurara. A *Crónica da Tomada de Ceuta* revela uma

⁸⁹ Serra, José Correia *apud* Pereira, Francisco Maria Esteves. “A vida de Gomes Eanes de Zurara.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. LXXI.

⁹⁰ Herculano, Alexandre *apud* Pereira, Francisco Maria Esteves. “A vida de Gomes Eanes de Zurara.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. LXXII.

⁹¹ King, Larry. “Introdução.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, p. 26.

⁹² Duarte, Isabel Margarida. “O Relato de Discurso na Crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara.” *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, p. 210.

preocupação quase inexistente em relação à verosimilhança dos discursos relatados.⁹³ Isso se deve, provavelmente, à intenção política do rei D. Afonso V com a obra. Segundo King, Zurara não seleccionou sua base ideológica mas escreveu sob a directriz de D. Afonso V, cujo espírito incorporou numa atitude nobre de expansão marítima. Essa atitude, ainda que se limitasse, no começo, aos conceitos de honra e fama, desenvolveu-se, posteriormente, nos interesses comerciais e internacionais da Renascença.⁹⁴ Sendo assim, a *Crónica da Tomada de Ceuta*, que constitui a terceira parte da *Crónica de D. João I*, acaba por introduzir a essência expansionista do trabalho de Zurara em conjunto com o rei D. Afonso V.

A crónica tem início com a firmação da paz com Castela e o desejo de D. João I de nomear seus filhos cavaleiros, e finda com a morte de D. João I e a trasladação de seu corpo. Juntamente com as duas obras subsequentes – a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* e a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* – forma a trilogia que narra um período de 50 anos da ocupação portuguesa em Marrocos, que vai de 1415 a 1464. Estilisticamente, a *Crónica da Tomada de Ceuta* se opõe às outras duas, principalmente, pelo facto de que nela ainda podemos ver muito do discurso direto típico do estilo vivo e agitado de Lopes, o que fez crer a alguns estudiosos – como por exemplo Damião de Gois⁹⁵ – que houve uma contribuição sua no início da obra. No entanto, Maria Isabel Duarte defende que já na escolha dos locutores para a construção de parte do texto da obra se verifica uma notória diferença entre os dois cronistas: Lopes dá voz ao povo com muito mais frequência que Zurara, em cuja obra são muito poucos os sujeitos colectivos e anónimos que intervêm no texto.⁹⁶ Em contrapartida, as citações e os discursos indirectos são mais frequentes em Zurara, que se utiliza principalmente de citações de escritores religiosos para legitimar seu discurso. Neste sentido, em vez das opiniões e do testemunho de quem assistiu os factos para credibilizar a veracidade do seu discurso e do narrado, processo utilizado por Lopes, Zurara cita autoridades

⁹³ Duarte, Isabel Margarida. “O Relato de Discurso na Crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara.” *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, p. 214.

⁹⁴ King, Larry. “Introdução.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, p. 27.

⁹⁵ Ferreira, Maria Ema Tarracha. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónicas*. Lisboa: Verbo, 2005, p. 32.

⁹⁶ Duarte, Isabel Margarida. “O Relato de Discurso na Crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara.” *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, p. 208.

religiosas para legitimar as opiniões do rei e dos infantes, assim como usa argumentos religiosos para defender essas opções.⁹⁷

Apesar de serem aparentes alguns vestígios de um estilo similar ao das duas primeiras partes da obra – talvez até para tentar dar uma certa homogeneização na transição de estilos – no decurso da narrativa da *Crónica da Tomada de Ceuta* podemos ver, já inerente ao discurso, o movimento expansionista de D. Afonso V que induz o leitor a assimilar os argumentos acerca da suposta necessidade da presença portuguesa no Norte da África. Nesse contexto, podemos verificar várias razões inerentes no contexto da crónica, no entanto, sobressaem as motivações político-económicas e religiosas.

Esse movimento expansionista discursivo visado pelo rei D. Afonso V continuou e encontrou fundação nas duas obras subsequentes à *Crónica da Tomada de Ceuta*. Das três obras que juntas formam a trilogia africana, a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* e a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* encontram-se na fase final da produção literária de Zurara e relatam os feitos de dois dos cavaleiros mais influentes do rei. A primeira delas é a segunda dessa trilogia africana e narra os factos ocorridos em Ceuta durante a capitania do Conde D. Pedro de Meneses. Esta crónica, diferentemente da anterior, possui um carácter privado que foge a temática real seguida por Fernão Lopes. Nela, Zurara, obedecendo a um pedido do rei que provavelmente estava ansioso para propagar os feitos em África, ensaia o que viria a ser seu estilo historiográfico voltado para a expansão ultramarina do reino português. Levando em consideração que ao escrever esta obra Zurara não teve a oportunidade de concretizar sua viagem a África, uma vez que seu pedido de dispensa tinha sido negado pelo rei, toda a obra foi escrita baseada principalmente em fontes escritas e em testemunhos de pessoas que estiveram presente ou que tiveram contacto com os acontecimentos descritos de alguma forma.

A crónica é formada por duas partes. Na primeira encontramos a temática central da crónica – os feitos do Conde D. Pedro de Meneses no norte da África – que segue até ao grande cerco da cidade de Ceuta. Na segunda, em contrapartida, essa temática é quebrada e outros acontecimentos começam a surgir, fazendo um tipo de introdução à

⁹⁷ Duarte, Isabel Margarida. “O Relato de Discurso na Crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara.” *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, p. 208.

crónica subsequente. Nos últimos capítulos, Zurara relata alguns feitos do Conde D. Duarte de Meneses fazendo, assim, uma ligação com a terceira crónica da trilogia.

Tendo sido considerada por Larry King a obra mais ambiciosa de Zurara, a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* narra os feitos do filho e sucessor de D. Pedro de Meneses depois de sua morte, reflectindo uma maturidade literária e uma perspectiva histórica não encontradas em nenhuma das suas crónicas anteriores.⁹⁸

Esta crónica é dividida em três partes. A primeira delas, o prólogo, é constituída de três capítulos: o primeiro se refere ao pedido que D. Afonso V faz a Zurara para que execute a obra, a segunda relata a viagem do cronista a África – que dessa vez foi autorizada pelo rei – e a diferença de metodologia que usa, considerando isso um aperfeiçoamento de seus trabalhos, e na terceira conclui o prólogo com um retrato do protagonista, fazendo um resumo de sua condição familiar, que era, originalmente, ilegítima. A segunda parte da crónica é um relato da vida inicial de D. Duarte de Meneses e da transição da história de pai para filho, em combinação com passagens de acontecimentos do reino, como por exemplo a morte do rei D. Duarte e a agitação que acompanhou a sucessão ao trono. E a terceira e última parte, constitui a narração das batalhas no norte da África durante um período de tempo que vai de 1437 a 1464, quando morre o conde D. Duarte.

Dentro dessa condição tripartida, o autor utiliza o prólogo e o relato da transição para estabelecer a dicotomia que salienta a ideologia da expansão ultramarina: cristãos contra mouros. Neste sentido, King defende a ideia de que os mouros aparecem na crónica como a antítese dos cristãos,⁹⁹ uma espécie de revés no qual os mouros representam o oposto dos cristãos. De um lado, os bons e heróicos cristãos e do outro os mouros dando origem a um jogo de constante luta entre o bem e o mal. Esta dicotomia, muito enraizada na cultura medieval através do conceito bipartido do cristianismo – no qual todas as coisas possuem um revés ou oposto – ajuda a acentuar a concepção de Zurara sobre a propaganda do ideal cristão. Durante toda a narrativa podemos perceber a presença dessa dicotomia latente, fazendo com que o enredo da história seja envolvido por essa atmosfera de oposição. Essa caracterização mantém-se inalterada através da

⁹⁸ King, Larry. “Introdução.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, p. 28.

⁹⁹ King, Larry. “Introdução.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, p. 34.

crónica e obscurece não só o conceito de individualidade mas também a historicidade do conteúdo.¹⁰⁰

Essa constante oposição faz com que o tempo se torne obsoleto para a progressão da narrativa, uma vez que o fluxo dos eventos é controlado pela movimentação dos esforços portugueses em derrotar os mouros; assim, nesse sentido, o tempo é percebido através dos feitos realizados pelos portugueses, definidos em um tempo linear. Esse efeito, ainda de acordo com King, não parece ter sido propositado na medida em que é possível datar os eventos através dos acontecimentos ocorridos em Portugal que são frequentemente referidos durante a crónica. O aspecto mais importante dessa percepção de falta de tempo é o notável efeito no leitor, o qual começando com o capítulo IV, subitamente embarca numa jornada supostamente sem fim, através do não familiar e exótico domínio do império mouro¹⁰¹.

Dessa forma, o aspecto atemporal da narrativa, tendo ele sido propositado ou não, é alimentado pela constante confrontação dos dois polos – bem contra mal; cristãos contra mouros – transformando a narrativa num longo relato de realizações militares que proporcionam a Zurara o contexto perfeito para propagação do ideal cristão de honra, bravura e heroísmo em nome de Deus. Esse jogo dicotómico continua por toda a narrativa até à morte heróica do protagonista, que nos será de suma importância para a análise feita no próximo capítulo. No entanto, não podemos concluir esta breve contextualização sem referir a importância desta obra para a carreira de Zurara. Tendo sido a última da trilogia africana, demonstra o amadurecimento literário do cronista. Sua viagem a África dá ao texto uma autenticidade que não dependia de fontes eruditas como nas obras anteriores, facto que ofuscava o *deficit* de conhecimento do cronista nessa área. Dessa forma, a crónica retrata com brilho a ideologia da expansão ultramarina, aderindo expressamente a uma perspectiva de propaganda, característica dos escritores oficiais¹⁰².

Ainda seguindo a linha ideológica de expansão, Zurara conclui seu trabalho como cronista-mor oficial do reino com a *Crónica dos Feitos da Guiné*, que, apesar de fugir à

¹⁰⁰ King, Larry. “Introdução.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, p. 35.

¹⁰¹ King, Larry. “Introdução.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, p. 35.

¹⁰² King, Larry. “Introdução.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, p. 38.

temática anterior da cidade de Ceuta, continua a revelar um propósito propagandístico dos feitos portugueses em África. No contexto desta crónica, Zurara evidencia o comando do infante D. Henrique enquanto propulsor das descobertas na costa africana bem como das expedições originárias desta viagem.

Durante algum tempo, e ainda hoje, existe muita polémica acerca da origem do texto. A hipótese de ter sido inicialmente dois textos diferentes refundidos pelo próprio cronista em um período mais tardio foi amplamente debatida no meio académico e, pelas complexas questões que levanta o texto na forma em que chegou até nós, tem quase monopolizado a atenção dos historiadores, críticos literários e editores.¹⁰³ No entanto, não iremos nos aprofundar nesse sentido por dois motivos muito simples: o primeiro deles é justamente pelo facto de haver muito estudo acerca do tema, o que nos ocasionaria ter que fazer todo um novo projecto de pesquisa que jamais sairia tão bem estruturado quanto o de Costa Pimpão¹⁰⁴, o de Duarte Leite¹⁰⁵ ou o de Dias Dinis¹⁰⁶; o segundo, e talvez mais pertinente, é justamente pelo facto deste aspecto da obra não ter relevância maior para nosso estudo a não ser pela simples contextualização da obra. Assim, iremos conceber esta obra levando em consideração a visão homogênea de Albano Figueiredo, que analisa a crónica como um todo, focalizando a perspectiva de viagem, cavalaria e conquista.¹⁰⁷

A crónica é formada por noventa e sete capítulos, dos quais os cinco primeiros constituem um retrato das virtudes e dos feitos do Infante D. Henrique e os dois capítulos seguintes representam uma transição para o discurso historiográfico em si. Daí em diante, o cronista faz espalhar factos e feitos em que a viagem, a pequena conquista e o espírito cavaleiresco servem como pano de fundo à acção de múltiplas figuras que, por ordem do infante, entram e saem de cena sem que este alguma vez surja como

¹⁰³ Brocado, Maria Teresa. “Introdução.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 20.

¹⁰⁴ Pimpão, Álvaro Júlio da Costa, “A Crónica da Guiné de Gomes Eanes de Zurara”, in *Biblos*, Vol. II, 1926, pp. 374-389, 595-607 e 674-687.

¹⁰⁵ Leite, Duarte. *Acerca da Crónica dos feitos de Guinee*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1941.

¹⁰⁶ Dinis, António Joaquim Dias. *Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara*, Vol. I. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949.

¹⁰⁷ Figueiredo, Albano. “Viagem, Cavalaria e Conquista na Crónica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara.” In *Modelo : Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 26.

“embarcado” ou comandante factual.¹⁰⁸ Assim, apesar do *plot* principal ser o desígnio de peleja e conquista do infante D. Henrique em nome de Deus, a história se desenrola ao redor de relatos de pequenas incursões feitas por homens cuja aspiração gira em torno do conceito de honra e conquista com o objectivo de se tornarem cavaleiros e, mais que isso, terem seus feitos reconhecidos. O ideal de cavalaria é, pois, uma das isotopias temáticas da crónica, qual trave-mestra do encadeamento da matéria; e assegura ainda a coesão estrutural e semântica do modelo discursivo adoptado, que assenta no relato de viagens e de conquistas. Nessa medida, a viagem e a descoberta, ainda que incipientes, adquirem também, pelo desafio inaugural que comportam, um relevante simbolismo cavaleiresco.¹⁰⁹

Esta obra, assim, salienta o estilo contido de Zurara que, em oposição ao de Fernão Lopes, evita o uso de linguagem livre, de palavras torpes, de factos obscenos, sempre optando pela discrição e pelo respeito à honra, ao decoro e à honestidade de forma que suas obras podem ser lidas sem hesitação nem rubor diante de todas as pessoas, qualquer que seja a sua idade ou sexo.¹¹⁰ Conclui, dessa forma, seu trabalho como cronista oficial sendo, posteriormente, sucedido por Afonso Eanes de Óbidos, que se limitou a apenas ordenar o arquivo régio e não deixou qualquer registo de crónica.

2.3. Rui de Pina – Lealdade e polémica

Nascido na Guarda por volta de 1440, terceiro filho do casal Lopo Fernandes de Pina, que recebeu privilégio de fidalgo por carta de D. Manuel, e Leonor Gonçalves, juntamente com seu irmão Fernão de Pina, se beneficiou de cargos de confiança e exerceu serviços políticos e administrativos nas cortes de D. João II e de D. Manuel. Casou-se com Catarina Vaz de Gouveia com quem teve duas filhas e um filho. Teve sob sua responsabilidade vários cargos e missões diplomáticas, dos quais podemos destacar

¹⁰⁸ Figueiredo, Albano. “Viagem, Cavalaria e Conquista na Crónica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara.” In *Modelo : Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 27.

¹⁰⁹ Figueiredo, Albano. “Viagem, Cavalaria e Conquista na Crónica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara.” In *Modelo : Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 32.

¹¹⁰ Pereira, Francisco Maria Esteves. “A vida de Gomes Eanes de Zurara.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, pp. LXX-LXXI.

o cargo de secretário de D. João II, escudeiro e escrivão da câmara. Em 1490, a pedido desse monarca, Rui de Pina já trabalhava nas crônicas régias, no entanto, apenas em 1497, por carta de D. Manuel, foi nomeado guarda-mor dos arquivos reais da Torre do Tombo e cronista-mor do reino, substituindo, assim, Vasco Fernandes de Lucena, que ocupava o cargo nessa altura. Levando isso em consideração, podemos dividir a vida de Rui de Pina em duas partes. A primeira compreende o período do reinado de D. João II, no qual teve uma grande participação política e administrativa. Contudo, é a segunda parte que irá nos interessar para nossa análise, pois constitui justamente o período de tempo em que foi cronista-mor do reino, sob o reinado de D. Manuel. Faleceu no ano de 1522, tendo deixado seu cargo sob a responsabilidade de seu filho Fernão de Pina, que veio a ser seu sucessor como guarda-mor do arquivo régio da Torre do Tombo e cronista-mor do reino.

Como cronista, apesar de ter exercido a função até 1522, deve ser considerado um historiador quatrocentista, visto que grande parte de sua obra foi composta no tempo do Príncipe Perfeito e nos primeiros anos do reinado de D. Manuel.¹¹¹ Exerceu sua função durante trinta anos, chegando a produzir oito crônicas e deixando, ainda, materiais para uma *Crónica de D. Manuel* que seria composta posteriormente por Damião de Gois. Este veio a ser responsável pela polémica gerada acerca da autoria das obras de Pina. No capítulo XXXVIII da IV parte da referida crônica, Damião de Gois levanta a suspeita de que as crônicas dos reis da primeira dinastia seriam textos da autoria de Lopes que tinham sido plagiados por Rui de Pina. O quadro acusatório de Damião de Gois aponta, pois, para a existência de uma *Crónica Geral do Reino* que cobria os doze reinados até Afonso V, sendo da autoria de Lopes a totalidade da obra.¹¹² No entanto, a verdade é que não existem provas suficientes para supor que essas obras sejam fraudulentas e, no meio académico, as obras continuam sendo consideradas de autoria de Rui de Pina.

Das obras em questão, cinco foram editadas por Miguel Lopes Ferreira em 1727 e 1729. São, por ordem cronológica de reinados, a *Crónica de D. Sancho I*, a *Crónica de D. Afonso II*, a *Crónica de D. Sancho II*, a *Crónica de D. Afonso II* e a *Crónica de D. Dinis*. Depois destas cinco, seguem-se as três crônicas de *D. Duarte*, *D. Afonso V* e *D.*

¹¹¹ Serrão, J. Verissimo. "Contexto Histórico." In *História e Antologia da Literatura Portuguesa: século XV*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, p. 11.

¹¹² Serrão, Joaquim Verissimo. *Cronistas do Século XV posteriores da Fernão Lopes*. Montagem por António Quadros. Maia: Ministério da Educação e Cultura, 1989, p. 57.

João II cuja edição, feita entre 1790 e 1792 nos *Ineditos de Historia Portugueza* da Academia de Ciências, foi prefaciada e organizada pelo Abade Correia da Serra. A última crónica a ter sido editada – cuja organização foi feita por Pedro de Mariz, escrivão da Torre do Tombo – foi a de *D. Afonso IV*, que apenas foi impressa pela primeira vez em 1653 por Paulo Craesbeck.

Por ordem cronológica de escrita, a primeira obra a ser concluída foi a *Crónica de D. Afonso V*, encomendada por seu filho D. João II. Nesta crónica, Rui de Pina conta sobre o reinado deste monarca, que Serrão considera como o último rei cavaleiro, ainda embalado por uma estrutura senhorial que a revolução económica do século XV estava prestes a demolir.¹¹³

Podemos visualizar na *Crónica de D. Afonso V* três períodos distintos do seu reinado. O primeiro, que começa com a morte de D. Duarte e vai até à batalha de Alfarrobeira, é caracterizado pela agitação política que circunda a regência do reino e as constantes intrigas da corte, que acabam por colocar D. Afonso contra seu tio, que o criou desde a morte do seu pai. D. Duarte, em testamento, deixara a regência do reino a sua esposa, a rainha D. Leonor, uma vez que D. Afonso ainda era criança. Pelo facto de a rainha ser estrangeira, gerou-se um grande distúrbio no reino até 1439, quando D. Pedro, irmão de D. Duarte acaba por assumir a regência obrigando D. Leonor a exilar-se em Castela. Quando D. Afonso atinge a maioridade, assume a coroa com o auxílio do tio, de quem se torna inimigo depois de muita intriga iniciada por membros da nobreza e do clero. O primeiro período acaba com D. Afonso V enfrentando o tio na batalha de Alfarrobeira na qual morre D. Pedro.

O segundo período se destaca pelas campanhas no Norte de África, nas quais, depois de vários fracassos, o rei consegue conquistar algumas cidades como Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila. No terceiro período, volta o tema político no qual D. Afonso V tenta reivindicar o trono de Castela em nome de sua sobrinha, com quem casa unindo assim os dois reinos. Durante esse período, entrega a coroa de Portugal a seu filho D. João e se dedica exclusivamente a lutar pelo reino de Castela contra os Reis Católicos. No entanto, depois de alguns anos de confrontos, acaba por desistir do trono de Castela e assina um tratado de paz em Alcáçovas, renunciando os direitos ao trono e

¹¹³ Serrão, J. Verissimo. “Contexto Histórico.” In *História e Antologia da Literatura Portuguesa: século XV*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, p. 12.

reconhecendo o reinado dos Reis Católicos. Volta a ser rei de Portugal e, em 1481, morre deixando o reinado sob a liderança de D. João II, que é coroado pela segunda vez nas Cortes de Évora.

Após a *Crónica de D. Afonso V*, Pina se dedicou a escrever a *Crónica de D. João II*, o Príncipe Perfeito, na qual elevou ao máximo todas as virtudes e benfeitorias do rei. A estima de Pina por esse rei é notória já no prólogo da crónica. Depois de tecer os mais virtuosos elogios e explicar a extrema necessidade de se deixar em crónica *a vida, craros feitos, muy Reaes perfeições do mui alto, e poderoso Principe*, Pina atribui a D. João II a posição de *hum dos melhores Reys do mundo*.¹¹⁴

Com oitenta e três capítulos, esta crónica narra os quinze anos de reinado de D. João II que é caracterizado, principalmente, pela recuperação da centralização do poder contra a nobreza que, durante o governo de D. Afonso V, se tornou cada vez mais influente. Dentro de uma corte repleta de intrigas e traições, D. João II reina com punho firme, reprimindo as conspirações com violência, como no caso da execução do duque de Bragança e do assassinato de seu cunhado, o duque de Viseu. Depois dessa repressão e da diminuição do poder da nobreza, o reinado de D. João II decorreu sem muitas agitações políticas. Tendo feito o tratado de Tordesilhas em 1494, oficializou a doutrina do *mare clausum*, facilitando a deslocação para as terras de África e possibilitando o futuro avanço marítimo para a Índia sem problemas diplomáticos. Essa tranquilidade política foi afetada pela morte prematura de seu único filho, o infante D. Afonso, causando conturbações acerca da sucessão do trono. D. João II tentou passar a coroa para seu filho bastardo, D. Jorge, mas por oposição da rainha, acabou por nomear seu cunhado, o duque de Beja, como seu sucessor. Faleceu em 1495, deixando o trono para D. Manuel.

Apesar do apreço e lealdade que tinha a D. João II, Rui de Pina continuou a ter privilégios na corte de D. Manuel. Após terminar a crónica do estimado rei, e levando em consideração o *deficit* da cronologia dos reis da dinastia de Avis, Pina começou a trabalhar na *Crónica de D. Duarte*. Considerada por Borges Coelho “A Crónica da Tragédia de Tânger”¹¹⁵, tem início com a morte de D. João I e a ascensão de D. Duarte

¹¹⁴ Pina, Rui de. *Crónica de D. João II*. In *Crónicas de Rui de Pina*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 883-1033, p.890.

¹¹⁵ Coelho, António Borges. “Prefácio.” In Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Duarte*. Lisboa: Editorial Presença, 1966, p. 6.

ao trono. Sendo um dos membros da Ínclita Geração, D. Duarte era conhecido, principalmente, pela sua valorização cultural e pelo seu alto grau de instrução, tendo escrito vários livros, entre eles o *Leal Conselheiro* e o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Seu reinado ficou manchado pela tragédia de Tânger que levou à entrega como refém e posterior morte de seu irmão D. Fernando, o Infante Santo. Rui de Pina, nesta obra, apresenta D. Duarte como um rei sem vontade própria, manobrado pela rainha D. Leonor e pelo infante D. Henrique¹¹⁶, que passa os últimos anos da vida a figurar um remorso pelo acontecimento de Tânger até falecer de peste, pouco tempo depois, deixando o trono a D. Afonso V, na altura com 6 anos.

A *Crónica de D. Duarte* talvez tenha sido a que mais suscitou dúvidas acerca da autoria de Rui de Pina. Em seu prefácio, Borges Coelho questiona, principalmente, os capítulos que se referem à morte de D. João I e ao retrato de D. Duarte, assinalando oito aspectos que o ajudam a defender essa teoria.¹¹⁷ De facto, a semelhança de estilo e a facilidade com que Rui de Pina teve acesso aos factos setenta anos depois de terem ocorrido podem originar questionamentos. No entanto, outras possibilidades, menos conspiratórias, podem ser colocadas em pauta, como por exemplo ter tido acesso a anotações do próprio Fernão Lopes, assim como teve a contribuição de Zurara em ocasião de outras crónicas.

Apenas numa fase posterior a 1504, Rui de Pina se dedicou à *Crónica de D. Afonso IV* que só foi publicada quase duzentos anos após ter sido escrita. A crónica conta o reinado de D. Afonso IV, pai de D. Pedro I, que sobe ao trono depois da morte de seu pai, o rei D. Dinis. Tendo um reinado altamente conturbado por lutas, batalhas, intrigas e infortúnios desde o início, passando pela briga com o pai e o irmão legitimado e pela retaliação que fez ao genro pela forma como maltratava sua filha, até a peste que dizimou parte da população, D. Afonso IV é retratado por Rui de Pina como um rei bravo e corajoso. Apesar de ter sido editada separada das outras, esta crónica é a última do conjunto de crónicas de Pina sobre os reis da primeira dinastia que narram, juntas, um período cento e trinta anos que vai desde a subida de D. Sancho I ao trono até a morte de D. Dinis.

¹¹⁶ Serrão, Joaquim Veríssimo. *Cronistas do Século XV posteriores da Fernão Lopes*. Montagem por António Quadros. Maia: Ministério da Educação e Cultura, 1989, p. 63.

¹¹⁷ Coelho, António Borges. "Prefácio." In Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Duarte*. Lisboa: Editorial Presença, 1966, p. 16.

Todas estas obras, juntamente com as crónicas de Fernão Lopes e Zurara, e posteriormente de outros cronistas como Damião de Gois e Garcia de Resende – já do século XVI – formam um conjunto de crónicas que contam a história da fundação do reino de Portugal e do seu desenvolvimento até se tornar uma grande potência marítima, com um vasto território que englobava quatro continentes e uma grande variedade de povos e culturas. No entanto, devido a essa grandiosidade, iremos, como já referimos anteriormente, nos reter a analisar apenas uma pequena parte desta história no que se refere à visão medieval, representada aqui pelos cronistas Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina, sobre a morte. Esta delimitação irá nos ajudar a compreender e analisar a forma como cada cronista, dentro do seu próprio contexto histórico, narrou e apresentou as mortes, régias ou outras, nas suas crónicas e o propósito oculto, ou não, com o qual procedeu a essas narrativas de acordo com a vivência de cada personagem por ele descrita.

Cap. 3 – A Arte de Morrer e os Tipos de Morte – aspectos sociais e religiosos encontrados nas mortes das Crônicas Medievais Portuguesas do século XV.

Como vimos, a forma como a morte é tratada e descrita pelos cronistas medievais possui um teor socio-religioso que busca uma certa fundamentação nas crenças e práticas utilizadas em torno da morte neste período. Zurara, ao afirmar “*Porque a ora da morte he a mais forte cousa e mais terribell, que sse pode achar antre todallas cousas do mundo. homde teem mujtos que as almas ssom assy apressadas com as jmfernaaes visões, que lhe alli apareçem que o espanto lhe faz perder a uerdadeira fortelleza*”¹¹⁸, nos contextualiza sobre o sentimento medieval referente a morte nos séculos finais da Idade Média.

Levando isso em consideração, neste capítulo, iremos analisar estes aspectos socio-religiosos bem como os aspectos culturais que tais mortes possuem diante do contexto medieval proposto em nosso trabalho. Começaremos por uma contextualização da morte no que se refere, principalmente, aos séculos XIV e XV, destacando os aspectos culturais e religiosos que construíram a estrutura da concepção de “boa morte”. A partir desta definição e da apresentação da boa morte, iremos classificar outros cinco tipos de mortes que podemos encontrar nas crônicas portuguesas do século XV: a má morte, a morte heróica, a morte ingloriosa, a morte santa e a morte herege. Utilizamos essa ordem com o intuito de fazer um paralelo entre as mortes com características opostas, tendo como principal ponto de referência o conceito de “boa morte”. Dentro de cada classificação iremos analisar como os cronistas descrevem cada um destes tipos de morte e quais os aspectos abordados por eles dentro da atmosfera religiosa e cultural do século XV.

Devemos referir que, apesar das mortes régias não serem o principal foco de estudo, iremos enfatizá-las pela necessidade óbvia de se trabalhar a posição política dos monarcas e suas consortes e pelo teor exemplar que estas mortes possuíam dentro do contexto social da época. No entanto, pretendemos levar em consideração, principalmente, algumas mortes não-régias importantes para a análise da representação

¹¹⁸ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Ed. de Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 136.

da morte nas crónicas, mostrando como essas eram expostas e poderiam ser utilizadas como forma de difusão e afirmação de uma ideologia religiosa.

3.1 A Arte de Morrer

Tendo em vista o carácter conceitual e religioso da morte e a necessidade que o homem medieval tinha de morrer de acordo com suas exigências, a morte acabou por se tornar não só algo temido e ao mesmo tempo almejado, como também um ritual necessário que deveria ser muito bem direccionado para que uma alma pudesse alcançar a graça da salvação. Nesse sentido, o surgimento de um projecto pastoral bem estruturado e de uma pedagogia direccionada para a boa morte acompanhou as mudanças de pensamento ocorridas nos últimos séculos da Idade Média.

Assim, uma vez que a reflexão religiosa medieval girava em torno da ideia da morte, era importante fixar a ideia de finitude da vida terrena de forma a torná-la cada vez mais vívida na consciência colectiva. Nos fins da Idade Média, a visão total pode ser resumida na palavra “macabro”, no significado que actualmente lhe damos, mas o sentimento que ele encarna, algo horrível e funesto, é precisamente a concepção da morte que surgiu durante os últimos séculos da Idade Média.¹¹⁹ O *memento mori*, dessa forma, surge no século XIII como um recurso no qual a mensagem religiosa é continuamente divulgada através de imagens de corpos em putrefacção e cenas do Inferno e do Juízo Final, constituindo uma pedagogia que cultivava a lembrança da morte. Em consequência disso, assistimos durante os últimos séculos da Idade Média a uma crescente necessidade de lembrar a morte através da iconografia macabra, com imagens de cadáveres em decomposição representados em todas as formas de arte na Idade Média. A alma medieval exigia uma incorporação mais concreta do perecível: o cadáver que apodrece.¹²⁰ Nesse sentido, a noção de que cada homem deveria lembrar a ideia da própria morte e a recordação do fim inevitável era constante.

Essa tendência de reflexão sobre o que acontece ao corpo depois da morte foi vista, primeiramente, com a temática dos três vivos e três mortos que passou a ser

¹¹⁹ Huizinga, Johan. *O Declínio da Idade Média*. Lisboa: Ulisseia, 1996, p. 151.

¹²⁰ Huizinga, Johan. *O Declínio da Idade Média*. Lisboa: Ulisseia, 1996, p. 147.

amplamente difundida, principalmente, nos séculos XIV e XV não só através de textos e da cultura popular como também através do desenvolvimento da iconografia funerária com a utilização dos túmulos *transi*. Nestes, o moribundo era representado de duas formas: no plano superior o corpo morto como se estivesse dormindo e no plano inferior o corpo disforme em putrefacção.

O manuscrito mais antigo que podemos encontrar com essa temática é o *Dit des Trois Vifs et des Trois Morts*, datado de 1280, que contém poemas de Baudoin de Condé, de Nicolas de Margival e de outros dois autores desconhecidos. A obra descreve o encontro de três vivos – um duque, um conde e um príncipe – com três cadáveres em decomposição. Nesse encontro, os mortos insistem que os vivos repitam a máxima “*Vous serez ce que nous sommes*”, fazendo uma meditação sobre sua vida através da visão horrenda do seu futuro iminente. O encontro repentino e petrificante leva os três vivos a reflectirem sobre a condição humana, sobre a finitude e sobre a necessidade de levarem uma vida virtuosa, de se desprenderem dos vícios e das coisas mundanas.¹²¹ A temática nos mostra que perante o fim da vida terrena todos os homens são iguais e seus corpos terão o mesmo destino horrendo e decadente de decomposição e putrefacção que os mortos ali presentes. Esse aspecto da temática levanta uma das questões mais debatidas e difundidas nesta fase da Idade Média: a necessidade de cultivar a lembrança cotidiana da morte através da mensagem do *memento mori*, colocando em destaque a importância da reflexão sobre a mesma e sobre a manutenção da virtude em vida.

Ainda sobre essa temática, devemos referir outros aspectos também trabalhados no manuscrito que fazem parte da reflexão do *memento mori*. Neste sentido, a inevitabilidade da morte e a condição reservada ao corpo após o trespasse são perfeitamente ilustradas através da representação dos cadáveres em decomposição com imagens e descrições vívidas que causam desconforto e angústia. A putrefacção dos corpos faz o homem medieval olhar para o próprio futuro e o incentiva a se deparar com a possibilidade de ser corrompido pelos prazeres mundanos, abrindo mão da salvação eterna e do benefício diante da justiça divina, além de repensar a própria vida buscando um caminho mais virtuoso. O vivo é então confrontado com a imagem daquilo que ele se tornará com a morte, com a ideia de que vai perder todos os prazeres terrenos, toda a

¹²¹ Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca: Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 17.

glória e juventude, e é estimulado a pensar na própria vida a partir da ideia da morte, que se apresenta a ele através da imagem dos cadáveres.¹²²

A imagem macabra dos mortos, ao pretender mostrar aos vivos que eles um dia morrerão, produz nestes um confronto interno ao incentivar a consciência da própria finitude e também o reconhecimento de que eles até então levavam uma vida de vícios, presa às riquezas materiais e aos prazeres mundanos. Trata-se de provocar os vivos, incentivando-os à auto-reflexão, a pensar na própria vaidade e corrigir a vida, a partir da contemplação da morte.¹²³ A morte, neste sentido, converteu-se no lugar onde o homem tomou melhor consciência de si mesmo.¹²⁴

Nessa mesma linha de pensamento, podemos referir a temática da dança macabra, uma alegoria artístico-literária originada no final da Idade Média que também utiliza a reflexão sobre a morte para lembrar o homem medieval do teor efêmero da vida. No entanto, diferentemente da temática anterior, a dança macabra utiliza o cadáver como uma personificação da morte, sendo esta representada por um corpo em decomposição que conduz os vivos – representados por personagens de diferentes substratos sociais – por uma espécie de dança que simboliza a chegada da morte. Nesse sentido, a dança macabra não faz distinção entre os homens de acordo com sua posição social, pelo contrário, enfatiza que a condição final da morte é igual para todos. Assim, a dança macabra utiliza a iconografia do *memento mori* para convencer os homens de que as riquezas e prazeres terrenos nada valem uma vez que se acabam. Exibindo os horrores que esperam toda a beleza humana, já ocultos sob a superfície dos encantos corporais, estes pregadores do desprezo pelo mundo exprimem, na verdade, um sentimento muito materialista, nomeadamente que toda a beleza e toda a felicidade são inúteis porque estão destinadas a acabar.¹²⁵

Tanto na temática dos três vivos e três mortos como na dança macabra existe um diálogo entre os vivos e os mortos, assim como a representação da divisão das classes sociais. No entanto, apesar de similares, as duas apresentam algumas diferenças. A

¹²² Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca: Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 18.

¹²³ Binski *apud* Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca: Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 18.

¹²⁴ Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa: Teorema, 2010, p. 41.

¹²⁵ Huizinga, Johan. *O Declínio da Idade Média*. Lisboa: Ulisseia, 1996, p. 148.

principal delas se refere ao aspecto temporal da cena. Na dança macabra as personagens já estão mortas e são convidadas a participar da cena de forma que não há outra saída. Por outro lado, na temática dos três vivos e três mortos, os vivos são convidados a reflectir sobre a morte, indicando uma relação de presente / futuro para as personagens. Além disso, a imagem do corpo morto que aparece nesta temática não faz alusão propriamente dita à morte de outra pessoa, mas sim pretende representar a morte do indivíduo vivo, funcionando como uma espécie de espelho. A simetria que podemos identificar nessa iconografia visa colocar vivos e mortos como as duas faces de uma mesma moeda, numa tentativa de mostrar aos que vivem sua outra face, seu duplo macabro.¹²⁶

A insistência para que o indivíduo lembre e medite sobre a morte serve, nesse caso, de incentivo para que o mesmo reconheça a importância de levar uma vida virtuosa associada ao desapego às coisas materiais e aos prazeres terrenos, e fundamentada nos desígnios da Igreja. Nesse contexto podemos identificar a função normativa e moralizadora da lembrança da morte, funcionando como um instrumento pedagógico que tem por objectivo fixar na consciência social e religiosa a ruína física como seu principal instrumento de persuasão para que o indivíduo opte por viver conforme os propósitos cristãos. Zurara explicita bem esse pensamento ao afirmar que “*assy comuem aos grandes senhores sobre os outros homees. e deuees porem crer, que assy como elles teem liure poder sem prema de nehuu superior pera peccar em uida, assy teem grande meriçimento na outra aquelles que per uirtude o leixam de fazer. e assy lhes he mayor exçellemçia prometida no outro mundo.*”¹²⁷

A visão macabra, que, de acordo com Huizinga, surgiu no século XIII das profundidades da estratificação psicológica do medo¹²⁸, é, assim, apresentada não só como uma expressão artística, mas também, e principalmente, como um discurso moralizador servindo de base para a mensagem do *memento mori* que alertava o cristão sobre sua condição finita e cultivava a prática da reflexão sobre a morte de forma que o indivíduo acabasse por se voltar para si mesmo revivendo suas acções do passado numa espécie de autoanálise. Nesse sentido, o macabro constituiu uma maneira alegórica de

¹²⁶ Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca: Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 21.

¹²⁷ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Montagem por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 136.

¹²⁸ Huizinga, Johan. *O Declínio da Idade Média*. Lisboa: Ulisseia, 1996, p. 151.

percepção e entendimento da morte, uma forma pela qual a ideia da morte tornou-se tangível e inteligível aos homens.¹²⁹

Assim, levando em consideração que a manutenção desse pensamento acerca da morte tinha um papel decisivo no processo da boa morte, o *memento mori* pode ser entendido como um argumento auxiliar neste processo tendo em vista seu sentimento de advertir o homem sobre a urgência de instruir-se sobre a arte de “bem morrer”. O esforço da pregação religiosa dos séculos XIV e XV em torno da necessidade de cultivar a lembrança da morte apoiou-se, pois, no imperativo de aprender a bem morrer e obter a salvação.¹³⁰

Nesse sentido, a iconografia da *ars moriendi* se estabelece como uma série de procedimentos necessários – uma espécie de manual – para se obter a morte considerada ideal, possuindo um carácter mais prático uma vez que visa orientar os cristãos sobre como se comportar devidamente na hora da morte. Dessa forma, sua iconografia é trabalhada no sentido de não só advertir, como também de instruir o moribundo de quais os aspectos rituais a serem levados em consideração para se alcançar a salvação.

Baseado nesta iconografia, Ariès recria os últimos momentos do moribundo de finais da Idade Média descrevendo todos os seus procedimentos. A boa morte é representada, assim, pelo moribundo deitado, rodeado de amigos e parentes, assim como na morte domesticada. No entanto passa-se qualquer coisa que perturba a simplicidade da cerimónia e que os presentes não vêem, um espectáculo reservado exclusivamente ao moribundo. Seres sobrenaturais invadiram o quarto e aglomeram-se junto da cabeceira do doente. De um lado a Trindade, a Virgem, toda a corte celeste; do outro, Satanás e o exército dos demónios monstruosos.¹³¹

Nesta cena, vemos primeiramente o que parece ser uma luta entre o bem e o mal. No entanto, essa luta não é externa, visível. É, na verdade, uma luta interna na qual o moribundo se depara não só com as mais terríveis lembranças dos seus atos em vida, como também é obrigado a enfrentar e superar todos seus vícios e tentações. A grande

¹²⁹ Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca: Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 16.

¹³⁰ Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca: Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 25.

¹³¹ Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa: Teorema, 2010, p. 36.

reunião que nos séculos XII e XIII tinha lugar no fim dos tempos realiza-se a partir de agora, no século XV, no quarto do doente.¹³² Deus e sua corte estão presentes para verificar como o moribundo se vai comportar no decorrer da prova que lhe é proposta antes do seu último suspiro. O moribundo verá sua vida toda e será tentado, quer pelo desespero das suas faltas, quer pela vã glória das suas boas acções, quer pelo amor apaixonado das coisas e dos seres.¹³³

Nesse sentido o momento da morte deixa de ser um momento de julgamento e passa a ser um momento de teste espiritual: o moribundo se encontra frente a frente com as tentações mundanas e deverá rejeitá-las para conseguir alcançar a salvação. Percebemos, dessa forma, que a preocupação central da *ars moriendi*, diferente do *memento mori*, era o de compreender a morte a nível espiritual, tendo como principal objectivo evidenciar a responsabilidade de cada indivíduo pelo destino de sua própria alma através do carácter individual da morte. Para esse efeito, a *ars moriendi* enfatiza a concepção de separação entre corpo e alma de forma que a morte individual é vista como o momento decisivo da vida do cristão, para o qual é essencial uma preparação prévia. Sendo assim, no discurso pedagógico da morte em textos como o da arte de morrer, o “lembrar da morte” significa pensar nela como momento de tensão. Há portanto, um sentimento de temor, de expectativa e ansiedade em torno da hora da grande passagem, quando toda a vida do moribundo será colocada à prova, todas as boas e más acções serão trazidas à tona.¹³⁴

Essa tensão advém, principalmente, do receio da morte repentina. Nesse sentido, a função do *ars moriendi* é justamente o de prevenir uma má morte e um destino tenebroso através dos ensinamentos sobre como obter uma preparação antecipada. No texto, a noção de imprevisibilidade da morte fundamenta a necessidade da lembrança da morte, da contrição e das penitências, e da constante prática de uma vida virtuosa. Dessa forma, a ideia de se preparar estava intimamente relacionada à lembrança da morte e ao bem morrer. O facto de o destino ser incerto confere um jogo temporal entre o passado, o presente e o futuro. Nessa concepção da morte, a ideia do fim da vida não é projectada num futuro distante, mas é actualizada e tornada presente a cada dia, de forma cotidiana,

¹³² Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa: Teorema, 2010, p. 36.

¹³³ Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa: Teorema, 2010, p. 37.

¹³⁴ Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca: Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 40.

o que parece indicar que as perspectivas da vida longa e de morte num futuro distante não são ponderadas. A morte é pensada em termos de um presente constantemente renovado.¹³⁵

Nesse sentido, a lembrança da morte é projectada para o futuro de forma que a recordação seja situada em um momento que ainda não ocorreu. A palavra recordação, nesse caso, não é compreendida como referente a acções do passado. Nesse contexto, a *ars moriendi* se utiliza da acção virtuosa do presente para fazer uma ligação entre o passado e o futuro e afirma que a arte de morrer funciona como um espelho em que as coisas passadas, presentes e futuras são reflectidas.¹³⁶

Com o intuito de conduzir a preparação prévia evitando assim a morte repentina, a *ars moriendi* não só descreve os procedimentos a serem seguidos pelo moribundo, como também orienta os vivos a como proceder diante de uma situação de assistência a um moribundo. Neste sentido, o texto expõe a necessidade de o doente estar acompanhado durante o momento de trespasse, realçando a preocupação medieval com a morte solitária.

Diante da alta taxa de mortalidade e da baixa perspectiva de vida da época, era natural que o homem medieval tivesse um contacto constante com a morte. Levando isso em consideração, a *ars moriendi* acaba por oferecer aos cristãos os ensinamentos necessários para que estes pudessem estar preparados para a chegada iminente da morte. Para isso, a sua iconografia apresenta as cinco tentações – contra a fé, desespero sobre os pecados, impaciência, vanglória e avarícia – como a representação do inimigo espiritual que almeja conduzir a alma do moribundo ao caminho do pecado, e consequentemente ao destino horrendo do Inferno, e suas respectivas inspirações, que representavam o auxílio divino como um suporte ao qual o moribundo poderia se agarrar nos momentos difíceis de desespero e falta de esperança.

As três primeiras tentações e inspirações se referem às virtudes católicas da fé, da esperança e da caridade. A primeira delas ataca justamente a fé do moribundo, que é a sustentação sem a qual não se pode alcançar a salvação, é a primeira das virtudes que o

¹³⁵ Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca: Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 42.

¹³⁶ Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca: Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 42.

cristão deve ter, o começo e a fundação de toda a salvação, portanto, o primeiro alvo do diabo.¹³⁷ A segunda tentação se refere ao desespero do moribundo em relação aos pecados cometidos e a falta de esperança na redenção. Nesse sentido, voltamos ao aspecto da rememoração, já discutida anteriormente, que abrange uma visão da vida inteira do moribundo, levando-o a enfrentar seus atos em vida bem como seus pecados. Esta tentação define a morte como um momento de acerto de contas, uma quitação de dívidas morais através da recordação dos pecados. É o momento mais divulgado e advertido da iconografia da *ars moriendi* na Idade Média: o momento de saldar dívidas morais, recordando e se arrependendo dos pecados cometidos durante a vida. Ao fazer com que o moribundo recorde de todas as suas acções pecaminosas, o demónio incute o desespero no moribundo, fazendo com que o mesmo perca a fé e a esperança de ser salvo e perdoado por Deus. No entanto, o moribundo se vê amparado pelos dizeres do anjo que, além de rogar ao moribundo por pungimento, relembra exemplos de outros pecadores que tiveram a absolvição divina – como Maria Madalena, por exemplo – inspirando o moribundo a ter esperança na misericórdia através do exercício da contrição.

A terceira e quarta tentações vêm em forma da Impaciência e da Vanglória. O sofrimento deve ser aturado de forma serena e sem reclamações. O moribundo se depara, assim, com a sua própria força em superar o sofrimento sem reivindicar para si os direitos supostamente devidos pelas suas boas acções. A vanglória dos bons atos em vida, dessa forma, convoca o moribundo a ter complacência no que se refere a sua própria salvação. Revertendo, aqui, as estratégias anteriores, os demónios seduzem os mais religiosos e devotos que, tendo ultrapassado as tentações contra a fé, podem sucumbir diante de suas próprias virtudes. A inspiração, nesse caso, requer humildade do moribundo ao se virar para Deus, recordando seus pecados, ao invés de suas boas acções em vida, no intuito de recusar uma atitude prepotente de falso merecimento. As boas acções falam por si sós e não devem ser usadas pelo moribundo como forma de conforto e segurança. Para ter uma boa morte, o moribundo não deve reclamar merecimentos nem reconhecer suas boas acções, mas sim sofrer de forma paciente através do arrependimento de seus pecados.

¹³⁷ Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca: Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 45.

A última tentação, e talvez a mais temida, a da *Avaritia*, ataca principalmente os homens carnavais e laicizados, utilizando o amor mundano e o apego às coisas materiais. Nesta situação, o moribundo é tentado pelo demónio através do seu amor pela família e amigos, e por suas conquistas materiais. A inspiração neste contexto vem em forma de desapego total e incondicional. Vemos o constante trabalho pastoral em favor do desapego durante todo o período da iconografia do *memento mori*. As imagens de decomposição, da doença, traduzem com convicção uma aproximação entre as ameaças de decomposição e a fragilidade das ambições e apegos.¹³⁸ Por esse motivo, o homem medieval devia amar a Deus acima de todas as coisas, desprendendo-se, assim, do amor pelas pessoas e coisas mundanas.

Um outro aspecto importante a ser referido sobre as tentações reside no facto de haver dois estados contrastantes entre a segunda e quarta tentações, que testam o moribundo de duas formas opostas, entre a culpa e a segurança: a consciência dos pecados que coloca dúvida e questionamento sobre a redenção e a confiança nos próprios méritos que dá a falsa ilusão da salvação garantida. Ambos, desespero e segurança nas boas acções, podem ser condenáveis pois descartam o sofrimento através do arrependimento. Por esta razão, as inspirações incentivam o moribundo a reconhecer seus pecados de forma humilde e com fé de que todos os pecados podem ser perdoados através de contrição e do amor incondicional a Deus.

Como podemos perceber, dentro de cada uma das tentações existe uma inspiração que faz um contraste com a tentação referida. Essas inspirações aparecem em forma de corpos celestes que acompanham a cena, ajudando e dando força ao moribundo. A *ars moriendi* apresenta aos fiéis uma importante mensagem de protecção e reconforto, ao orientá-los a nunca perder a fé e a esperança na misericórdia divina.¹³⁹ Nesse sentido, a *ars moriendi* faz um equilíbrio entre a inquietação e a angústia das tentações, e um certo sentimento de segurança e consolação através das figuras dos anjos e santos produzindo uma tensão espiritual acerca do momento da morte. Dessa forma o objectivo das inspirações não é o de assegurar, mas o de confortar o moribundo de forma que seja mantida a tensão e a atmosfera de dúvida constante no que se refere ao destino da alma.

¹³⁸ Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa: Teorema, 2010, p. 108.

¹³⁹ Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca: Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 45.

Este jogo entre as tentações e as inspirações na *ars moriendi* ilustra bem essa tensão, pois o desfecho do combate é cercado por um sentimento de incerteza.¹⁴⁰

Apesar do momento da morte e do destino da alma serem incertos, o aspecto do livre arbítrio é bem estruturado pela iconografia. O destino do moribundo é decidido por ele mesmo diante das tentações e inspirações. Neste sentido, a morte é um ato pessoal e individual que complementa a história de um indivíduo decidindo seu destino final. As tentações e inspirações, assim, são descritas para delinear a crise moral e religiosa esperada pelo moribundo, prescrevendo as reacções apropriadas para se alcançar a boa morte.

Dessa forma, como podemos perceber, a *ars moriendi* instrui os fiéis sobre os procedimentos destinados ao ato da boa morte dando a esse momento um sentido de ruptura no qual há uma separação entre o corpo e a alma. O *memento mori* nos relembra a todo instante o carácter perecível do corpo, no qual as imagens da morte física são utilizadas apenas como sinais para exprimir um sentido novo e exaltado da individualidade, da consciência individual.¹⁴¹ Já a *ars moriendi* enfatiza o cuidado que deve ser dado à purificação da alma para que, no momento dessa separação, a alma possa ser salva do destino horrendo da eternidade infernal.

Utilizando como pano de fundo a tranquilidade da morte domesticada, a iconografia da *ars moriendi*, assim, reúne numa mesma cena a segurança do rito colectivo e a inquietação de uma interrogação pessoal,¹⁴² transformando a morte em um momento decisivo de prestação de contas no qual a tensão e a incerteza do destino da alma, juntamente com a responsabilidade individual do livre arbítrio fazem com que o indivíduo busque no seu passado pecaminoso a resposta para alcançar a boa morte, e consequentemente, a salvação.

¹⁴⁰ Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca: Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 46.

¹⁴¹ Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa: Teorema, 2010, p. 110.

¹⁴² Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa: Teorema, 2010, p.37.

3.2. A “Boa Morte”

A morte no leito, como vimos, era um rito apaziguador, que solenizava a passagem necessária, o trespasse, e reduzia as diferenças entre os indivíduos.¹⁴³ No entanto, para se alcançar a boa morte era necessário seguir os procedimentos católicos que durante séculos foram se moldando ao ideal de boa morte que vemos no final da Idade Média. Como já foi dito, em se tratando do século XV, a boa morte já possuía um conjunto de procedimentos intrincados que não se restringia mais ao imaginário do Juízo Final. Aos procedimentos externos e orações, foram adicionados procedimentos internos e complexos que exigiam muito do psicológico do homem medieval.

Levando isso em consideração, devemos explorar todos os aspectos internos e externos que fundamentavam o conceito de boa morte dentro do contexto cronístico português do século XV. Assim, inicialmente faremos um apanhado de informações que nos remetem aos aspectos externos e rituais que representavam a boa morte de forma padronizada.

Todo o cenário da boa morte deveria estar montado devidamente: o defunto deveria estar deitado em sua cama, acompanhado dos familiares e amigos, onde dizia suas lamentações e recebia os sacramentos devidos. A morte de D. Dinis, neste sentido, exemplifica bem o cenário da boa morte: *ho corpo delRey ficou concertado, como devia, e com muitas tochas azezas, e acompanhado da mesma Rainha, e do Ifante D. Afonso seu filho, e do Conde D. Pedro, e D. Johão Affonso, e doutros Prelados, e riquos, e nobres homens do Regno, que aly eram juntos e assi de muitos Clerigos e Religiozos que com elle yaõ rezando, e encomendando sua alma ha Deus...*¹⁴⁴

Nesta passagem, vemos a importância das pessoas que estão presente durante a morte. Não são meros coadjuvantes. São homens ricos e influentes da nobreza. Nesse sentido, podemos reparar duas principais características na presença das pessoas que estão no quarto. A primeira delas se refere ao papel exercido por essas pessoas dentro do sistema ritual da morte. Como vimos, a boa morte era um evento colectivo no qual era necessária a presença dos amigos e familiares. Essa presença não apenas dava conforto ao moribundo, mas o auxiliava nos procedimentos e nas orações devidas. Além disso, é interessante reparar na ênfase dada ao estatuto dos homens que o acompanham na morte: *e riquos, e nobres homens do Regno*. A partir desse detalhe podemos perceber

¹⁴³ Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa: Teorema, 2010, p. 37.

¹⁴⁴ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Dinis*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 311

que no século XV já não existia a ideia de que a morte era igual para todos. Apesar das constantes mensagens do *memento mori* e da *ars moriendi* – que o pensamento religioso imediatamente reduziu a um meio de exortação moral e, como tal, foi uma grande ideia cultural, até que, por sua vez, passou da moda, jazendo nos epitáfios e nos símbolos dos cemitérios¹⁴⁵ – a verdade é que havia uma diferença social dentro do ritual da morte nessa altura. Nesse sentido, vemos que a morte passa a ter, inclusive, além do seu teor religioso, uma importante influência social dentro do contexto medieval.

Levando isso em consideração, podemos ver uma aparente diferenciação no que se refere às mortes régias. Apesar de não serem o foco principal do nosso estudo, nos é impossível fazer uma exposição do conceito de boa morte sem referir a evolução registada nestas mortes.

Uma boa preparação passa, em primeiro lugar, pela elaboração do testamento, acto que permite a continuidade pacífica da governação do reino e, por outro lado, permite a provisão dos bens da alma, necessários à salvação da mesma.¹⁴⁶ Nesse sentido, vemos inúmeras referências à produção prévia dos testamentos nas descrições das mortes régias nas crónicas. D. Sancho I, por exemplo, *fazendo primeyro seu solene testamento, e como Catholico, e muy virtuoso Rey, recebendo para bem de sua alma todos os Sacramentos ordenados pela Egreja, faleceo de sua vida corporal na Cidade de Coimbra*.¹⁴⁷ No breve relato da morte de D. Dinis, Rui de Pina faz questão de enfatizar que *elle como Principe virtuozo, prudente, e muy católico, proveo seu testamento, que tinha feyto cõ grande devoçam, e muito temor a Deos*.¹⁴⁸ Pina ainda, no que se refere à morte de D. Afonso III, não deixa de relatar que *tendo jáa feyto em muy inteyro acordo seu solene Testamento (...)*¹⁴⁹

Já D. Pedro, deixou em seu testamento que *lhe tevessem em cada huu ano pera sempre no dito moesteiro (Mosteiro de Alcobaça) seis capellaães que cantassem por ell e lhe dissessem cada dia huua missa oficiada, e saíssem sobr’el com crus e augua beenta*.¹⁵⁰

¹⁴⁵ Huizinga, Johan. *O Declínio da Idade Média*. Lisboa: Ulisseia, 1996, p. 151.

¹⁴⁶ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. “A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte.” *Cadernos do Noroeste*, 1996, p. 186.

¹⁴⁷ Pina, Rui de. *Crónica de D. Sancho I*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 64.

¹⁴⁸ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Dinis*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 309.

¹⁴⁹ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso III*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 201.

¹⁵⁰ Lopes, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007, p. 197.

Era comum que os testamentos tivessem referências aos sufrágios que deveriam ser feitos pela alma do moribundo depois de sua morte. Os testamentos, dessa forma, possuíam um papel fundamental na preparação para a morte não apenas no que se refere à organização político-económica da gerência dos bens mas também na determinação das orações, missas e sufrágios que deveriam ser feitos após a morte, assegurando, assim, a saída da alma do Purgatório. Libertar a alma do pecado era, nesse sentido, a parte mais importante do ritual de preparação para a morte. Por esse motivo, a realização dos sufrágios pelos parentes vivos era de extrema importância para livrar a alma do Purgatório. Os sufrágios pelas almas dos defuntos podiam conduzir à salvação daquelas que ainda não haviam alcançado o Paraíso, e ao mesmo tempo evitavam as perturbações que as suas incursões no mundo dos vivos causavam.¹⁵¹ Por esse motivo, durante os séculos XIV e XV, o cumprimento integral dos legados régios era uma das tarefas importantes dos testamenteiros, para que a alma pudesse descansar na bem-aventurança.¹⁵²

No entanto, a preparação para morte não visava apenas a alma, ou seja, esta preparação não passava unicamente pelo plano espiritual, pois o bom despacho de todos os assuntos terrenos desencarregava a alma e aliviava a consciência.¹⁵³ Assim, para se alcançar a boa morte, o indivíduo devia, também, resolver toda e qualquer pendência terrena, como por exemplo estabelecer a concórdia com os seus familiares, conceder mercês e doações a quem considerasse que merecia, e dar e obter perdões.¹⁵⁴ Podemos ver um bom exemplo de conflito familiar resolvido em leito de morte na desavença entre D. Pedro e D. Afonso IV aquando da morte de D. Inês. A Rainha D. Beatriz, juntamente com o arcebispo de Braga e outros membros da nobreza, intervieram no acordo entre o rei e o infante que, depois de muitos debates e alterações finalmente *foraõ concordados nesta maneyra, a saber o Infante com grande firmeza de palavras perdoou loguo a todolas pessoas que conselho, & feyto em qualquer maneyra foraõ culpados na morte da dita D. Ines de Castro*.¹⁵⁵ Como outro exemplo referente à quitação das pendências terrenas, podemos citar o relato detalhado que Rui de Pina faz sobre a morte de D. Dinis. Pina

¹⁵¹ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. “A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte.” *Cadernos do Noroeste*, 1996, p. 169.

¹⁵² Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. “A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte.” *Cadernos do Noroeste*, 1996, p. 168.

¹⁵³ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. “A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte.” *Cadernos do Noroeste*, 1996, p. 176.

¹⁵⁴ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. “A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte.” *Cadernos do Noroeste*, 1996, p. 186.

¹⁵⁵ Pina, Rui de. *Crónica de D. Afonso IV*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, p. 467.

afirma que, antes de falecer, D. Dinis restabeleceu a paz com seu filho em Santarém: *E foram assinados quatro juízes logo nomeados pera determinação, seem revogação de todas as duvidas e debates que antre ElRey, e ho Ifante ouvesse (...) e estas concordias, e convenças foram feytas em Santarem.*¹⁵⁶ Nesse sentido, deixar as pendências administrativas do trabalho e da família em ordem era de extrema importância para que o moribundo se sentisse em paz no momento do trespasse.

O perdão também era importante para se receber a graça divina no momento da morte. Fernão Lopes, nesse sentido, menciona que D. Pedro *jazendo doente, nembrou-sse como depois da morte d'Alvoro Gonçallvez e Pero Coelho, ell fora certo que Diego Lopes Pacheco nom fora em culpa da morte de d. Enes, e perdohou-lhe todo queixume que del avia, e mandou que lhe entregassem todos seus bees.*¹⁵⁷ Tendo em vista que o perdão era uma forma de relembrar os pecados, podemos considera-lo como uma ferramenta que auxiliava o moribundo na execução de um dos aspectos mais importantes para o alcance da boa morte: a contrição.

Também D. Afonso III, *tendo jáa feyto em muy inteyro acordo seu solene Testamento, arrependido de seus pecados recebendo como bom Catholico, e fiel Christão todos os Sacramentos para bem da sua alma... acabou sua vida, e deu sua alma há Deos.*¹⁵⁸ O arrependimento à hora da morte, ou quando se sente sua proximidade, ocorre com uma certa frequência quando se analisa as referências testamentárias.¹⁵⁹ Assim, a contrição, como vimos anteriormente, aparece como um dos instrumentos imprescindíveis para se atingir a boa morte.

A confissão e o arrependimento dos pecados eram de extrema importância para se obter a graça divina. Este aspecto também é encontrado em quase todas as mortes régias relatadas. D. Filipa de Lencastre, por exemplo, pediu a Deus *com grande humilldade perdom de seus peccados, e saluaçom pera sua alma sprituaall, que a quamtos hi estauam pereçia que eram ditas per alguu anjo çellestriall.*¹⁶⁰ Além dos lamentos e das próprias confissões, também era habitual que os mais virtuosos fizessem benfeitorias em nome da salvação e do perdão da alma. A mesma rainha D. Filipa, apesar de toda

¹⁵⁶ Pina, Rui de. *Crónica de D. Dinis*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, p. 308.

¹⁵⁷ Lopes, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007, p. 197.

¹⁵⁸ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso III*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 201.

¹⁵⁹ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. "A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte." *Cadernos do Noroeste*, 1996, p. 172.

¹⁶⁰ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Montagem por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 138.

sua virtude e as frequentes confissões, também chegou a fazer atos de caridade enquanto jazia doente: *posto que muyto a meude fosse confessada em todollos outros tempos, depois que sse assy a emfirmidade esforçou em ella, falou muy compridamente com seu abade. e em satisfaçam dalguus emcarregos se os tinha, mandou fazer mujtas esmollas e outras grandes obras de piedade, dizendo mujtas rrezoões em arrependimento de seus peccados, as quaaes faziam grande contriçom aaquelle seu confessor.*¹⁶¹

A dádiva de esmolas, algumas das quais fixadas nos testamentos régios, tornou-se muito frequente durante a Idade Média como um viático para a salvação.¹⁶² Este tipo de caridade, nesse caso, aparece como forma de arrependimento e contrição. Pina, ao descrever a morte de D. Sancho II, faz alusão à importância da dádiva de esmolas ao mencionar *os leguados, e esmolas que no dito testamento leyxou.*¹⁶³ Esse exemplo é apenas um dos muitos que podem ser encontrados nas crónicas acerca da dádiva de esmolas e de outras formas de se manifestar a contrição e o arrependimento.

Entretanto, é no plano espiritual que essa manifestação se torna mais aprofundada diante da temática tanatológica. Ao se deparar com o cenário do julgamento individual, o moribundo eleva o sentido da contrição a um nível espiritual no qual apenas através dela mesma consegue transpor as tentações apresentadas. Dessa forma, o aparecimento de seres do outro mundo – tanto os angelicais e como os infernais – no momento do trespasse também é muito encontrado nos relatos. A rainha D. Filipa de Lencastre recebe a ajuda da própria Virgem, como nos relata Zurara: *lhe apareção nossa Senhora pera lhe dar uerdadeiro esforço pera passagem daquella hora forte*¹⁶⁴. Nesta verdadeira luta espiritual que se trava à volta do leito do moribundo, deve este despir toda a soberba. A partir do século XIV esta luta espiritual torna-se uma abstracção personalizada. Os pecados devem ser combatidos com os sete dons do Espírito Santo.¹⁶⁵

Esse momento de luta interna no qual o moribundo se via diante de seus pecados, tentações, apegos mundanos e a possibilidade de salvação era carregado de sofrimento e dor. O indivíduo tinha de se manter firme dentro da sua própria fé para combater todos

¹⁶¹ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Montagem por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 125.

¹⁶² Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. “A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte.” *Cadernos do Noroeste*, 1996, pp. 167-168.

¹⁶³ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso III*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 64.

¹⁶⁴ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Montagem por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 136.

¹⁶⁵ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. “A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte.” *Cadernos do Noroeste*, 1996, p. 185-186.

esses aspectos no momento de trespasse. Nesse sentido a morte aparece mais como um alívio, um momento de liberdade das dores e pelejas que o corpo e a mente padeciam: *ca espero na sua merçee, que pois lhe praz de eu aqui nom auer prazer, de mo dar no outro mundo, homde me sera mais proveito pera saúde perdurauell.*¹⁶⁶

Um outro aspecto muito reconhecido nas descrições de boa morte nas crónicas é justamente a antevisão de morte. Porque a hora da morte não é certa, o aviso do trespasse é uma grande benesse espiritual.¹⁶⁷ Assim, era considerado algo que apenas os privilegiados mais devotos tinham. Era recorrente os virtuosos terem algum tipo de anúncio ou aviso celeste acerca da chegada do momento da sua partida deste mundo. Zurara dedica um capítulo inteiro ao prenúncio que a rainha D. Filipa de Lencastre recebeu sobre sua morte. A matriarca, que tanto gostaria de ver seus filhos se tornarem cavaleiros, percebe que isso não ocorrerá: *e ella como molher, que das cousas temporaaes nom tijnha nehuu sentido, começou a dizer. Eu sobyrei no alto, e do alto uos uerey, e a minha doença nom tortuara*¹⁶⁸. A Rainha prevê a viagem dos filhos tão improvável naquela altura de sua doença: *a uossa hida. ca uos partires per festa de Samtiago.*¹⁶⁹ Zurara, inclusive, chega mesmo a indicar que a rainha foi avisada por Deus de seu momento de trespasse: *e porque já mujtas uezes fallamos das grandes uirtudes que auia em esta Rainha, he de saber como lhe nosso Senhor Deos quis dar conhecimento do verdadeiro saber, mostrando-lhe a escuridade da premente uida per jmtrimsico amor, que lhe deu de ssi meesmo com certo conhecimento da fim da sua uida.*¹⁷⁰

Essas premonições específicas eram atípicas para os reis e rainhas medievais. Normalmente havia sempre um sexto sentido acerca do momento da morte, mas as premonições nem sempre estavam correlacionadas ao momento da morte régia. No entanto, esse sexto sentido está presente em quase todas as boas mortes. Vemos vários exemplos deste sentimento de chegada da morte em diferentes passagens das crónicas.

¹⁶⁶ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Montagem por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 135.

¹⁶⁷ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. “A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte.” *Cadernos do Noroeste*, 1996, p. 166.

¹⁶⁸ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Montagem por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 135.

¹⁶⁹ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Montagem por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 135.

¹⁷⁰ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Montagem por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 125.

Pina, por exemplo, faz questão de expor esse prenúncio de morte no pequeno relato que faz da morte do rei D. Dinis: *e com esto sendo ha doença delRey cada vez mais perigosa, e mortaal, tendo muy craro conhecimento, que hos dias de sua vida se acabavam (...).*¹⁷¹ D. Urraca, também, tem esse sexto sentido ao receber as relíquias dos Mártires de Marrocos: *a Rainha D. Orraqua passadas muy poucas horas, depois que has Santas Reliquias foi dada divina sepultura, ella Rainha chea de virtudes acabou sua vida, e dahy foy levada a alcobaça onde jáaz.*¹⁷²

Além dos aspectos físicos e espirituais do momento da morte, as exéquias, o cortejo fúnebre e tudo que fazia parte da atmosfera da morte de um indivíduo era levado em consideração para que o mesmo tivesse um bom trespasse. Podemos encontrar várias referências a isso nas Crônicas. Pina descreve algumas reacções diante da morte de D. Afonso V: *ali se depenaram entam cabeças de muy siso, e arrecaram barbas de muita autoridade; ali nom ficou rostro de molher, que com as próprias mãos, e unhas cruees nem fosse esbofeteado, e feito em sangue.*¹⁷³ Em outra passagem, descreve a procissão que se seguiu a morte do monarca relatando que *seguindo todos hua muy escura procissam, entoada por todos de muy dooroso gritos, e muy tristes lamentações.*¹⁷⁴

Assim, a boa morte não ocorria apenas no leito de morte do moribundo. Ela se disseminava para todos os aspectos referentes à morte, desde a preparação prévia do indivíduo através da manutenção de suas confissões e do sentimento de chegada da morte, passando pela tortuosa disputa no leito de morte até as orações feitas pelos parentes, amigos e autoridades responsáveis pelos sufrágios. O modelo de boa morte não é simplesmente uma figura de estilo, mas no leito, que é o seu próprio espaço de teatralização do real, o moribundo se esforça por seguir o modelo de morte ideal, que de certa forma perde todo o naturalismo, mas é marcadamente ritualizado.¹⁷⁵

A partir da morte de D. Dinis, as referências aos rituais e mortes bem como sobre sua preparação começam a aparecer de forma mais detalhada e consistente nas crônicas. Levando em consideração todos os aspectos citados, podemos construir um modelo de boa morte referente à morte ideal a ser seguida, assim como a morte do Mestre de Avis.

¹⁷¹ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Dinis*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 309.

¹⁷² Pina, Rui de. *Crónica de D. Afonso II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 109.

¹⁷³ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. João II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 985.

¹⁷⁴ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. João II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 985.

¹⁷⁵ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. "A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte." *Cadernos do Noroeste*, 1996, p.187.

A morte de D. João I corresponde a um perfeito modelo de boa morte no leito proposto por Ariès, sendo rica de aspectos rituais e significados simbólicos.¹⁷⁶ A morte deste monarca, pela sua exemplaridade, tornou-se um ponto de referência da família real e da corte.¹⁷⁷ No entanto, apesar dessa referência de ideal ser a mais trabalhada e usada, não nos parece interessante no contexto do nosso trabalho tendo em vista o teor generoso e a importante posição desse monarca na historiografia portuguesa. O estudo de Armindo de Sousa, acerca dessa morte possui o mais detalhado contexto acerca da mesma caso haja interesse de aprofundamento na mesma.¹⁷⁸ No nosso estudo, o intuito é analisar mortes menos trabalhadas, mas que possuem uma grande importância para ilustrar o contexto social e religioso sobre a morte contido nestas crónicas e referente à ideologia acerca da morte no século XV. Tendo como base a visão de boa morte e exemplos que a ilustram de forma contextualizada, podemos dar sequência ao estudo, partindo dessa referência para classificar outros tipos de mortes encontrados nas crónicas, fazendo um paralelo com as mortes que consideramos importantes para a análise.

3.3. A “Má Morte”

Como vimos, a necessidade de bem morrer e a grande mortandade do século XIV sustentaram o temor da morte repentina e sem preparação. Nesse sentido, uma morte accidental, por doença repentina ou até por assassinato poderia ser considerada uma má morte. Mais que o medo da morte, o homem medieval tem medo da morte súbita que não lhe permite preparar-se.¹⁷⁹

A falta de preparação para o momento da morte era algo que atormentava o povo medieval cotidianamente. As constantes lembranças do *memento mori* e da iconografia da *ars moriendi* faziam com o medo fosse a principal sustentação dessa ideologia. Morrer sem ter-se arrependido dos pecados, sem as orações devidas e os procedimentos

¹⁷⁶ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. “A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte.” *Cadernos do Noroeste*, 1996, p.174.

¹⁷⁷ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. “A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte.” *Cadernos do Noroeste*, 1996, p. 174.

¹⁷⁸ Sousa, Armindo de. *A Morte de D. João I - Um tema de propaganda dinástica*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984.

¹⁷⁹ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. “A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte.” *Cadernos do Noroeste*, 1996, p. 166.

necessários para a boa morte era o mesmo que comprar uma passagem só de ida directamente para o Inferno. Não havia possibilidade para a salvação da alma. Por esse motivo, a morte súbita e violenta é vista como má, pois significa que não houve preparação da alma, tanto no que se refere aos rituais exteriores, à assistência religiosa, como à preparação interior, na qual o próprio moribundo reflecte sobre si mesmo, se arrepende e pede perdão por seus pecados.¹⁸⁰

Um exemplo claro desse tipo de morte é a da Rainha D. Leonor de Aragão que teve sua morte *arrebataada, sem ter huma ora d'acordo, pera o que á sua alma e á sua fazenda compria, em que ouve violenta presunção, que fora de peçonha*¹⁸¹. Rui de Pina faz questão de acrescentar que *logo sem entervalo nem repouso deu a alma a Deos*.¹⁸² A rapidez com a qual D. Leonor faleceu, nesse sentido, mostra que não houve tempo para uma preparação e consequentemente sua morte súbita deixou a alma sem uma possibilidade de salvação. Nesse caso, apesar da má morte, a trasladação feita por D. Afonso V acaba por reabilitar a imagem de D. Leonor concedendo-lhe o direito, como rainha, de manter-se junto aos antepassados do rei. Assim, a um trespasse obscuro, e mesmo desonroso para sua condição, correspondeu uma cerimónia de enaltecimento que proporcionou a recuperação da memória desta rainha.¹⁸³

De qualquer forma, essa reabilitação serve apenas no âmbito social. A salvação da alma requeria um processo longo de sufrágios e penitências purgatórias para que uma alma pudesse alcançar a salvação eterna depois da morte. No entanto, para os vivos, principalmente membros de famílias renomadas, a forma como um membro da família morria tinha implicância no estatuto da linhagem como um todo. Nesse sentido, as cerimónias de trasladação de personagens reais que tiveram mortes menos honrosas se destinam a cumprir um duplo objectivo: recuperam a dignidade perdida para o morto e fortalecem a monarquia, cujo prestígio depende também dos ritos à volta da morte de cada um dos seus membros.¹⁸⁴

No caso da morte de D. Afonso XI de Castela também podemos encontrar um claro exemplo de má morte, uma vez que *doeceu huma levação pestilencial que lhe deu, de*

¹⁸⁰ Ariès, Philippe. *O Homem Perante a Morte*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1988, p. 19.

¹⁸¹ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso V*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 693.

¹⁸² Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso V*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 693.

¹⁸³ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. "A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte." *Cadernos do Noroeste*, 1996, p. 235.

¹⁸⁴ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. "A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte." *Cadernos do Noroeste*, 1996, p. 235.

*que no mesmo Arrayal, sem lhe aproveitar algum remedio de muytos que lhe fizeram, morreo de Endoenças.*¹⁸⁵ Rui de Pina não adiciona nada a respeito desse monarca nem de uma preparação prévia para a morte, mas faz questão de mencionar o carácter cruel do pai de D. Pedro I de Leão e Castela *a que por suas abominaveis obras com razam disseram o Cru, por sua infâmia em idade de 15 anos.*¹⁸⁶ Nesse sentido, podemos correlacionar a morte de D. Afonso XI de Castela com a imagem de seu filho D. Pedro I de Leão e Castela, uma vez que, novamente, a morte e os acontecimentos em torno dela tinham um carácter formador na imagem de uma determinada família.

A doença era algo assustador para o homem medieval, no entanto, a morte solitária sem rito e sem preparação e o abandono do moribundo pelos parentes e amigos era algo ainda mais apavorante. Essa preocupação em torno da necessidade de se ter uma companhia na hora da morte ilustra a ansiedade e o temor em relação à morte solitária, sem assistência nem sacramentos, e indica que o facto de morrer sozinho era uma assustadora realidade para os homens da época.¹⁸⁷ Assim, a apreensão em torno da imprevisibilidade da morte, da fragilidade do moribundo diante das tentações e a preocupação com a morte solitária, sem assistência espiritual, denunciam um forte sentimento de insegurança e desamparo.¹⁸⁸ O homem medieval se sentia inseguro diante do desconhecido mundo da morte e estar acompanhado por pessoas nesse momento, dava a força e segurança necessárias para que o moribundo pudesse fazer o trespassse de forma tranquila.

Muitos dos cavaleiros que combatiam na guerra passavam por esse processo. Um exemplo disso foi a morte de Fernão Barreto, filho de Gonçalo Nunes. Zurara explica *que porque avia dias que nō sayra fora da çidade, chamando-o aquella a que se nenhua criatura vyvemte pode escomder, pareço-lhe que aquelle dia estava efadado. E querendo hyr folgar com dous gallgos que tinha pera acerca da çidade, porque a terra pella menhã fora atalhada e as atalayas não fizeram nenhu synall de entrada de*

¹⁸⁵ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso IV*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 404.

¹⁸⁶ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso IV*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 404.

¹⁸⁷ Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca: Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 43.

¹⁸⁸ Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca: Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 43.

*mouros, pareceo-lhe que tinha seguramça pera seu desemfadamento.*¹⁸⁹ No entanto, ele acabou, de forma despercebida, indo ao encontro dos mouros *e pero que o tomassem assy desperçebido, todavia o fidalgo se pos em esperamça de defemsa, a qual lhe jaa não prestava pera outra cousa senam pera acabar cõ sua nobreza.*¹⁹⁰ Apesar da tentativa de salvamento, a verdade é que *como quer que em muy breve chegasse ally allguus, elle tinha já pore dado aquelle nobre espritu nas mãos daquele que o criara.*¹⁹¹ Assim, podemos concluir que Fernão Barreto, além de ter morrido de forma violenta e inesperada, estava sozinho diante de seus inimigos terrenos e espirituais.

As más mortes, como vimos, tinham quase que um teor kármico na história do moribundo. Nesse sentido, certas mortes foram mais bem elaboradas no intuito de enfatizar um aspecto determinante para o desenvolvimento das crónicas. Algumas delas são descritas de forma que definem tendenciosamente alguns aspectos exaltados pelos cronistas, como é o caso da morte do conde Andeiro, que serve de ponto de partida para a conquista do trono por parte do Mestre de Avis e a morte de D. Maria Teles, que acaba por delinear o carácter do infante D. João, filho de D. Pedro I com D. Inês e um dos principais concorrentes ao trono de Portugal com a morte de D. Fernando.

3.3.1. Conde João Fernandes Andeiro – Assassinato e Poder

Natural de Corunha João Fernandes pôs-se ao serviço de Portugal depois do assassinato de D. Pedro I de Castela, quando o rei D. Fernando I invadiu a Galiza com o intuito de reivindicar a Coroa de Castela. Tendo contribuído directamente para o estabelecimento de uma aliança entre D. Fernando e o duque de Lencastre, fez várias viagens a Portugal em missões diplomáticas, no entanto, apenas estabeleceu-se em Portugal juntamente com as tropas inglesas, altura em que recebeu de D. Fernando I o título de Conde de Ourém.

Como vimos anteriormente, os ânimos da população não eram favoráveis ao partido da rainha e à sucessão do reino pela infanta D. Beatriz. Portanto, a morte do conde Andeiro foi crucial para que o partido nacionalista conseguisse reivindicar o trono português.

¹⁸⁹ Zurara, Gomes Eanes de *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Montagem por Maria Teresa Brocado. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 404-405.

¹⁹⁰ Zurara, Gomes Eanes de *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Montagem por Maria Teresa Brocado. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 405.

¹⁹¹ Zurara, Gomes Eanes de *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Montagem por Maria Teresa Brocado. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 405.

Fernão Lopes descreve bem a cena da morte, mas não deixa transparecer quase nenhum teor religioso na atmosfera de sua execução. Durante todo o capítulo que se refere à morte do conde, ela aparece quase como um procedimento a ser seguido para se chegar a um objetivo. Levando em consideração que o intuito de sua morte era político, poderíamos até entender essa falta de religiosidade na cena. Contudo, em se tratando de Idade Média, ao nosso ver, parece estranho que sua morte tenha sido tão banal. Essa banalidade é vista durante toda a cena e começa logo no início do capítulo quando Fernão Lopes narra a forma como Mestre de Avis parte para sua missão: *Em outro dia pella manhaã partio o Mestre daquella aldea hu dormira, e começou a damdar seu caminho, sem trigamça alguua desacostumada.*¹⁹² Ainda durante o caminho, o Mestre de Avis manda um recado para Álvaro Pais: *Hiivos deamte quanto poderdes e dizee a Alvaro Paaez que see faça prestes, ca eu vou por fazer aquello que elle sabe.*¹⁹³

Essa falta de emoção referente à execução do conde Andeiro pode ser interpretada de variadas formas. A primeira delas, e talvez a mais óbvia, pode ser para enaltecer as virtudes do Mestre de Avis como um homem bravo e corajoso que nada temia. Uma outra interpretação pode ser justamente o contrário: para diminuir a imagem do conde, representando-o como um homem covarde e não-digno da posição que ocupava. No entanto, nenhuma delas irá fazer diferença no nosso estudo, a não ser pelo facto de elevar a imagem do Mestre de Avis. Sendo assim, iremos focalizar em um único aspecto que para nós será mais proveitoso. Para isso, devemos primeiramente lembrar que o conde Andeiro era tido como amante da rainha D. Leonor enquanto era casada com o rei D. Fernando I: *Ca certo he que husamdo o Conde per tempo, daquella gram maldade que dissemos, dormimdo com a molher de seu Senhor, de que tamtas merçes e acreçamento avia rreçebido, nom sohóu esto assi simprezmente nas orelhas dos grandes senhores e fidalgos, que lhe nom gerasse grande e assinado desejo de vimgar a desomrra delRei dom Fernando.*¹⁹⁴ Assim, e por esse motivo, por algumas vezes o conde passou de ser assassinado. Fernão Lopes nos conta que não só o irmão da rainha, *achamdo a fama de sua irmã, muito peor do que a leixara*¹⁹⁵, como o próprio rei, que

¹⁹² Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 16.

¹⁹³ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 16.

¹⁹⁴ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 3.

¹⁹⁵ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 4.

veemdo os muitos modos per que a Rainha mostrava desordenada afeição e bem querença ao Conde¹⁹⁶, tentaram criar uma forma de matar o conde, mas este sempre conseguia escapar.

Entretanto foi Álvaro Pais, *que nom perdendo rramcor e hodio na desomra que a elRei seu Senhor fora feita, nehuua cousa então mais desejava que veer o Conde Joham Fernamdez morto*¹⁹⁷, unido ao Mestre de Avis conseguiu conceber um plano para executar o conde limpando assim a honra do rei.

Vemos neste contexto uma certa incongruência entre os capítulos anteriores e o capítulo da morte do conde em si. Fernão Lopes se utiliza de oito capítulos bem vívidos para expor a motivação desonrosa pela qual o conde deveria ser morto. Sabemos que na Idade Média o adultério era muitas vezes condenado com morte. O próprio D. Pedro I mandou torturar um bispo e castrar um de seus escudeiros por terem dormido com mulheres casadas.¹⁹⁸ Isso acontecia por um motivo muito simples: o adultério remetia a dois dos pecados capitais condenados pela Igreja, a inveja e a luxúria. De acordo com os ensinamentos medievais de Ramon Llull, invejar o próximo por lhe desejar a mulher é menosprezar e desamar teu próximo, e é menosprezar tua mulher e os parentes de tua mulher. Ora, Nosso Senhor Deus deseja que o homem não tenha menosprezo por aquela criatura que lhe é semelhante em natureza e deseja que o homem saiba que em sua mulher existe a mesma coisa que existe na mulher de seu próximo ao dar o deleite carnal.¹⁹⁹ Sendo assim, um homem que cobiçava a mulher do próximo ia contra o sacramento do casamento e contra os mandamentos da própria Igreja Católica.

Além disso, a Igreja condenava todo e qualquer comportamento que oferecesse o sentimento de prazer com a argumentação de que tal comportamento remetia ao pecado da luxúria. Tendo sido inicialmente vinculado ao sentimento de prazer em uma perspectiva generalizada, a luxúria aos poucos acaba por ser relacionada ao prazer específico do exercício da sexualidade, remetendo-se, assim, ao próprio pecado

¹⁹⁶ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 5.

¹⁹⁷ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 10.

¹⁹⁸ Lopes, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007, cap. VII - VIII Como nas outras notas tem estado sempre a pôr as páginas e não o capítulo, tem de pôr as páginas aqui também e tirar o capítulo.

¹⁹⁹ Llull, Ramon. *Doutrina para Crianças*. Edição por e- editorial IVITRA e Marfil. Traduzido por Prof. Dr. Ricardo da Costa. Alicante: e-Publishing Studies, Editions and Tranlations, 2010, p. 20.

original.²⁰⁰ Nesse sentido, o conde não comete apenas um, mas dois pecados mortais que acabam por desonrar a figura do próprio rei, bem como a representação do seu reinado.

No entanto, chega a ser até um tanto tentador referir a conveniência de tais atos. Sem querer obviamente diminuir ou ir contra a narração do pai da historiografia portuguesa, e tendo ao mesmo tempo todo o respeito que lhe é devido como historiador e pesquisador, não podemos, no entanto, deixar de apontar que a morte do conde teve um grande impacto para ascensão do Mestre de Avis na disputa pelo trono português. A própria narrativa de Fernão Lopes, nos oito primeiros capítulos de sua crónica, nos dá uma sensação de excessiva explicação do motivo pelo qual o conde foi morto e do porquê de não ter sido feita justiça anteriormente.

De qualquer forma, não nos cabe em nosso trabalho julgar a veracidade dos factos e a possibilidade de uma motivação oculta em Fernão Lopes para escrever estes capítulos. De facto nos é importante apenas expor que graças ao suposto comportamento indecoroso da rainha e do conde, Fernão Lopes teve seu trabalho facilitado ao enaltecer e afirmar a legitimidade do Mestre de Avis como rei de Portugal e primeiro rei da dinastia de Avis.

3.3.2. Pero Coelho e Álvaro Gonçalves – Morte e Vingança

As mortes de Pero Coelho e Álvaro Gonçalves, executores de D. Inês de Castro, foram mortes violentas e com um teor de vingança. Como vimos, a morte sem preparação pode ser a pior coisa a acontecer para um cristão. No seu relato sobre a morte dos dois executores, Fernão Lopes em momento nenhum se refere a um tipo de preparação. Pelo contrário, toda a cena é mantida numa atmosfera de ódio e repulsa tanto por parte do rei como por parte dos dois condenados. Essa atmosfera negativa é bem detalhada no momento que Pero Coelho, ao levar um golpe de D. Pedro no rosto, *se soltou entom contra el-rrei em desonestas e feas pallavras, chamando-lhe treedor, fe perjuro, algoz e caneceiro dos homees*.²⁰¹ A falta de humildade, perdão e preparação para estas mortes deixa claro o motivo pelo qual podem ser classificadas como más mortes.

²⁰⁰ Ferreira, Letícia Schneider. “O Feminino, o Pecado da Luxúria e o Sacramento do Matrimônio.” *AEDOS*, 2011: 167-176, p. 170.

²⁰¹ Lopes, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007, p. 144.

Além disso, toda a situação ocorre em forma de pecado, uma vez que D. Pedro vai contra uma promessa feita ao pai em leito de morte, de perdoar os assassinos de D. Inês. No entanto, essa promessa foi quebrada em conjunto com D. Pedro de Castela que os enviou para D. Pedro de Portugal em cumprimento de um acordo entre os dois monarcas. Assim, foram trazidos a Portugal e recebidos com grande satisfação pelo próprio rei que com *sanha cruell sem piedade lhos fez per sua mão meter a tromento*.²⁰² Esse acordo, entretanto, não é bem visto aos olhos do cronista. O acordo firmado entre Pedro de Portugal e Pedro de Castela, que decretou a troca de exilados políticos dos dois reinos, assim proporcionando ao rei a tão ansiada vingança contra os homens que tinham matado Inês, é condenado por Lopes.²⁰³

Fernão Lopes não entra em detalhes ao falar dos *tromentos* pelos quais os dois condenados passaram, contudo, podemos ter uma noção da fúria com a qual D. Pedro atuou ao nos depararmos com a forma através da qual os dois foram mortos: *A maneira de sua morte, seendo dita pello meudo, seria mui estranha e crua de contar, ca mandou tirar o coraçam pellos peitos a Pero Coelho, e a Alvaro Gonçallvez pelas espadoas; e quaaes palavras ouve, e aquel que lho tirava que tal officio avia pouco em costume, seeria bem doorida cousa d'ouvir*.²⁰⁴ Novamente, nesta situação, nos depararmos com a interrogação sobre a veracidade dos factos, no entanto, como já foi dito, nos abstermos de colocar este questionamento em pauta tendo em vista o objectivo discursivo do nosso trabalho. O que nos importa, neste sentido, é a forma como as mortes são descritas e quais as possibilidades de interpretação das mesmas dentro do discurso e da classificação por nós proposta. Ao arrancar-lhes o coração de forma brutal, D. Pedro não lhes dá a chance de poderem ter uma boa morte e, consequentemente, uma possibilidade de salvação da alma.

Esse castigo, por si só, já poderia ter vingado a morte de D. Inês. No entanto, o pior aspecto que encontramos nestas mortes ainda é o desdém com o qual foram tratadas: *E el-rrei dizendo que lhe trouxessem cebolla e vinagre pera o coelho, enfadou-sse delles e mandou-hos matar*.²⁰⁵ Podemos intuir essa falta de compaixão também no momento em que *mandou-hos queimar: e todo feito ante os paaços onde ell pousava, de guisa que*

²⁰² Lopes, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007, p. 144.

²⁰³ Amado, Teresa. *O Passado e o Presente: Ler Fernão Lopes*. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 65.

²⁰⁴ Lopes, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007, p. 144.

²⁰⁵ Lopes, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007, p. 144.

*comendo oolhava quanto mandava fazer.*²⁰⁶ O ato de comer enquanto se deleitava em sua própria vingança pode ser interpretado tanto num sentido desdenhoso como também num sentido prazeroso, uma vez que o ato de comer faz alusão a um momento de prazer. De uma forma ou de outra, o facto é que a cena das mortes de Pero Coelho e Álvaro Gonçalves é barbaramente acompanhada por um D. Pedro transfigurado pelo ódio, para quem o texto olha e nos faz olhar com horror.²⁰⁷ Todo o excesso da cena, culminando com os corações a serem arrancados aos réus pelo peito e pelas costas, perante a qual o cronista não esconde a sua repulsa, dá a medida da desadequação do acto diante da posição de D. Pedro como rei e homem de honra e palavra.²⁰⁸

3.3.3. D. Maria Teles e infante D. João – Paixão, intriga e morte

Um outro caso de má morte retrata não a busca por vingança, mas por poder. O infante D. João, filho de D. Pedro I e D. Inês de Castro, viveu muito estimado na corte D. Fernando I. Fernão Lopes dedica um capítulo inteiro da crónica deste rei apenas para falar “das manhas e condições do infante”: *este infante D. João era muito igual homem em corpo e em gesto, bem composto em parecer e feições, e comprido de muito boas manhas, muito mesurado e pação, agasalhador de muitos fidalgos do reino e estrangeiros, e muito grado e prestador a qualquer um que n’elle catasse cobro.*²⁰⁹ Lopes, nesse sentido, constrói uma imagem do infante de um homem bonito, corajoso e muito distinto, que agradava a todos sendo muito diplomático. Entretanto, apesar de narrar algumas de suas proezas como homem corajoso e apaixonado, acaba por desconstruir sua imagem ao narrar a forma como, friamente, assassinou D. Maria Teles, sua então esposa.

D. Maria Teles, irmã da rainha D. Leonor Teles, era viúva de Álvaro Dias de Sousa, um fidalgo de boa linhagem. Ficou viúva ainda nova *com assaz boa idade de mancebia, formosa e aposte e muito graciosa, achegada de muitos fidalgos.*²¹⁰ Chamou a atenção do infante que logo *começou de a amar de vontade, e, revolvendo-se a miude nesse sentimento, secretariamente, lhe enviou descobrir seu amor.* Movido pelo desejo de

²⁰⁶ Lopes, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007, p. 144.

²⁰⁷ Amado, Teresa. *O Passado e o Presente: Ler Fernão Lopes*. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 65.

²⁰⁸ Amado, Teresa. *O Passado e o Presente: Ler Fernão Lopes*. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 68.

²⁰⁹ Lopes, Fernão. *Chronica de El-Rei D. Fernando*. Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1896, p. 133.

²¹⁰ Lopes, Fernão. *Chronica de El-Rei D. Fernando*. Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1896, p. 139.

possui-la e *cercado de querer e vontade d'aquelle desejo que todo sizo e estado põem de parte*²¹¹, acabou aceitando casar-se com ela de forma improvisada e secreta *querendo acabar com o ázo o que a vontade começara*.²¹² No entanto, ao descobrir o casamento, a rainha D. Leonor Teles, com receio de que na morte de D. Fernando o infante pudesse ser nomeado rei e sua irmã rainha, criou uma estratégia para acabá-lo, fazendo com que o infante pensasse na possibilidade de casamento com a sobrinha, a infanta D. Beatriz. Para isso, encarregou D. João Afonso Telo de insinuar a D. João da utilidade para o país, que se realizasse o seu casamento com D. Beatriz.

Visando os benefícios que teria com esse casamento, o infante começou a pensar numa forma de *ser quite de D. Maria por morte*.²¹³ Assim, em uma reunião entre a rainha e dois conselheiros de D. João, Diogo Afonso de Figueiredo e Garcia Afonso, *foi levantada uma mui falsa mentira, que seu coração d'ella nunca pensara, que bem a poderia matar sem pasmo, porque era fama que dormia com outrem sendo sua mulher recebida*.²¹⁴ Com este pretexto, o infante partiu para Coimbra ao encontro de D. Maria Teles com o intuito de lhe tirar a vida. Ao chegar, subiu em tumulto as escadarias, sobressaltando as criadas que dormiam. Os aposentos de D. Maria Teles estavam trancados e D. João não hesitou em arrombar as portas. *Ella, accordando subitamente, quando se viu entrar por aquella maneira, alçou-se do leito tão espantada e temerosa que ardor podia ter em si*.²¹⁵ O espanto e o medo caracterizados nessa cena tomam conta de D. Maria, que não só perde o direito a uma preparação para morte, como acaba sendo tomada por sentimentos e receios que não condizem com os devidos para uma boa morte. Além disso, encontramos um importante detalhe na cena: *quando se levantou, nenhum vestido nem manto teve acordo nem tempo para deitar sobre si (...) e, sendo ella cuidado de cobrir as vergonhosas partes, não teve outro accorrimto senão uma branca colcha, em que envolveu todo o seu corpo*.²¹⁶

²¹¹ Lopes, Fernão. *Chronica de El-Rei D. Fernando*. Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1896, p. 142.

²¹² Lopes, Fernão. *Chronica de El-Rei D. Fernando*. Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1896, p. 143.

²¹³ Lopes, Fernão. *Chronica de El-Rei D. Fernando*. Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1896, p. 147.

²¹⁴ Lopes, Fernão. *Chronica de El-Rei D. Fernando*. Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1896, p. 147.

²¹⁵ Lopes, Fernão. *Chronica de El-Rei D. Fernando*. Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1896, p. 154.

²¹⁶ Lopes, Fernão. *Chronica de El-Rei D. Fernando*. Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1896, p. 154.

A referência ao corpo nu nas crónicas e à sexualidade enfatizava um aspecto pecaminoso. Como já sabemos, a sexualidade da mulher faz referência ao pecado original de Adão e Eva. Ao referir a sexualidade de D. Maria, Lopes não só diminui sua imagem aristocrática e sua posição social, como também retorna ao ponto no qual a própria D. Maria se colocou, uma vez que foi através da sexualidade e do desejo que acabou se casando com o infante D. João. Como vimos, a má morte, na abordagem do nosso estudo, tem um aspecto kármico no qual a morte tem ligação ou faz alguma referência aos acontecimentos da vida do indivíduo. Nesse caso, a sexualidade que fez com que D. Maria se casasse com D. João é representada na hora da morte através da nudez.

Podemos encontrar novamente menção à nudez no momento em que D. João, puxando-a pela ponta colcha, *derribou-a em terra, e parte do seu mui alvo corpo foi descoberto, em vista dos que eram presentes, em tanto que os mais d'elles em que mesura e boa vergonha havia se alongaram de tal vista, que lhes era dorosa de vêr.*²¹⁷ No entanto, essa nudez possui um teor mais de humilhação do que de sexualidade. Para a nobreza da Idade Média, pior que a falta de preparação para morte, seja talvez a transgressão da ética perante sua posição social. Tanto uma como a outra podem afetar um indivíduo pela eternidade. No caso da primeira, a eternidade é afetada em um sentido espiritual tendo em vista que, sem uma preparação devida, a alma não atinge a graça e a salvação. No segundo caso, a eternidade é afetada de forma social deixando uma mancha na história da identidade familiar de uma determinada linhagem. Nesse sentido, podemos dizer que D. Maria Teles foi afetada das duas formas, tendo sua eternidade sido corrompida tanto espiritual como socialmente.

A própria forma com a qual lhe foi tirada a vida denota uma crueldade tamanha, indigna da posição social de D. Maria Teles: *e n'aquelle derribar que o Infante fez, lhe deu com o bulhão que lhe dera seu irmão d'ella, por entre o hombro e os peitos, cerca do coração (...) e tirando o bulhão d'ella lhe deu outra ferida pelas verilhas.*²¹⁸ Apesar disso, Lopes, levando em consideração o peso do tipo de morte sofrido por D. Maria, tenta amenizar sua imagem ao relatar as reacções acerca de sua morte: *foi a casa logo*

²¹⁷ Lopes, Fernão. *Chronica de El-Rei D. Fernando*. Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1896, p. 156.

²¹⁸ Lopes, Fernão. *Chronica de El-Rei D. Fernando*. Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1896, p. 156.

*cheia de brados e choros d'homens e mulheres, depenando-se sobre ella, fazendo grande e dorido pranto.*²¹⁹ A comoção surgida em torno de sua morte não só ameniza a má imagem de D. Maria Teles e, conseqüentemente, de seus descendentes e familiares, como também serve para mostrar a forma antagónica como a rainha D. Leonor Teles era vista no reino.

3.4. A Morte Heróica

*Os bõos e virtuosos escolheram sempre por sepultura os campos que estão ante as armas dos ymigos.*²²⁰ Assim discorre Zurara ao falar dos bravos cavaleiros que se arriscavam para defender seu reino. Para estes heróis, os riscos não passavam apenas pelo risco da morte em si, mas também pela importância de se manterem dentro das regras católicas e estarem sempre preparados espiritualmente para a morte. Zurara diferencia os infiéis e os cristãos justamente nesse sentido: *E se isto hera de tanto louvor aos gentios ymfies, que soomemte pellejavã pella gloria deste mundo, que deve ser dos fies cristãos, a que nõ soemte fica a gloria e louvor do mundo, mas aynda a folgança perpetua pera sempre no outro?*²²¹ Assim, um herói de guerra possuía um certo “desconto” no momento da prestação de contas pelo simples motivo de ser um cavaleiro. Para ilustrarmos melhor a visão da morte heróica que caracterizamos nas crónicas, iremos, primeiramente, destacar as mortes dos sete cavaleiros no capítulo VIII da Crónica de D. Afonso III.

Estando em tréguas com os mouros, alguns cavaleiros decidiram ir caçar e passaram por Tavira, que na altura estava tomada por mouros. No entanto, desconsiderando a trégua, os mouros atacaram os cavaleiros que estavam em menor número. Apesar de virem o ataque chegar, os Cristãos não fugiram e ficaram para lutar pela “fé em Deus”. Em várias passagens do capítulo encontramos vestígios da acção heróica dos cavaleiros, o que acaba por neutralizar o facto de os mesmos não estarem preparados para a morte,

²¹⁹ Lopes, Fernão. *Chronica de El-Rei D. Fernando*. Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1896, p. 156.

²²⁰ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Montagem por Maria Teresa Brocado. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 310.

²²¹ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Montagem por Maria Teresa Brocado. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 310.

uma vez que foram apanhados de surpresa *a aver prazer sem alguma maginança, nem sospeyta de morte*.²²² Como sabemos, a preparação para a morte era algo imprescindível antes de qualquer batalha. Uma vez que os cavaleiros cristãos foram caçar sem pretensão de guerra, ou seja, sem a preparação devida, poderiam ser prejudicados no momento do juízo final.

Entretanto, Pina destaca no texto a motivação principal dos que estavam na peleja: *ca se eu viver nom me falecerà de que viva, e se morrer esso me basta, pois hee em serviço de Deos*. Além disso, faz questão de deixar claro que *elles todos sete por desfalecimento da virtude corporal cortados de mortaes feridas acabaram has vidas como Cavalleyros, e bons Christãos*.²²³ Nesse sentido, apesar de não estarem preparados devidamente para a morte, pela escolha do sacrifício em nome da fé, os cavaleiros acabam por obter o reconhecimento divino através da devoção que lhes é dada pela população: os cavaleiros, *cujos corpos foram depois avidos em grande reverência, e devaçam, e piedosamente nom era sem cauza, porque como Martires espargeraõ seu sangue, e como fieis Catholicos perderam has vidas pela Fée de Jesu Christo N. Senhor*.²²⁴

No entanto, nem todos os cavaleiros eram apanhados de surpresa. Pelo facto de estarem constantemente em guerra e não poderem ter uma morte típica do que seria a “boa morte”, os cavaleiros procuravam estar sempre agindo de acordo com a lei católica. Rui de Pina descreve os cavaleiros como *muyto bons Christãos mantendo em tudo seus santos mandamentos, & os verdedeyros artigos da sua fê, porque nõ roubavão o alheio, & dos vicios da carne herão muy abstinentes, & todos los Domingos, & festas se cõfessavaõ, & tomavão o corpo de Nosso Senhor, & faziaõ pendenças de seus pecados*.²²⁵ Assim, estavam, de certa forma, sempre com as almas devidamente preparadas para a morte.

Na morte heróica, o histórico de bravura, assim como de devoção e virtuosidade, contava para a imagem de um bom cavaleiro cristão. Zurara, ao descrever a morte de Nuno Tristão na *Crónica dos Feitos de Guiné* enfatiza de forma gloriosa a posição heróica que o mesmo possui no contexto da narrativa. Logo no início do capítulo que dedica exclusivamente a esse acontecimento, o cronista expõe seu ponto de vista acerca

²²² Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 182.

²²³ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 183.

²²⁴ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 184.

²²⁵ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso IV*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 106.

desse cavaleiro: *e como acho em tam pouco breves palavras registado o recordamento da morte de tam nobre cavaleiro como foe aqueste Nuno Tristam, cuja trigosa fim no presente capitollo fallar entendo! A qual por certo eu nom poderya passar sem lagrimas, se nom conhecesse caasy per devinal consiiraçom, a eternal folgança que recebe o seu sprito, ca me parece que serya contado por envejoso antre os verdadeiros cathollicos, se chorasse a morte daquelle que a Deos prouve fazer participador da sua immortallidade.*²²⁶ Zurara relata a morte desse cavaleiro de forma muito diferente da morte de Gonçalo de Sintra, que veremos mais à frente no trabalho. De facto, tanto um como o outro morreram por uma fatalidade em busca de honra e conquista. No entanto, é visível o envolvimento emocional que o cronista exhibe na narrativa que faz da morte do primeiro.

Apesar da desventura e da fatalidade, tendo sido encurralados por *Guineus* sem a chance de lutar pela desvantagem em números, Nuno Tristão e seus homens foram considerados por Zurara como heróis. Alguns deles, inclusive, tiveram um fim temeroso para qualquer católico medieval, *quando os lançassem aquelles corpos sobre a multidom das auguas, sepultando suas carnes nos ventres dos peixes.*²²⁷ Para os cristãos, não serem sepultados correspondia uma grande tragédia para o julgamento final. O próprio Zurara faz menção a esse facto ao defender que *na nossa propria carne avemos de veer nosso salvador, segundo deterinaçom da sancta scriptura.*²²⁸ Mas, como no século XV o final nunca era definitivo, Zurara consegue, ou ao menos tenta, “salvar as almas” destes cavaleiros ao *referir que depois de nossa morte achamos a verdade de todas estas cousas que ca vemos em fegura; e pois todos confessamos e creemos que o Papa he nosso Vigairo geeral, e supremo Pontifico, per cujo poderyo poderemos receber absolluçom ou condanaçom, segundo a autoridade do evangelho, como verdadeiros catholicos devemos creer, que aquelles que elle absolver, comprindo as condições de sua letra, seram postos na companhia dos sanctos.*²²⁹

²²⁶ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica dos Feitos de Guiné*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949, p. 375.

²²⁷ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica dos Feitos de Guiné*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949, p. 378.

²²⁸ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica dos Feitos de Guiné*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949, p. 378.

²²⁹ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica dos Feitos de Guiné*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949, p. 379.

Além disso, Zurara roga pela ajuda do leitor pedindo que *todos aquellos que esta estorya leerem, se da morte daquestes fezerem memorya com suas oraçoões, ca pois em serviço de Deos e de seu senhor morrerom, bem aventurada he a sua morte*.²³⁰ Aqui, vemos de forma nítida a vantagem sobre o Juízo Final que o Purgatório trouxe ao possibilitar uma salvação *pos-mortem*, bem como a influência da intenção propagandística do cronista ao narrar uma morte em particular.

Zurara faz menção a outras mortes heróicas na sua trilogia africana. Na Crónica do Conde D. Duarte de Meneses, por exemplo, vemos a morte de Gonçalo Pires Malafaia, fidalgo e Senhor de Belas, e como *por muyto humano muyto liberal muyto gracioso a toda gente. deseioso de fazer quanto bem podya. specyalmente de aquerer honra e uallor. creo segundo seus costumes e acabamento que seia no lugar dos santos*.²³¹

Na Crónica de D. Pedro de Meneses vemos outros exemplos de bravura que acabam por justificar a morte violenta e desavisada dos combatentes. Uma dela é a de Pero Ximenes, que com gana de conter os mouros acabou colocando-se a si e aos seus em risco e acabou por ser morto. Zurara faz questão de enaltecer o feito escrevendo que *aly acabou Pero Xamenez, nã por çerto sem contenemça e feito nobre home, ymda que desavysado naquela ora, ca de XXV que com elle morrerã elle foy o derradeiro, e sempre com nobre comtenemça, nunca se mostrando vemçido*.²³²

No entanto, não vemos apenas portugueses terem suas mortes descritas de forma heróica. Na Crónica de D. Pedro de Meneses, Zurara faz uma referência à morte heróica de um mouro. Por norma, pelo facto de serem considerados infiéis, as mortes dos mouros não são bem detalhadas ou descritas de forma positiva. Apesar disso, Zurara faz menção a uma morte de um combatente mouro de forma heróica, descrevendo-o, inclusive, de forma nobre: *amtre estes mouros amdava hu não menos grande em llynhagem que em allteza de corpo, ome de fremosa cara e de grande coraçom, e assy como muyto vallemte e esforçado hera sempre amte os outros, como home que não queria fazer vill a nobreza do samgue que tinha*.²³³ Em seguida, conta que um escudeiro

²³⁰ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica dos Feitos de Guiné*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949, p. 379.

²³¹ Pina, Rui de. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, p. 198.

²³² Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Montagem por Maria Teresa Brocado. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 436.

²³³ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Montagem por Maria Teresa Brocado. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 228.

do infante D. Henrique, chamado Martim do Algarve, *lhe arremessou hua lamça com que o ferio de mortal chaga*.²³⁴ No entanto, Zurara demonstra o lado heróico e forte do mouro ao descrever sua atitude perante a ferida mortal que tinha recebido: *porem o mouro, como esforçado, tyrou a llamça de sy e rremessou-há per tall força, que trancou com ella hu escudo no braço a hu daquelles escudeyros que ally amdavam na peleja, mas, não podendo força mais durar, cayo morto no chão de cuja dor os outros mouros tomarom tamanho semtydo*.²³⁵

3.5. A Morte Ingloriosa

D. Afonso XI, querendo tomar dos Mouros a vila de Gibraltar marchou pessoalmente com seu exército com o intuito de derrotá-los. No entanto, era a época em que a peste estava se espalhando e *durando o cerquo sobreveo no Arrayal, & gentes do cerquo muy grande pestenença, & foy no tempo que ouve ememoranda & maravilhosa mortindade de Espanha, de que por grande espanto nas memorias antigas muyto se falla*.²³⁶ Isso não fez abrandar a vontade do rei de tomar a vila e o próprio acabou por apanhar a doença e falecer: e, *estando nesta determinaçam, a doeceo de huma levacção pestilencial que lhe deu, de que no mesmo Arrayal, sem lhe aproveytar algum remedio de muytos que lhe fizeram morreo sexta feyra de Endoenças*.²³⁷ Tendo em vista a caracterização feita por Rui de Pina e o teor desnecessário da morte de D. Afonso de Castela podemos enquadrá-la dentro da categoria de morte ingloriosa.

A morte ingloriosa aparece no contexto religioso medieval como uma morte sem bravura ou graça divina. Diferente da má morte, a qual possui um intuito “karmico” de justiça avaliado através dos atos cometidos em vida, a morte ingloriosa não se refere a um propósito justiceiro, mas sim ao sentido de infortúnio e desventura. O rei D. Duarte, por exemplo, *loguo adoecêo de febre mortal, que doze dias nunca o deixou*. No contexto medieval, essa morte é considerada muito rápida. Em nenhum momento Rui

²³⁴ Zurara, Gomes Eanes de *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Montagem por Maria Teresa Brocado. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 228.

²³⁵ Zurara, Gomes Eanes de *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Montagem por Maria Teresa Brocado. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 228.

²³⁶ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso IV*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 463.

²³⁷ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso IV*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 464.

de Pina comenta que o rei tenha tido algum aviso ou sentimento de morte que o preparasse para tal. Assim, a morte pode ser considerada inesperada e prematura. Apesar de relatar a morte do rei D. Duarte com todos os procedimentos devidos – *deu sua alma a Deos ... e certo, segundo ho grande arrependimento de seus pecados, que mostrou, e a fervente devaçom com que todolos Sacramentos recebeo, e o testamento de descargos que fez, assy he de crer piedosamente.*²³⁸ – Pina não a considera digna da posição de um rei: *e porque sua morte pareceo ser aquém do termo da vida, que naturalmente nelle se esperava, foy de todos sua vida muy desejada e sua morte muy sentida... todos o choravam, e pranteavam, como que todos se vissem com elle acabar.*²³⁹ Neste sentido, utiliza a reacção das pessoas para demonstrar que mesmo não tendo uma boa morte, D. Duarte ainda era um homem bom e virtuoso.

Percebe-se, pelo contexto, que o cronista parece pouco à vontade em relatar a morte desta forma, e faz menção a algumas hipóteses para a morte do rei dando ênfase a uma delas. Nesta hipótese, Pina parece tentar justificar a forma triste e desaventurada com a qual findou o rei: *porém a teençom em que os mais affirmáram, que a ElRey causára sua morte, foy a desigual tristeza e continoa paixaam que pella desventura do socedimento do cerco de Tânger tomou.*²⁴⁰ Zurara volta a fazer referência a isso na Crónica do Conde D. Duarte de Meneses quando indica que o *principal aazo de sua morte segundo o entender caasy de todos. foy grande noio que tomou por que se lhe nom aazou o feito daquela armada como elle deseiaua.*²⁴¹

Da mesma forma adoeceu e faleceu o Rei D. Afonso V. Pouco depois da fracassada tentativa de clamar o trono de Castela e da profissão feita pela Excelente Senhora D. Joana à Ordem de Santa Clara em virtude do tratado de Alcáçovas-Toledo, o rei adoeceu e *tendo feito seu testamento, e recebendo todollos sacramentos ally acabou, como bom e Catolico Cristam, dando sua alma a Deos.*²⁴²

Também nesta situação Pina não dá pormenores da morte do rei de forma que possamos a considerar uma boa morte. Ao invés disso, deixa clara a causa da morte e o que fez o monarca adoecer: *adoeceu ElRey D. Afonso de grande infirmitade, de que esteve aa*

²³⁸ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Duarte*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 573.

²³⁹ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Duarte*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 573.

²⁴⁰ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Duarte*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 573.

²⁴¹ Pina, Rui de. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, pp. 108-109.

²⁴² Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso V*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 879.

morte, e a causa dela segundo seus acidentes era somente reportada a nojo e padecimentos, que recebia por a mudança e cousas da Excelente Senhora, pera que era constrangido.²⁴³ Numa outra passagem, Pina descreve a forma depressiva com a qual o rei passou a agir depois da profissão de D. Joana: *e depois da profyssam da Excellente Senhora; porque ElRey D. Afonso em Coymbra foy em ponto de morte como disse, nunca mais foy allegre, e sempre andou retraydo, maginativo e pensoso, mais como homem que avorecia as cousas do mundo, que como Rey que as estimava.*²⁴⁴

Em ambos os casos, Rui de Pina faz uma ligação entre as mortes e os acontecimentos que marcaram os reinados destes monarcas, evidenciando o estado psicológico dos dois. Elisa Carvalho afirma que Rui de Pina salienta o facto de aos reis aborrecerem as coisas do mundo, e deles se apoderar a tristeza e a melancolia, estado psicológico que prenuncia a morte.²⁴⁵

A melancolia foi primeiramente vista na Antiguidade com a concepção de Hipócrates, que a define como uma doença proveniente do desequilíbrio e da intoxicação do cérebro por um excesso anormal de bile negra.²⁴⁶ No entanto, com a evolução das concepções religiosas na Idade Média e os conflitos gerados entre a Igreja e o pensamento científico da Antiguidade, a melancolia passa a ser vista como todos os outros aspectos da vida medieval: como um desígnio divino ou uma doença espiritual. Assim, uma pessoa em estado melancólico na Idade Média era considerada como um indivíduo afastado de Deus e das crenças religiosas da Igreja católica, sendo oprimido pelas forças do mal e do pecado. Este estado psicológico é bastante perigoso; várias obras medievais se referem aos perigos da tristeza e da melancolia, pois o coração que não tem pensamentos bons ocupa-se com os maus, que o arrastam para um estado depressivo.²⁴⁷ Assim, ao estado melancólico foi aposta uma imagem de distanciamento da fé e das graças divinas, consequentemente, uma imagem de pecado. Com isso, não somente a melancolia, como qualquer perda da razão, passou a ser vista como um pecado, já que sua presença era sinal de punição ou ausência de Deus: a loucura era um pecado; a

²⁴³ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso V.* Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 874.

²⁴⁴ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso V.* Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 879.

²⁴⁵ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. “A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte.” *Cadernos do Noroeste*, 1996, p. 175.

²⁴⁶ Clara, Carlos José da Silva Santa. “Melancolia: da Antiguidade à Modernidade. Uma breve análise histórica”. *Mental* [em linha], 2009, VII. [Data de consulta: 28 de fevereiro de 2015] Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=42020844006>.

²⁴⁷ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. “A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte.” *Cadernos do Noroeste*, 1996, p. 178.

doença mental era um pecado ainda muito mais sério.²⁴⁸ Levando isso em consideração, é natural que tal morte não possa ser considerada boa, uma vez que é causada por algo visto como pecado ou doença espiritual.

No entanto, nem todas as mortes ingloriosas tiveram uma causa ou motivo aparente. Podemos encontrar mortes ingloriosas que ocorreram por simples infortúnio, como é o caso da morte do jovem D. Afonso, filho de D. João II. Com apenas 16 anos e recém-casado, era de muita expectativa sua sucessão ao trono. No entanto, sua morte inesperada após uma queda a cavalo deixou todo o reino em um forte estado de luto. O principal aspecto que podemos perceber através da descrição de Rui de Pina reside no facto da morte em si ter sido relativamente demorada quando, de facto *o cavallo do Principe cayndo, ho levou de baixo, de que logo, e pera sempre ficou sem fala*.²⁴⁹ Nesse sentido, podemos concluir que o príncipe, se não morreu no momento da queda, já havia perdido a consciência, sendo, assim, impossibilitado de fazer a necessária preparação para a boa morte. No entanto, no decurso da descrição que Pina faz, percebemos que existe uma esperança de retorno e um tratamento ao corpo como se o mesmo ainda estivesse de alguma forma vivo.

Elisa Maria Carvalho atesta isso ao afirmar que, quando a morte ocorria imprevistamente, era necessário proceder como se ela estivesse iminente, mas de facto ainda não tivesse ocorrido.²⁵⁰ E é justamente como Pina retrata a situação, apesar de dar indícios da morte súbita do príncipe: *que a triste fortuna quíz entam fazer novo Paço; a que ElRey avisado do mortal desastre, logo acodio*.²⁵¹ Podemos concluir, nesse sentido, que apesar de claras as evidências da morte do príncipe, pelo facto de ter acontecido sem qualquer preparação, era necessário tratar o ocorrido como se nele ainda restasse vida. Vemos um outro indício disto quando Pina relata a chegada da rainha e da princesa: *e assi chegaram honde jazia o Principe, que por doces, e amorosas palavras d'hua, e da outra, logo nem depois nom fez de si algu sentimento, estando em todo quasi amortecido*.²⁵²

²⁴⁸ Solomon, A. *O Demônio do Meio-Dia: uma anatomia da depressão*. Tradução M. Campello. Rio de Janeiro-RJ: Objetiva, 2002, p. 273.

²⁴⁹ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. João II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 983.

²⁵⁰ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. "A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte." *Cadernos do Noroeste*, 1996, p. 195.

²⁵¹ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. João II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 983.

²⁵² Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. João II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 983.

Dessa forma, apesar da boa estima e da virtuosidade do príncipe, seu destino não foi o esperado. O próprio Pina se refere à morte em várias ocasiões como uma *grande desventura* e chega, inclusive a referir o acontecimento como uma vontade divina ao afirmar que *chea d'enganos he nossa mundana esperança, e que hus sam nossos propósitos, e conselhos, e outro he o Juízo, e desposiçam Divina*.²⁵³ A morte do príncipe lhe pareceu tão injusta dentro do contexto em que ocorreu, que Pina a acusa de *morte muy cruel, certo na exuquçam desta vida natural, tu sobre todas foste apetitosa, e de muy torto juízo, e claro pareceo*.²⁵⁴

Vemos, assim, na morte de D. Afonso uma fórmula distinta das outras. Percebemos uma certa revolta e apego dos vivos que tiveram suas expectativas desfeitas. O desespero e o luto aparecem de várias formas no texto. Não só os familiares fazem os rituais de luto devido, como também a população do reino: *e por sinal de doo por esta perda sem comparaçam, ElRey se trosquiou, e elle, e a Raynha vestiram os corpos de negro luto, e os corações de mortal door, e tristura. E a Princesa cortou os cabellos dourados que tynha, e se vestio de triste vaso, e almáfega; e desta desaventurada livre por ordenança, e mandado d'ElRey se cobrio todo o Regno, onde em geeral, e particular polo Principe se fizeram saimentos com prantos públicos, e de muito sentimento*.²⁵⁵ Os sinais de dó, nesse sentido, já não possuem um teor meramente religioso, mas também social. Os repetidos prantos e atos de desespero descritos por Pina, como vimos, aparecem nesse cenário como forma de enaltecer a imagem do príncipe e enfatizar a injustiça de sua morte, tentando, assim, de alguma forma, regenerar a figura do mesmo. Pina, apesar de mencionar que o príncipe havia ido a missa logo cedo e que seu corpo tinha sido deixado aos cuidados do confessor e dos capelães, em momento algum refere a morte do príncipe como uma boa morte ou fala em possibilidade de salvação. Acaba por referir apenas que *acabando de receber a derradeira unçam de todo se despedira da carne*.²⁵⁶

Um outro exemplo de morte infeliz e desnecessária pode ser encontrado na Crónica dos Feitos da Guiné. Gonçalo de Sintra, capitão de uma das expedições de D. Henrique, apesar de dotado de *grande coração* e encarregado *sempre de cousas honrosas e*

²⁵³ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. João II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 986.

²⁵⁴ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. João II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 987.

²⁵⁵ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. João II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 986.

²⁵⁶ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. João II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 985.

grandes,²⁵⁷ acabou por ter uma morte ingloriosa. Tal aconteceu por se ter desviado da incumbência inicial do infante – seguir directamente até a Guiné –, perpetrando algumas surtidas em ilhas de mouros, com o intuito de mostrar façanha e aprisionar nativos, acabando por ser morto aquando de uma pequena incursão mal preparada e que, afinal, resultara de um impulso pessoal de cobiça e vanglória.²⁵⁸ Ao ignorar o pedido do infante, que fosse directamente para a Guiné, com o intuito de fazer *hua cousa tam assiinada, que nunca jamais aquy venha outro semelhante, nem ainda mais grande qua a mayor nem melhor possa fazer*²⁵⁹, Gonçalo de Sintra se colocou em uma situação de perigo sendo cercado por mouros sem ter como se salvar. Assim, e *como na peleja avia desyqual comparaçam, ca os imigos eram duzentos, e os nossos doze sem sperança de socorro, foram ligeiramente desbaratados*.²⁶⁰ Também neste caso, o cronista destaca que a morte não foi digna para a personagem em questão: *ally foe morto Gonçallo de Sintra, nom por certo come homem a que esqueecia sua vertude*.²⁶¹

Um outro aspecto referente à morte ingloriosa pode ser relacionado não directamente com a morte em si, mas com o tratamento ao corpo do moribundo. Nesse sentido podemos levar em consideração a morte do infante D. Pedro, que apesar dos esforços de Rui de Pina em enquadrá-la em um modelo de boa morte, podemos considera-la como uma morte ingloriosa pela forma como seu corpo foi tratados após a morte. Para isso, é importante ressaltar o contexto histórico em que a mesma ocorreu: o infante foi morto em combate na batalha de Alfarrobeira contra o rei D. Afonso V após ter sido declarado inimigo do reino por traição. Após sua morte provou-se que as informações que levaram D. Afonso V a acreditar na traição do infante eram falsas, entretanto, e apesar de ter sido perdoado, o facto é que o infante reagiu contra o rei, o que é considerado um acto de traição. Assim, mesmo existindo uma tentativa de recuperação de sua memória, a forma como seu corpo foi tratado depois do momento de ruptura com a alma foi indigno para um membro da realeza: *ho corpo do Yfante jouve todo aquella dia sem alma*

²⁵⁷ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica dos Feitos de Guiné*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949, p. 132.

²⁵⁸ Figueiredo, Albano. “Viagem, Cavalaria e Conquista na Crónica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara.” In *Modelo : Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 30.

²⁵⁹ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica dos Feitos de Guiné*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949, p. 135.

²⁶⁰ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica dos Feitos de Guiné*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949, p. 136.

²⁶¹ Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica dos Feitos de Guiné*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949, p. 136.

*descuberto no campo á vista de todos, e sob a noite o lançaram homens vys sobre hum pavês, e ho meteram hy logo em huma pobre casa, honde antre corpos já vazios d'almas e fedorentos, jouve três dias sem candeia, nem cobertura, nem oraçam, que por sua alma pubryca se dissesse (...).*²⁶² A própria morte do infante parece ter sido rápida e sem preparação – *foy nos peytos ferydo de huma seta que lhe atravessou o coraçam, de que a poucos passos e menos oras cahio logo morto*²⁶³ – e sua sepultura indigna de sua condição – *e acabados três dias o corpo do Yfante per homens de prema, (...) foy levado a uma Ygreja d'Alverca honde foy vilmente e com grande desacatamento soterrado.*²⁶⁴ Além disso, o impacto que a morte causou arrastou a desgraça da sua mulher, filhos, criados, servidores e amigos que, disfarçadamente, como pobres, tiveram que se esconder ou exilar, sendo mesmo alguns mortos.²⁶⁵

Apesar disso, podemos ver uma tentativa de Pina de recuperar a memória da morte do Infante ao afirmar que o Infante recebeu a morte *com synaes de verdadeira contryçam e grande arrependimento de seus pecados, que deu piadosa esperança da salvaçam de sua alma.*²⁶⁶ Pina ainda refere que o bispo de Coimbra, ao perceber o que estava acontecendo, *logo acodio, o assolveu em lhe a alma sayndo da carne*²⁶⁷ e faz menção ao facto do infante ter-se confessado previamente no mesmo dia e de ter deixado um testamento ao qual fez acréscimos. Em adição, Pina dispõe um capítulo inteiro da crónica apenas para descrever as virtudes do príncipe.

Uma outra morte que podemos citar nesse sentido é a morte do duque de Bragança, que foi executado por traição no reinado de D. João II. Tendo em vista as diversas medidas tomadas por D. João II depois de subir ao trono com o intuito de centralizar mais o poder do rei e diminuir o poder da aristocracia, este monarca acabou sendo alvo de algumas conspirações. Uma delas foi liderada pelo duque de Bragança, que ao ser desmascarado e preso pelo próprio rei, foi julgado e sentenciado à morte em praça pública.

Levando em consideração esse histórico, acaba por ser inesperada a forma como sua morte é descrita por Rui de Pina. Apesar de ter morrido degolado de forma desonrosa e

²⁶² Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso V.* Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 749.

²⁶³ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso V.* Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 747.

²⁶⁴ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso V.* Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 752.

²⁶⁵ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. “A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte.” *Cadernos do Noroeste*, 1996, p. 191.

²⁶⁶ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso V.* Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 747.

²⁶⁷ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso V.* Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 747.

ter seu corpo sido exposto *assy publicamente no cadafalso por espaço d'huma ora*²⁶⁸, sua preparação para a morte é bem descrita e detalhada por Pina como uma morte bem-aventurada, enfatizando a contrição e o arrependimento do duque: *o Duque recebeo a morte com tanto arrependimento, e com tam esperta acusação de seus pecados, e com tanta paciencia, e contrição, que quanto a Deos, e a elle, bem poderíamos como Christãos chamar sua morte bemaventurada; pois nella se viram muy craros synaes de verdadeira salvação de su'alma.*²⁶⁹ Podemos perceber através desta passagem, que apesar de a morte ter um teor desonroso, a preparação para a mesma foi conduzida de forma correta e dentro dos padrões da boa morte. Elisa Maria Carvalho afirma que, neste caso, o cronista garante que esta morte ignominiosa termina da melhor maneira, como forma de louvar a família real e sobretudo D. João II, ou seja, seu efeito negativo converte-se em exaltação do rei por ter agido com justiça e retidão.²⁷⁰ Esse facto é bem aparente quando Pina afirma que *na Corte nom se tomou alguem doo por elle, salvo ElRey, que três dias nom sayo fora, vestido sempre de panos de laã pretos, e capuzes çarrados.*²⁷¹ Nessa passagem podemos ver claramente o enaltecimento da imagem do rei através da forma justa e digna com a qual tratou todo o processo de julgamento e morte do duque.

3.6. A Morte Santa

A morte santa é assim caracterizada por se referir a indivíduos cuja morte tenha sido descrita nas crónicas de forma milagrosa com aspectos relacionados ao conceito de graça e santidade. O maior exemplo dessa categoria de morte que podemos citar é a morte da rainha D. Isabel, hoje canonizada e conhecida como Rainha Santa. Nesse caso, além da vida virtuosa e da sua dedicada devoção à Igreja Católica e às clarissas, a rainha teve seu corpo conservado durante o tempo que esteve soterrado, indicando, assim, um milagre. A incapacidade de libertar-se do apego à matéria manifesta-se também através

²⁶⁸ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. João II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 924.

²⁶⁹ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. João II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 924.

²⁷⁰ Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. "A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspectos Rituais e Atitudes Perante a Morte." *Cadernos do Noroeste*, 1996: 157-248, p. 193.

²⁷¹ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. João II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 924.

da extrema importância atribuída na Idade Média ao facto de os corpos de certos santos não se terem decomposto.²⁷²

Levando em consideração que os cadáveres dos santos mostram a sua santidade espalhando um suave odor, o odor da santidade,²⁷³ vemos referência à forma milagrosa pela qual a rainha faleceu no próprio cortejo fúnebre e no cheiro do seu corpo. Nesse caso, Pina descreve que *dispois sobre seo moimento milagrosamete se passarão cõ algu fundameto de ser canonizada forão tiradas inquirições cõ muy perfeito exame das testemunhas, & por ellas brevemente achey que indo assy seu corpo pello caminho, sendo tão grandes quenturas de Sol, que nos corpos mortos cauzão corrupção, & fedor, a este vinhão as getes cheyrar pello grãde odor que delle saia, que era assi grãde, e de bõ cheiro, como se o levarão por hu grãde, & muy florido rozal, & assi o fazia algu grosso humor que do dito corpo pelas fendas do ataúde saia.*²⁷⁴ Pela primeira vez encontramos referência ao cheiro santo, prova da sua santidade. Neste caso, a memória da exemplaridade da vida de D. Isabel, da santidade de sua morte e da abundância dos seus milagres, atravessará todo o século XV, incorporando-se, dessa forma, na tradição recordatória da família real a memória dos seus antepassados.²⁷⁵

Além disso, Pina faz algumas referências a milagres ocorridos a pessoas que tiveram algum tipo de contato com o corpo ou com o túmulo da rainha. Em um deles, comenta o caso de João Pascoal de Condeixa, que era surdo e passa a ouvir depois de dormir uma noite no túmulo da rainha: *sendo surdo muytos annos avia também hua noyte que cõ devação aly durmio, & encomendou a ella, ouviu tâbem como se nunca padecera de tal infirmitade.*²⁷⁶ Pina ainda acrescenta que encontrou muitos outros milagres descritos mas que *estes abastão para se crer piadozamete que sua alma he santa, & bem aventurada.*²⁷⁷

Entretanto, apesar de os milagres ocorrerem principalmente depois de sua morte, a rainha D. Isabel era vista como uma *mulher de vida mui sãta* e, assim, podemos considerá-la uma pessoa que viveu em estado de graça, ou seja, viveu em concordância

²⁷² Huizinga, Johan. *O Declínio da Idade Média*. Lisboa: Ulisseia, 1996, p. 150.

²⁷³ Le Goff, Jacques. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 55.

²⁷⁴ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso IV*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 378.

²⁷⁵ Fonseca, Luis Adão. "Lisboa Medieval e seu Termo". *Lisboa Subterrânea*, Lisboa: Lisboa 94, 1994, pp. 86-91.

²⁷⁶ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso IV*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 379.

²⁷⁷ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso IV*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 379.

e amor a Deus, tendo sua passagem sido direccionada directamente para o Céu pela graça santificante. Por outras palavras, a rainha não estava maculada pelo pecado mortal e, *por acrecêntar por seu corpo merecimentos para a salvação de sua alma, ella por aver do tizouro da misericordia & piedade de Deus indulgencia, & remissão de seus pecados foy a elle.*²⁷⁸

Contudo, apesar de esta ser a representação mais conhecida e importante de uma morte santa dentro das crónicas, podemos encontrar outras que possuem aspectos semelhantes. Nesse sentido, podemos referir a morte do infante D. Fernando em Fez. Pina relata que *segundo os testemunhos que de sua vida e morte derom os Christãos, que com elle fycarom homens Fydalgos e pessoas de muyto crédito, certo de crer he pyadosamente que morreo santamente, e com esperança de ser Santo e bem aventurado.*²⁷⁹ Assim, a morte do infante D. Fernando, apesar de este não ter sido canonizado como a rainha D. Isabel, teve o mesmo aspecto de padecimento e martírio que as mortes dos Mártires de Marrocos, cujos aspectos veremos a seguir. Pina refere que *com muyta sede e grande fome o fazia servir em ofycios baxose e vyz, e com tal estreiteza, que huma mazmorra e prysom muy escura acabou neste mundo a vyda, pera nosso Senhor lhe dar no outro outra mylhor e mais vyva, que em sua gloria duraraa para sempre.*²⁸⁰ Frei João Álvares, em seu *Trautado da Vida e Feitos do Muito Virtuoso S.or Infante D. Fernando*, faz um criterioso apanhado da vida deste infante além de discorrer de forma mais detalhada sobre sua morte e sua devida preparação.²⁸¹ No entanto, pelo facto de estarmos levando em consideração principalmente as obras referentes aos cronistas oficiais do reino e tendo em vista que nosso estudo visa enfatizar as mortes de personagens não-régios, iremos apenas mencionar a descrição mais sintetizada de Rui de Pina como um referencial de morte santa por martírio.

Da mesma forma, com sacrifício e martírio, foram caracterizadas as mortes dos Mártires de Marrocos na *Crónica de D. Afonso II*. Tendo sido presos pelo rei de Marrocos, passaram por martírios e pelejas para os obrigarem a se converterem em muçulmanos. *ElRey de Marroquos, acezo com mayor sanha contra elles, mandou que loguo lhe fossem levados com has mãos atadas, e descalços dos pès, e depois dos corpos*

²⁷⁸ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso IV*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 378.

²⁷⁹ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso V*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 690.

²⁸⁰ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso V*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 691.

²⁸¹ Álvares, Frei João. *Trautado da Vida e Feitos do muito Virtuoso S.or Infante D. Fernando*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.

*continuadamente açoutados, e espancados.*²⁸² O rei, vendo-os firmes em sua fé, trouxe mulheres lindas e as ofereceu juntamente com dinheiro e uma posição de honra em seu reino caso eles se convertessem. No entanto, sendo fiéis a sua fé, responderam: *Tuas molheres, e teu dinheyro nom queremos; porque tudo isso desprezamos por amor a Christo.* O rei, muito transtornado de ódio os separou e *por suas proprias, e muy cruas mãos há cada hum per sy talhou has cabeças por meyo das fontes, e apertando na mão três cutelos, juntamente com huma crueza de besta féra hos degolou.*²⁸³

Para entender melhor o contexto colocado por Pina, devemos, primeiramente relembrar a origem e o objectivo da viagem destes mártires até as terras muçulmanas. A partir da obra *Tratado da vida e martyrio dos cinco Martires de Marrocos enviados per são Francisco*²⁸⁴, de autor anónimo, baseada em um manuscrito medieval proveniente do extinto cartório do Mosteiro de Santa Cruz e impressa em Coimbra em 1568, podemos encontrar informações valiosas acerca de todo o histórico destes frades franciscanos, desde sua motivação maior de pregação até o culto de suas relíquias.

Como sabemos, o principal objectivo dos frades franciscanos era o da pregação religiosa e da evangelização. No período que se estende desde 1096 até 1270, ocorreram grandes cruzadas organizadas pelos europeus cristãos à Terra Santa que enfatizaram a necessidade de intensificar a evangelização nos territórios muçulmanos. Nesse contexto, e com o intuito de cumprir os ideais franciscanos de evangelização no norte de África, surgiu um grupo de seis frades menores na cidade italiana de Assis que tinham como ponto de destino Marrocos.

O grupo era formado por ordens sacras distintas e tinha como principal objectivo chegar *à cabeça do iperio Africano, õde esteve el rey Miramoli pera trabalhare de o cõverter á fee de Jesu Christo, porq cõvertido elle seria causa de todo seu Reyno e vassallos se cõvertere por seu exeplo.*²⁸⁵ Inicialmente faziam parte do grupo: Frei Vital, sacerdote e líder do grupo que não chegou ao destino pois acabou por ficar muito doente em Aragão; Frei Berardo de Carbio, presbítero famoso pelas pregações que fazia; Frei Otto,

²⁸² Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 105.

²⁸³ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 105.

²⁸⁴ *Tratado da vida e martyrio dos cinco Martires de Marrocos enviados per são Francisco*. Coimbra [oficina de] João Alvarez, 1568.

²⁸⁵ *Tratado da vida e martyrio dos cinco Martires de Marrocos enviados per são Francisco*. Coimbra [oficina de] João Alvarez, 1568, fol. IIIr.

também sacerdote; Frei Pedro de Santo Geminiano, diácono em Florença; Frei Adjuto e Frei Acursio, ambos irmãos professores.

Após uma passagem por várias cidades portuguesas²⁸⁶ e, como vimos, já sem Frei Vital como líder, os frades partiram de Lisboa para Sevilha tendo Frei Berardo à frente da orientação espiritual. Lá, fizeram sua primeira pregação e sofreram seus primeiros suplícios em solo muçulmano. Enquanto decorria umas das cinco orações diárias, proclamaram o Evangelho e discursaram sobre a falsidade das profecias de Maomé deixando a população enraivecida. Foram violentados e entregues à justiça do emir, que diante da ofensa de ter sido aconselhado a ser baptizado, ordenou a execução dos monges. Perante o emir, declararam-se emissários de Jesus Cristo e disseram-lhe: *por mandado do muy alto viemos a ty pera Saluaçam de tua alma, pois o defensor de uma peruersa Seita, e hos malauenturados seruidores do falso profeta [o] torpe Mafamede, iria ser submetido aos mais dolorosos castigos do inferno.*²⁸⁷ Entretanto, com o intuito de evitar conflitos com a comunidade cristã, o emir, aconselhado pelo seu filho, decidiu submeter os missionários a julgamento de acordo com os procedimentos da lei corânica. E assim, a punição acabaria por coincidir com os interesses do grupo evangelizador: a deportação para Marrocos.²⁸⁸

Em Marraquexe foram acolhidos por D. Pedro, irmão do rei D. Afonso II, onde continuaram com sua missão evangelizadora de *padecere por elle em martyrio e pregar a fé de Jesu Christo e seu sancto Euangelho pubricamente a tolos os infieis.*²⁸⁹ Depois de muitas tentativas de evangelização, prisões, fugas e represálias, nas quais *perante o arrojo de seus discursos arremessavam contra eles com grande cólera, rasgando-lhes as roupas e espancando-os violentamente com bofetadas, blasfêmias & outros injuriosos martyrios,*²⁹⁰ os monges foram levados finalmente ao sultão Miramolim que, a pedido de D. Pedro, os libertou.

²⁸⁶ Em Coimbra, chegaram a profetizar a morte da rainha D. Urraca, dizendo que o primeiro dos monarcas que contemplasse seus cadáveres viria a falecer primeiro.

²⁸⁷ *Tratado da vida e martyrio dos cinco Martires de Marrocos enviados per são Francisco.* Coimbra [oficina de] João Alvarez, 1568, fols. VIIIv e VIIIr.

²⁸⁸ Pacheco, Milton Pedro Dias. “Os proto-mártires de Marrocos da Ordem de São Francisco.” *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 2009, n. 15, p. 91.

²⁸⁹ *Tratado da vida e martyrio dos cinco Martires de Marrocos enviados per são Francisco.* Coimbra [oficina de] João Alvarez, 1568, fols. XIIIv e XIIIr.

²⁹⁰ *Tratado da vida e martyrio dos cinco Martires de Marrocos enviados per são Francisco.* Coimbra [oficina de] João Alvarez, 1568, fol. XIVr.

No entanto, não satisfeitos, os monges voltaram a pregar e foram novamente detidos e levados à presença de Miramolim, que, dessa vez, não teve piedade. Diante da audácia manifestada pelos monges, o sultão ordenou que os mesmos fossem entregues à justiça do povo que eles tentavam converter. Assim, os missionários foram despojados de suas vestes e violentamente agredidos *cõ pancadas e punhadas lhe qbrarão os narizes e lhe banharã suas feridas e chagas cõ sal e vinagre e os fizerã ãdar cõ os pees nuus por cima de pedaços de vidro e açoutados com grande crueldade.*²⁹¹

Podemos encontrar em várias obras exemplos dos martírios sofridos pelos monges, como por exemplo em uma passagem na qual São Caetano afirma que não satisfeito, o sultão ainda ordenou que os arrastassem pelas ruas da cidade ficando apartados da carne os ossos.²⁹² Essa ênfase no sofrimento e no martírio ainda em vida faz com que as mortes dos monges, independente de como ocorram, sejam santificadas. Nesse sentido, o sofrimento e o martírio em nome da fé acaba por ser mais importante do que a morte em si. João J. Vila-Chã, nesse sentido, defende que o conceito de mártir pertence de forma essencial e inexpugnável ao próprio conceito de Igreja colocando o martírio como uma necessidade divina.²⁹³ Assim, o martírio sofrido pelos frades os aproximou do sofrimento e da cruz de Cristo, santificando suas mortes uma vez que o sofrimento em nome de Deus era visto como algo divino.

Depois de inúmeros martírios e tormentos, os monges foram levados novamente ao sultão que lhes ofereceu riqueza, mulheres e horarias para que renunciassem a fé cristã. Tendo recusado veemente a oferta, os monges foram sentenciados à morte pelo sultão e no dia seguinte *o Emperador se rezolveo a mandalos vir à sua presença, & trazendoos nus, apedrejados pelo caminho, & mal tratados de outras crueldades entraram no Paço.*²⁹⁴ No pátio do palácio vigiados por uma multidão, possivelmente despojados das vestes, os monges foram postos de joelhos *cõ as mãos e spus aleuantados ao ceo*²⁹⁵ a

²⁹¹ *Tratado da vida e martyrio dos cinco Martires de Marrocos enviados per são Francisco*. Coimbra [oficina de] João Alvarez, 1568, fol. XVIv.

²⁹² São Caetano, António de. *Breve compendio da vida, e martyrio dos cinco gloriosos martyres, de Marrocos da Sagrada Religiam de S. Francisco (...)*. Coimbra: na Officina de Bento Secco Ferreira, 1711 p. 34.

²⁹³ Vila-Chã, João J. “Igreja de Mártires - o martírio com símbolo e condição do ser-cristão.” *Revista Lusófona de Ciência da Religião*, 2009, p. 30.

²⁹⁴ São Caetano, António de. *Breve compendio da vida, e martyrio dos cinco gloriosos martyres, de Marrocos da Sagrada Religiam de S. Francisco (...)*. Coimbra: na Officina de Bento Secco Ferreira, 1711 p. 56.

²⁹⁵ *Tratado da vida e martyrio dos cinco Martires de Marrocos enviados per são Francisco*. Coimbra [oficina de] João Alvarez, 1568, fol. XXv.

aguardar a morte quando Miramolim gritou: *Eu vingarey com minha própria mão, as injurias q estes perversos e malauenturados disseram contra nossa sancta lei, e pois nam quiseram aceytar a misericórdia, sentyram a yra de Deos.*²⁹⁶ E no mesmo instante *a todos hu e hu lhes cortou as cabeças polo meo da testa.*²⁹⁷ Não satisfeito, o sultão ainda profanou os corpos dos frades degolando um após o outro *fazendo nelles hus golpes crueys e muy feos, de q sayo aqllle precioso sãgue encurrando e lavando a terra do pateo.*²⁹⁸

Levando em consideração o conceito de mártir apresentado por Vila-Chã o mártir é sempre alguém que, de uma forma ou de outra, é submetido a um processo judicial, processo esse que por sua mesma natureza processual é, portanto, necessariamente público. Assim, o conceito de mártir é inseparável de uma confissão pública em nome de Jesus.²⁹⁹ A forma pública como ocorreram as mortes também denota o teor divino embutido nas mortes dos frades.

Além disso, a forma como morreram os mártires de Marrocos possui um teor inverso ao da morte herege. A crueldade e sacrilégio com os quais os frades foram assassinados e seus corpos foram tratados servem mais para atingir a moralidade e o carácter do rei mouro do que para atingir os próprios mártires. Além disso, a motivação que os levou a serem mortos com tal brutalidade constitui o último sacrifício. Por esse motivo, os frades não irão precisar passar pelo Julgamento Final natural. A morte por sacrifício de fé os isentava da prestação de contas final fazendo com que morressem como santos. O tipo espiritual supremo, o santo, só atinge esse cume de maneira absolutamente indiscutível quando faz o sacrifício do seu próprio corpo no martírio.³⁰⁰

Depois da morte bárbara sofrida pelos frades, seus corpos foram arrastados para fora da cidade onde foram despedaçados e deixados no campo. Podemos ver a santidade que os frades recebem pelo sacrifício logo quando seus corpos são encontrados pelos cristãos: *hos Christãos, que hos assi viram, alevantadas has mãos ahos Ceos, louvado há Deos*

²⁹⁶ *Tratado da vida e martyrio dos cinco Martires de Marrocos enviados per são Francisco.* Coimbra [oficina de] João Alvarez, 1568, fol. CXXXIXr, col. B.

²⁹⁷ *Tratado da vida e martyrio dos cinco Martires de Marrocos enviados per são Francisco.* Coimbra [oficina de] João Alvarez, 1568, fol. XXv.

²⁹⁸ *Tratado da vida e martyrio dos cinco Martires de Marrocos enviados per são Francisco.* Coimbra [oficina de] João Alvarez, 1568, fol. XXv.

²⁹⁹ Vila-Chã, João J. “Igreja de Mártires - o martírio com símbolo e condição do ser-cristão.” *Revista Lusófona de Ciência da Religião*, 2009, p. 31

³⁰⁰ Le Goff, Jacques. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 54.

*por seu tam glorioso Martyrio, comessaraõ de apanhar, e recolher has Reliquias dos ditos Santos escondidamente há qual couza como hos Mouros visse, todos como cães rayvosos, tanta multidão de pedras lançaram nos Christãos, que parecia tempestade de sua rayva.*³⁰¹ Os cristãos tentam, assim, recuperar as partes dos corpos que foram deixadas mas não conseguem e dois *nobres homens* acabam sendo mortos nessa tentativa, *D. Pedro Fernandes de Castro e Martim Affonso Tello que de noyte secretamente fossem ver onde jaziam hos corpos dos Martyres para se recolherem e porque foram vistos, e achados dos Mouros, loguo hos mataram.*³⁰²

Apesar de serem vistos como mártires, a santidade dos frades é de facto alcançada em seguida quando tentam queimar os corpos em uma fogueira, e apesar das tentativas, as “reliquias” continuam sempre intactas: *em hum grande foguo, que foy feyto no campo, hos corpos dos Santos se lançaram por tal, que de todo fossem queymados, mas ho foguo por virtude Divina das santas Reliquias assim se apartava, e apaguava, como que ha matéria muyto lhe fosse cõntrayra com junto, anta ha cabeça de um dos Martyres lançada muitas vezes no foguo, nem nos seus cabelos nom pareceo algum sinal de queymadura.*³⁰³

Depois do ocorrido e a pedido do infante D. Henrique, os corpos são finalmente recuperados e entregues ao infante que, ao recebê-los com grande *devaçam* *has mandou secretamente cozer, e depois que has carnes se guastaram, e os ossos ficaram limpos, hos mandou sequear, e encomendou há guarda principal... que ca nom era algum ouzado entrar onde has sagradas Reliquias estavam em guarda.*³⁰⁴ O ato de cozer os corpos em pedaços para limpar os ossos não era algo incomum, aliás, nos séculos XII e XIII, quando um príncipe ou uma pessoa de alta hierarquia morria longe do seu país frequentemente lhes cortavam o corpo em bocados e o coziam para lhe extraírem os ossos que eram então enviados para sua pátria numa arca, enquanto o resto era enterrado, no local, com cerimónias.³⁰⁵ Dessa forma, heróis de guerra e príncipes que morriam em lugares longínquos poderiam retornar para serem sepultados em seu país de origem.

³⁰¹ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 106.

³⁰² Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 106.

³⁰³ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 106.

³⁰⁴ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso II*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 106.

³⁰⁵ Huizinga, Johan. *O Declínio da Idade Média*. Lisboa: Ulisseia, 1996, p. 150.

Levando em consideração as mortes santas dos mártires, iremos apresentar a seguir uma classificação oposta. Usaremos também figuras da Igreja cujas mortes foram tão horrendas e cruéis como as dos mártires. No entanto, o contexto em que são detalhadas nos textos as torna claramente diferentes perante os conceitos de morte na Idade Média já discutidos.

3.7. A Morte Herege

Antes de começarmos a analisar as mortes mais violentas encontradas nos textos do século XV, iremos discorrer um pouco sobre o conceito de heresia. A palavra heresia origina primeiramente do grego *αἵρεσις* e significa “opção” ou “escolha”. Num sentido mais específico, podemos afirmar que heresia é uma doutrina ou linha de pensamento contrária a uma ortodoxia doutrinária, ou seja, a um credo ou sistema religioso que se pressuponha ortodoxa e dominante dentro de uma determinada sociedade.

Sob esse ponto de vista, podemos afirmar, então, que todo o herético tornou-se tal por decisão das autoridades ortodoxas, sendo assim, é, antes de tudo, um herético aos olhos dos outros³⁰⁶. Desta forma, ninguém é considerado herege em si mesmo, e qualquer comportamento ou prática que tenha vindo a ser considerado historicamente como uma heresia é, na realidade, uma ideologia ou filosofia diferente da dominante. Assim, o herege não é designado "herege" senão porque alguém, investido de poder eclesiástico e institucional, classificou a sua prática ou as suas ideias como destoantes e contrárias a uma ortodoxia oficial que se auto postula como o caminho correto.³⁰⁷

Sob a visão religiosa do Cristianismo a heresia é considerada um desvio da verdade universal revelada por Jesus Cristo. Assim, inicialmente constituiu formas de religiosidade cristãs ou não cristãs e concepções divergentes daquela perpetuada originalmente, na qual as aceções seguiam uma linha similar às do primeiro grupo cristão do século primeiro formado pelo próprio apóstolo João, já em idade avançada, e por seus seguidores. As primeiras aparições de heresias catalogadas começam já no século II com esse grupo que rejeitou firmemente qualquer desvio da doutrina que

³⁰⁶ Duby, Georges. “Heresias e Sociedades na Europa Pré-Industrial, séculos XI-XVIII.” In *Idade Média – Idade dos Homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 177.

³⁰⁷ Barros, José d'Assunção. “Heresias entre os séculos XI e XV: Uma revisitação das fontes e da discussão historiográfica – notas de leitura.” *Arquipélago*, 2007, p. 125.

proclamavam, gerando estigmatização e perseguição aos grupos hereges.³⁰⁸ A partir de então começamos a encontrar referências a esse tema como por exemplo o *De heresibus* de Santo Agostinho (século V) que lista 88 heresias e Santo Isidoro em suas Etimologias (século VII) que lista outras 70 heresias.

Com a evolução da Igreja católica, já na segunda fase da Idade Média, o próprio conceito de heresia também evoluiu passando a designar toda e qualquer concepção religiosa que além de se distinguir da doutrina dominante e oficial, também colocava em risco a unidade em torno da autoridade papal, proclamando ideias ou práticas contrárias à interpretação da Igreja católica. Assim, a noção de heresia tendeu a se referir, em meados do século XII, principalmente, a um desvio ou rompimento em relação à Igreja enquanto instituição concretamente estabelecida, ao seu projeto universal e à sua legitimidade como único guia da religiosidade na Cristandade ocidental.³⁰⁹ Nesse contexto, a heresia passou a fazer parte da legislação eclesiástica sendo inclusive punida com excomunhão ou até mesmo morte. O papel das Inquisições, nesse sentido, era o de suprimir os movimentos heréticos e controlar as ideias que fossem contrárias às da Igreja católica, mantendo, assim, o poder centralizado da Igreja.

No entanto, a heresia não necessariamente pode ser constituída apenas por uma visão religiosa. A palavra pode referir-se também a qualquer deturpação de sistemas filosóficos instituídos, ideologias políticas, paradigmas científicos, movimentos artísticos,³¹⁰ entre outros. Nesse sentido, apesar de estarmos trabalhando com personagens ligadas ao mundo eclesiástico, podemos analisar as mortes do bispo de Lisboa e da abadessa do Mosteiro de São Bento de Cástris de Évora como hereges pois os dois eram aliados políticos de D. Leonor Teles. Como vimos, D. Leonor Teles acabou por se tornar, dentro das crônicas do século XV, um tipo de “arqui-inimiga” da coroa portuguesa ao disputar a regência do reino com o Mestre de Avis. Levando em consideração que estamos tratando de Idade Média, um período histórico no qual política e religião se combinavam dentro de uma mesma atmosfera ideológica, conseguimos entender a forma grotesca e brutal com a qual esses personagens históricos foram mortos. Na sequência, iremos analisar os aspectos principais destas mortes que

³⁰⁸ Barros, José d'Assunção. “Heresias entre os séculos XI e XV: Uma revisitação das fontes e da discussão historiográfica – notas de leitura.” *Arquipélago*, 2007, p. 125.

³⁰⁹ Barros, José d'Assunção. “Heresias entre os séculos XI e XV: Uma revisitação das fontes e da discussão historiográfica – notas de leitura.” *Arquipélago*, 2007, p. 128.

³¹⁰ Pereira, Edivaldo. *Igreja e Denominações: Por que Tanta Diferença*. São Paulo: Baraúna, 2010, p. 39.

nos fazem classificá-las como hereges fazendo uma comparação com a morte da personagem bíblica Jezabel e uma pequena analogia de sua imagem à imagem de D. Leonor Teles.

3.7.1. D. Martinho de Zamora (bispo de Lisboa) e D. Joana Peres Ferreirim (abadessa do Mosteiro de São Bento de Cástris) – Morte e Sacrilégio

Tendo em vista que nosso foco inicial não é as mortes régias e com o intuito de verificar a forma como as diversas mortes estão detalhadas dentro do contexto religioso medieval, não podemos deixar de expor algumas mortes que possuem um impacto importante para a construção das crônicas e da cosmologia que circula o reino Português do século XV. Duas das mais intrigantes podem ser vistas na Crônica de D. João I: as mortes do bispo de Lisboa e da abadessa do Mosteiro de São Bento de Cástris nos chamam a atenção, nomeadamente, pela forma violenta e sem pudor como foram retratadas.

À primeira vista, encontramos uma certa falta de sentido e importância destas mortes no contexto político. Entretanto, quando percebemos que tanto o bispo como a abadessa não só eram partidários da rainha D. Leonor Teles como também apoiavam o Antipapa Clemente VII,³¹¹ começamos a compreender os motivos que os levaram a ser brutalmente assassinados. Contudo, nos fica a maior questão acerca destas mortes: Porquê tanta violência? Quais os motivos que justificam um destino tão cruel justamente a figuras eclesiásticas de cargos tão respeitados dentro do reino?

Para respondermos estas perguntas e entender a ligação entre o sentido religioso e político destas mortes, iremos, primeiramente, nos voltar para o Antigo Testamento e relembra a morte de, talvez, uma das figuras mais odiadas do texto bíblico: Jezabel, a rainha pagã. Assim, iremos inicialmente fazer um pequeno resumo de sua história e de seu casamento com Acab com o intuito de elucidar este contexto bíblico que irá nos ajudar a traçar um paralelo com a situação medieval política enfrentada na sequência do casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles.

³¹¹ Com a Grande Cisma do Ocidente, que ocorreu entre 1309 e 1417, a Igreja católica ficou dividida tendo duas residências papais diferentes (uma em Avinhão e outra em Roma) que reclamavam para si o poder sobre a Igreja. Dentro deste contexto de crise religiosa o Mestre de Avis apoiava o papa de Roma enquanto D. Leonor Teles e Castela apoiavam o papa de Avinhão.

Onri, então rei de Israel, não seguiu os valores religiosos tradicionais de seu povo e, embora a lei mosaica proibisse o casamento com os povos pagãos, casou seu filho Acab com uma princesa fenícia, Jezebel, dentro das tradições pagãs de seu povo com o intuito de construir uma importante aliança dinástica. A Bíblia conta que apesar da tristeza trazida por Onri ao apoiar o casamento do filho com uma princesa-sacerdotiza pagã, foi o próprio Acab que trouxe o maior desgosto para o povo judeu ao abraçar as crenças e os deuses da rainha e mandar construir um altar pagão dentro da cidade, transformando a capital Samaria em um centro religioso do culto de Baal a Astarte. Esta permissividade de Acab acabou por provocar no povo judeu uma grande revolta que podemos ver impregnada na representação que o texto bíblico faz da figura de Jezebel.

Encontramos diversas passagens da Bíblia que enfatizam o ódio pela figura de Jezebel e por sua influência sobre os homens de sua família, ao instigar primeiramente Acab a seguir suas tradições, transformar Samaria em um centro de culto pagão, mandar matar profetas judeus e usar de artimanhas para saciar as vaidades do marido e posteriormente de seus sucessores. Numa destas passagens, Elias, profeta enviado para defender o reino de Israel das constantes violações do rei e de seus sucessores, encarrega Jeú de acabar com a casa de Acab: *E ferirás a casa de Acabe, teu senhor, para que eu vingue o sangue de meus servos, os profetas, e o sangue de todos os servos do SENHOR, da mão de Jezabel. E toda a casa de Acab perecerá; [...] E os cães comerão a Jezabel no pedaço de campo de Jizreel; não haverá quem a enterre.*³¹²

Entretanto, mesmo com todo o desprezo que vemos em algumas das passagens bíblicas sobre Jezebel, é com a cena de sua morte que ficamos a conhecer a imensa repulsa que sua figura causava ao povo de Israel. Segundo Lesley Hazleton, em nenhum lugar de toda a Bíblia hebraica é relatada qualquer morte de forma tão horrenda, minuciosa e precisa até à última parte do corpo³¹³: *Depois Jeú veio a Jizreel, o que ouvindo Jezabel, pintou-se em volta dos olhos, enfeitou a sua cabeça, e olhou pela janela. E, entrando Jeú pelas portas, disse ela: Teve paz Zinri, que matou a seu senhor? E levantou ele o rosto para a janela e disse: Quem é comigo? quem? E dois ou três eunucos olharam para ele. Então disse ele: Lançai-a daí abaixo. E lançaram-na abaixo; e foram salpicados com o seu sangue a parede e os cavalos, e Jeú a atropelou. Entrando ele e*

³¹² Bíblia Sagrada, 2 RS 6-10.

³¹³ Hazleton, Lesley. *Jezabel: A História Desconhecida da Rainha Meretriz da Bíblia*. Lisboa: Bertrand, 2008, p. 154.

*havendo comido e bebido, disse: Olhai por aquela maldita, e sepultai-a, porque é filha de rei. E foram para a sepultar; porém não acharam dela senão somente a caveira, os pés e as palmas das mãos. Então voltaram, e lho fizeram saber; e ele disse: Esta é a palavra do Senhor, a qual falou pelo ministério de Elias, o tisbita, seu servo, dizendo: No pedaço do campo de Jizreel os cães comerão a carne de Jezabel. E o cadáver de Jezabel será como esterco sobre o campo, na herdade de Jizreel; de modo que não se possa dizer: Esta é Jezabel.*³¹⁴

Encontramos na morte de Jezabel alguns aspectos interessantes a ser levados em consideração para a continuidade do nosso trabalho. O primeiro deles, e que nos salta mais à vista em primeiro plano, é o facto de Jezabel ter sido defenestrada. O ato de atirar uma pessoa pela janela ficou historicamente conhecido como uma forma de morte de alguém que se menospreza e, desde a morte de Jezabel, encontramos na história mundial várias situações de defenestração de pessoas desprezadas pela sociedade por motivos religiosos ou políticos: os protestantes na França no Massacre de São Bartolomeu em 1572, os membros do conselho da cidade de Praga nas guerras hussitas em 1419, os representantes do sacro-imperador Fernando II na Guerra dos Trinta Anos, também em Praga, em 1618 e o Secretário de Estado Miguel de Vasconcelos na restauração da independência em Portugal no ano de 1640. No entanto, a defenestração que mais vai nos interessar para o contexto do nosso trabalho é justamente a do bispo de Lisboa, D. Martinho de Zamora, atirado da Sé de Lisboa em 1383 por exigência de uma população enraivecida no estopim da crise de 1383-1385.

D. Martinho nasceu na cidade leonesa de Zamora e, não reconhecendo legitimidade ao Papa Urbano VI, de Roma, prestou obediência ao pontífice de Avinhão, tendo sido nomeado bispo de Lisboa em 1380 pelo Antipapa Clemente VII. No dia 6 de Dezembro de 1383, na sequência da morte do conde Andeiro e por ordem de Álvaro Pais, todas as igrejas repicaram seus sinos com excepção da Sé de Lisboa. Tendo ignorado o que se passava, o bispo proibiu que tocassem os sinos e se trancou na Sé com receio do que pudesse acontecer. Segundo a crónica, a população, ao perceber que os sinos da Sé não estavam a repicar, se amotinou encolerizada, acusando o bispo de dupla traição – uma vez que além de castelhano, o bispo era cismático, ou seja, partidário do Antipapa. *Souberom que o Bispo era em çima, e que mamdara çarrar as portas sobre ssi. E por*

³¹⁴ *Bíblia Sagrada*, 2 RS 30-37.

*que era Castellaão, disserom logo que era da parte da Rainha e do Comde, e que ell fora sabedor da treição e morte que quiserom dar ao Meestre, e que por aquello nom rrepicarom, assacamdo contra elle estas e outras muitas sospeitas, que nom minguava quem as afirmar. E ficou loguo alli gram parte do poboo, aceso, com brava sanha, por aver a pressa emtrada a See, e filharem logo o Bispo viimgãça.*³¹⁵

Silvestre Esteves, procurador do concelho de Lisboa, acompanhado pelo alcaide-menor da cidade e outros homens-bons do concelho, subiram por uma pequena escada e ao encontrar o bispo o inquiriram *pregumtamdolhe por que nom mamdara dar aa campãa pois aquellas gentes braadavom que rrepicassem; ell se escusou por suas mamssas e boas rrazões, de geito que todos forom contentos.*³¹⁶ Entretanto, o povo exasperado gritava exigindo que o *deitassem afumdo*, ameaçando os de cima que se caso não o fizessem, esses também seriam alvo da fúria da população: *Guardaaevos nom vaamos nos la; ca sse nos la hiimos, todos vos avees de viir afumdo com elle.*³¹⁷ Os que estavam em cima não queriam assassinar o bispo, entretanto com receio da cólera da população e do que lhes pudesse acontecer caso não fizessem o que estava sendo exigido pelo povo, *logo o Bispo foi morto com feridas e lamçado a pressa afumdo, homde lhe forom dadas outras muitas, como sse gaamçassem perdoamça, que sua carne ja pouco sentia.*³¹⁸

A forma como morreu o bispo de Lisboa possui um teor antagónico muito forte. Seu alto cargo na cátedra lisboeta e o simples facto de ser uma figura religiosa, apesar de ser explicitamente reconhecido na narrativa – *os de cima que vomtade nõ tinham de lhe fazer mal nem nojo, era lhe muito grave de fazer*³¹⁹ – não teve impacto na população. Para o povo, o papa era Urbano VI e por conseguinte, qualquer um que não lhe reconhecesse o papado, principalmente um castelhano, não era digno de receber as honras devidas: *Que tardada he essa que vos la fazees, que nõ deitaaes esse treedor afumdo? E como? ja vos tornastes Castellaãos come elle?*³²⁰ Existe um peso duplo

³¹⁵ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 24.

³¹⁶ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 25.

³¹⁷ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 25.

³¹⁸ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 25.

³¹⁹ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 25.

³²⁰ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 25.

nesta situação. Levando em consideração que a Europa sofria uma crise religiosa que dividia o papado da Igreja católica em dois e que Portugal explodia em uma crise política que exigia uma afirmação nacionalista, é de se supor que o bispo, apesar de seu cargo atestado pela Igreja, não fosse visto pela população como nada mais que um traidor político e religioso e, por esse motivo, não tinha direito a uma boa morte. A defenestração aqui aparece justamente como um castigo mortal àqueles que não aceitam a verdadeira Igreja. Nesse sentido, o bispo é visto como um herege, tal qual a princesa pagã que teve seu destino traçado ao se impor acima das leis judaicas.

Entretanto, diferentemente desta, Fernão Lopes faz questão de amenizar o impacto ao afirmar que *o Bispo foi morto a feridas e lançado a pressa afumdo*. Ao ser morto *a feridas* a peleja é diminuída pois ao ser atirado, o bispo já está sem vida. Esse pormenor apesar de não parecer ter tanta importância inicialmente dá a narrativa um sentido de compaixão por parte dos que eram partidários do Mestre de Avis. Ao livrar o bispo da agonia de sua defenestração *os de cima* conseguem dar o mínimo de dignidade que uma figura eclesiástica poderia ter no momento de sua morte dentro de um contexto tão animalesco.

A forma como morre o bispo de Lisboa pode ser considerada horrenda até mesmo para um simples membro da *arraia miuda*. Entretanto, a forma como foi tratado seu corpo após ter sido atirado da Sé de Lisboa é inimaginável para qualquer cristão. Depois de ter sido apedrejado e esfolado pela população furiosa, *o arrastarom pella cidade ... e o levarom ao Ressio, omde comẽçarom de comer os cães, que nom ousava nehui soterrar*.³²¹

A imagem do cão e de ser comido por um cão tem um histórico já conhecido na literatura religiosa. Os cães de guerra, especialmente treinados para atacarem qualquer parte exposta do corpo em uma batalha, foram utilizados principalmente pelos egípcios e pelos assírios milhares de anos atrás. A visão fraternal e carinhosa que temos deste animal nos dias de hoje, nem sempre existiu. Encontramos na mitologia grega, o monstruoso Cérbero, o cão de guarda dos portões de Hades que deixava as almas entrarem mas jamais saírem, além de despedaçar os mortais que resolvessem se aventurar pelo submundo, e Hecate, a deusa da escuridão, que era acompanhada e

³²¹ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 25.

muitas vezes representada por cães e lobos. Além da mitologia grega, encontramos cães horripilantes em lendas escandinavas – como o lobo Garm que era guardião da entrada do submundo – e no folclore céltico, com seus cães voadores que significavam um presságio de morte. Neste sentido, os cães eram vistos não só como os guardiões do limiar de um edifício mas também como do limiar entre a vida e a morte, papel que seria adotado e expandido em lendas europeias posteriores, onde imagens terríficas de caninos lendários reflectiam o terror da própria morte.³²²

Cérbero, por exemplo, aparece também na Divina Comédia de Dante no Inferno dos Gulosos, onde comia insaciavelmente os pecadores que lá estavam. Ramon Llull, em sua obra datada de 1274-76 “Doutrina para Crianças”, recorre à imagem de cães comendo carniça para fazer uma analogia aos Demónios que devoravam homens no Inferno. *Quando fores para fora dos muros da cidade e encontrares as bestas mortas que o homem expulsa para o vale, verás muitos cães, grandes e pequenos, que roerão aquelas bestas, as orelhas, os olhos, a cara, os braços e as pernas, e entrarão do ventre e roerão teus ossos e comerão teu coração e tuas entranhas, então é certo, filho, que cogites nos infernados, que estarão pelos campos e virão os demônios semelhantes aos cães, leões e serpentes, e morderão aqueles homens, suas cabeças, seus braços e seus membros e não poderão morrer nem escapar daquela pena.*³²³

Além da imagem de horror e morte passada pela mitologia ao longo dos tempos, podemos encontrar também mais duas imagens negativas relacionadas aos cães: a de subserviência – do cão para com seu dono – e a de desprezo, levando em consideração os cães vadios que habitavam o cotidiano nas ruas medievais. Nesse sentido ser comido por um cão não era apenas temeroso pela imagem de má morte, tinha também um destino desgraçado de virar esterco. Somado ao desprezo e à humilhação de um destino tão terrível, o facto de não haver um enterro tem uma implicação muito grave para a tradição cristã. Não só não haveria enterro, mas o insulto seria somado à injúria pela

³²² Hazleton, Lesley. *Jezabel: A História Desconhecida da Rainha Meretriz da Bíblia*. Lisboa: Bertrand, 2008, p. 152.

³²³ Llull, Ramon. *Doutrina para Crianças*. Montagem por e-editorial IVITRA e Marfil. Traduzido por Prof. Dr. Ricardo da Costa. Alicante: e-Publishing Studies, Editions and Tranlations, 2010, Cap. XCIX, 10, p. 91.

simples ideia de ser devorado como um cadáver, da sua própria carne se tornar nada mais que comida de cão.³²⁴

Um terceiro aspecto que iremos trabalhar na morte do bispo de Lisboa não pode ser encontrado na morte de Jezabel – talvez pela origem bíblica do texto e da época em que foi escrito apesar do tom luxurioso que tem a história desta personagem – mas pode ser encontrado na morte de sua contemporânea a abadessa do Convento de São Bento de Cástris, D. Joana Peres Ferreirim. Tendo uma morte súbita e sem as honras devidas, a abadessa também foi alvo da fúria popular que impregnava as cidades portuguesas durante a crise de 1383-85. Por ser ela parente e dama da rainha D. Leonor Teles, foi perseguida durante a tomada do castelo de Évora. *Tomado o castello da guisa que dissemos, ficou o poboo da cidade cheo de gramde alvoroço, fora de todo boo costume; começaram de sse mover per brava sanha, multiplicando novos queixumes, contra quem nom avia feito erro ... e amdando o poboo em este alvoroço, sem outra ocupaçom em que depemdessem tempo, naceo huua voz, segumdo alguus rrecomtam, dizendo que GomçallEanes cabreiro, huu dos capitães daquela huniom, falou contra aquell poboo e disse: vaamos matar a aleivosa da Abadessa, que he paremta da Rainha e sua criada.*³²⁵

Tendo feito, inicialmente, esta avaliação dos motivos que levaram o motim enfurecido se virar contra a abadessa, Fernão Lopes, depois, nos dá uma outra visão do ocorrido que na sua opinião *parece mais rrazom: a Abadessa ouvimdo como elles amdavõ daquella guisa e as cousas que faziam, que disse de geito que souberom elles: Ex os bevados! Amdam com sa bevedice, leixadeos vos, ca aimda elles mall ham de achar por estas cousas quem amdam fazemdo.*³²⁶ Nesta segunda exposição das motivações que levaram a população a assassinar a abadessa, Fernão Lopes parece ter uma opinião diferente da primeira quando diz: *Hora, per quall quer guisa que fosse, o levamto contra ella nom em vão; e forom na logo buscar aass casas homde assi pousava.*³²⁷ Nesta passagem, o cronista parece, então, reiterar o que havia dito acerca da falta de

³²⁴ Hazleton, Lesley. *Jezabel: A História Desconhecida da Rainha Meretriz da Bíblia*. Lisboa: Bertrand, 2008, p. 154.

³²⁵ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 79.

³²⁶ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 80.

³²⁷ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 80.

motivos da população e quase chega a justificar o facto desta ter-se voltado contra a Abadessa.

A abadessa estava a ouvir a missa, e ao descobrir que o motim a estava indo ao seu encontro, *meteosse no Tesouro, e tomou a copa em que vão comungar ... e teemdo assi nas mãos abraçandosse com ella, foram na trigosamente buscar aa See, emtramdo todos com grandes braados de seu apellido que tragiam: Abite! Abite!*³²⁸ A cólera a população contra a rainha D. Leonor era tamanha que nem os incansáveis pedidos que a deixassem em paz foram ouvidos. Naquele momento, a abadessa nada mais era do que a personificação do que a rainha representava: uma “Jezabel” “aleivosa” que com seus modos ardilosos conquistou o rei e subiu ao trono impondo suas vontades e satisfazendo suas vaidades. Encontraram-na e a levaram para fora da Sé, *entretanto, ante que chegassem aa porta da escaada, lamçousse huu deles a ella rrijamente, e levoulhe o mamto e as toucas da cabeça, e leixouha em cabelo sem outra cobertura.*³²⁹

No cristianismo, assim como em outras religiões antigas do Médio Oriente, o ato de cobrir a cabeça com um manto ou um véu está associado principalmente à modéstia e recato. Durante a Idade Média, a maioria das mulheres europeias casadas cobriam suas cabeças com uma variedade de tipos diferentes de véus. O véu transmitia uma posição de respeito dentro da sociedade. No entanto, para as freiras, o véu, além do recato e do estatuto, tinha um sentido religioso mais profundo: era o símbolo de devoção a Cristo e à Igreja católica. Sendo assim, arrancar-lhe o véu tinha um sentido muito mais profundo do que apenas a humilhação de ter os cabelos à mostra. Estavam a arrancar seu estatuto de mulher de respeito dentro da sociedade e mais importante, sua posição como abadessa e como cristã.

Esta humilhação, entretanto continua *ante que chegassem a porta primçipall*. Ainda dentro da Igreja, *lamçousse outro homem a ella, e cortou-lhe as falldas de todollos vestidos, em tamto que lhe parecerom as pernas todas, e parte de seus vergonhosos*

³²⁸ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 80.

³²⁹ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 80.

*membros, e assi a tirarom fora da See desomrradamente.*³³⁰ A nudez, aqui, aparece novamente ligada a uma morte. O próprio bispo também teve as *vergonhosas partes descobertas* enquanto seu corpo sem vida era arrastado pela população até ao Rossio. No entanto, existe uma diferenciação entre a nudez da abadessa e a nudez do bispo. Apesar de ambos terem seus corpos profanados, a abadessa passou pela humilhação em vida enquanto o bispo já estava morto. Esse detalhe faz com que o sentido da nudez nas duas situações, além do objectivo claro de humilhação, tenha duas vertentes distintas.

No caso do bispo, podemos perceber um sentido de representação de entidade: *E em esse dia logo alguuas rrefeções pessoas lamçarom ao Bispo onde jazia nuu, huu baraço nas pernas, e chamamdo muitos cachopos que o arrastassem, hia huu rrustico braadamdo deante: Justiça que mamda fazer o nosso Senhor ho Papa Urbano sexto, neste treedor cismático Castellaão, porque nom tinha com a Samta Egreja.*³³¹ O corpo morto nu, neste caso, representa não só a queda de Castela diante do povo português como também a vitória da vertente papal sobre o Antipapa e os cismáticos. Na medida em que o corpo é uma das metáforas privilegiadas da sociedade e do mundo, também estes estão envolvidos na mesma inelutável decadência.³³² Sendo assim, o corpo do bispo é a representação perfeita da decadência das duas instituições que estavam sendo combatidas pelos portugueses na busca da afirmação de seu nacionalismo.

Entretanto, no caso da referência feita à nudez da abadessa podemos intuir um teor sexual de decadência e depreciação do corpo. O horror pelo corpo atinge o auge nos seus aspectos sexuais. O pecado original, pecado de orgulho intelectual, de desafio intelectual a Deus, é transformado pelo cristianismo medieval em pecado sexual. O desprezo pelo corpo e pelo sexo toca assim o seu ponto máximo no corpo feminino. Desde Eva até à bruxa dos fins da Idade Média, o corpo da mulher é o lugar de eleição do Diabo.³³³ Assim como o bispo representava para a população enfurecida a entidade castelhana e o que ela pregoava, a abadessa representava a figura da rainha Leonor, e seus pecados cometidos contra a honra do rei e do reino por conseguinte. A sexualidade

³³⁰ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 80.

³³¹ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 26.

³³² Le Goff, Jacques. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 54.

³³³ Le Goff, Jacques. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 53-54.

e a forma ardilosa como tratava dos assuntos do reino não a deixava atrás da imagem da própria Jezabel.

Além disso, a forma como a abadessa foi morta – *a llevarom pella rrua da Sellaria ataa a Praça; e naquell logar lhe deu huu delles huua cuitelada pella cabeça, de que caiu morta em terra, e desi outros começaram de acuitellar per ella, cada huu como lhe prazia*.³³⁴ – e o desprezo que manifestarem pelo seu corpo – *estomçe a leixarom assi a jazer na Praça, e forom comer, e buscar outros desemfadamentos; e acerca da noite veherom aquelles que a matarom, e lamçaromlhe huu baraço nos pees, e levaromna arrastando ataa o Ressio; açerca do curral das vacas; e leixamdo alli aquell desomrrado corpo*³³⁵ – indicam um sentido de menosprezo pelas vidas dela e do bispo, quase como se fossem animais. Aqui novamente nos deparamos com o ato de comer depois de um ato de crueldade extrema. Para a população, tirar a vida destas pessoas nada mais era do que matar um bicho que ameaça os interesses de uma sociedade.

Entretanto e apesar de toda desonra, profanação e humilhação passado pelos corpos das duas figuras religiosas, Fernão Lopes tenta trazer um pouco de dignidade ao enfatizar que tanto um como outro tiveram algum tipo de soterramento. No caso da abadessa, depois de jazer por horas no Rossio, *alguus que desto ouverom semtido, o tomarom de noite e soterrarom na See ascomdidamente*³³⁶, e no do bispo, *seedo ja delle muito comesto, soterrarõno em outro dia alli no Ressio; ... por tirarem fedor damte suas vistas*.³³⁷ Em ambos os casos vemos que os dois foram soterrados de forma controversa, mas conseguiram fazer a passagem da alma.

O pensamento medieval não comporta a expectativa nem a tolerância pela transgressão dos princípios que asseguram o equilíbrio do mundo que, por isso mesmo, quando surge, assume sempre uma enorme violência: heresia, traição, impiedade.³³⁸ Sendo assim, e levando em consideração todos os aspectos inclusos nas mortes destas duas

³³⁴ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 80.

³³⁵ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 80.

³³⁶ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 80.

³³⁷ Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, p. 26.

³³⁸ Amado, Teresa. *Fernão Lopes - Contador de História: Sobre a Crónica de D. João I*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 34

figuras religiosas dentro do contexto da *Crónica de D. João I* e, somado a isso, fazendo uma analogia à morte e à própria imagem da figura mais odiada da história do cristianismo, podemos concluir que tanto o bispo como a abadessa tiveram um destino próprio de hereges. Sendo eles parte de uma facção tida como traidora, tanto política como religiosamente, suas mortes foram executadas com a fúria e o destino digno de pagãos que, na visão cristã, eram personagens desprezíveis e indignas das honras funerárias cristãs e, com isso, da salvação da alma.

3.7.2. Os Mouros – Morte e infiéis

Ainda levando em consideração o sentido político e religioso das mortes hereges, não podemos deixar de mencionar o papel dos mouros no contexto cronístico do século XV. Como já vimos, o mouro aparece nas crônicas como a parte oposta ao bom cristão da Idade Média. Nesse sentido, quase todas as mortes de mouros descritas nas crônicas ou são ignóbeis ou são hereges. Tendo em vista a imagem religiosa que os cronistas do século XV tinham dos mouros, decidimos, assim, condensar todas elas dentro das mortes hereges, uma vez que os mouros tinham como prática religiosa o islamismo, sendo considerados hereges e infiéis por natureza. Podemos ver várias referências sobre isso nas crônicas: Rui de Pina, por exemplo, ao retratar os feitos de D. Sancho I relembra que o rei *tomou ahos Mouros por força ho castello Delvas, e esta foy há derradeyra couza, que por serviço, e acrecentamento de sua honra, e bom nome fez contra hos infiéis*.³³⁹ Nesse contexto, o conceito de infiel, que tinha nos séculos XII a XIV uma aplicação restrita aos muçulmanos do norte de África, passou a designar todos os inimigos da religião cristã.³⁴⁰

Assim, o simples facto de não serem crentes de Deus e de Jesus Cristo e não seguirem a doutrina cristã da Igreja católica, como vimos, já era motivo suficiente para terem mortes vergonhosas cujo destino da alma era, certamente, a condenação ao Inferno. Podemos ver um exemplo disso na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* quando, no capítulo quarenta e quatro, Zurara relata a luta de Rodrigo Afonso, um dos escudeiros do Rei D. Afonso V e irmão do conde D. Duarte de Meneses, com um mouro e como ele, *com muytas feridas mandou ssua alma ao outro mundo assy como por messageyra das muytas que em breue auynda de fazer aquella uyagem. e o corpo ficou*

³³⁹ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Sancho I*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 63

³⁴⁰ Serrão, J. Verissimo. “Contexto Histórico.” In *História e Antologia da Literatura Portuguesa: século XV*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, p. 16.

*ally tendido sem cabeça por que Rodrigo Affonso. ou auisado per seu yrmãao ou por contentar a ssy meesmo a leuou cortada pellos cabellos na mão.*³⁴¹ Ainda nesse contexto, Pina descreve a morte de um rei mouro, o qual *jáa desesperado da honra, e da vida ferio apressadamente seu cavalo das esporas, e fogio, e passando por hum peguo do rio afogouosse nelle, onde depois o acharam morto.*³⁴²

Um outro exemplo de morte ignóbil de um importante mouro é a do príncipe Abomelich. Rui de Pina retrata a incursão cristã feita ao acampamento de Abomelich de forma tão fortuita e banal que a imagem que passa de Abomelich é de um príncipe despreparado e arrogante. Pina descreve a situação dizendo que os mouros por sua *perigosa, & louca confiança de todo estava despercebido, a qual sem cōntradiçam algua, logo foy entrado, roto, & desbaratado, & os Mouros delle que escapauão de mortos, & captiuos como desacordados se puzerão todos em fugida contra Aliazira sem algua lembrança de salvação do Infante Abomelich seu Senhor, que a pê, & desamparado ficou no Arrayal.*³⁴³ Essa imagem é ainda mais acentuada quando Pina descreve a morte do príncipe que, ao fingir-se de morto em meio a outros corpos, foi mortalmente ferido por um cristão que o confundiu com alguém que estava agonizando.

3.8. Do Amor à Morte – As consequências do assassinato de Inês de Castro nas mortes de D. Afonso IV e D. Pedro I

Diante da necessidade de uma análise mais detalhada desta morte, reservamos um subcapítulo à parte dedicado a analisá-la, sem, contudo, estabelecer uma caracterização específica do tipo de morte. Tendo em vista o teor dúbio tanto da vivência da relação entre D. Pedro e D. Inês, como da morte de D. Inês e de toda a situação decorrente dela, não poderíamos deixar mencionar na nossa análise, nossa perspectiva acerca da mesma. Vale destacar que nosso intuito não é debater acerca da veracidade dos factos ou analisar a relação amorosa entre os dois, para isso já existem inúmeros estudos.³⁴⁴

³⁴¹ Pina, Rui de. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, p. 137.

³⁴² Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso III*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 186.

³⁴³ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso IV*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 426.

³⁴⁴ Asensio, Eugenio, “Inês de Castro: de la crónica al mito”, *Estudios Portugueses*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1974; Fonseca, Gondim. *Inês de Castro (1310?-1355): a verdade histórica e a realidade psíquica, após seis séculos de fantasia e nevoeiro*. Madison: Universidade de Wisconsin, 1957; Sousa, Maria Leonor Machado. *Inês de Castro na*

Nosso objectivo, aqui, é analisar a forma como a morte de D. Inês é retratada nas crónicas de Rui de Pina e de Fernão Lopes de uma forma indirecta para realçar ou justificar os aspectos referentes às mortes dos envolvidos em sua morte, como por exemplo o rei D. Afonso IV, seus assassinos e o próprio D. Pedro.

Nesse sentido, apesar de não encontrarmos descrições acerca do momento da morte de D. Inês em Fernão Lopes, Rui de Pina dedica um capítulo inteiro à sua morte na *Crónica de D. Afonso IV*. No entanto, o capítulo parece estar posicionado na crónica de uma forma muito conveniente como se fosse escrito com um objectivo específico. Durante a descrição, Pina faz algumas referências que parecem não só justificar a atitude do rei, como também, de forma manipulativa, estabelece uma certa relação de culpa entre o facto de D. Pedro não ter assumido o casamento com D. Inês e a morte dela. Levando isso em consideração, logo no início do capítulo, Pina afirma que D. Pedro *em vida sempre negou que o casamento entre elles era feyto, nem tam pouco quis com outra molher cazar, para que dava escusas, & pejos que a sò sua vontade, & affeyçam sem mais razoes favoreciam*,³⁴⁵ justificando *que o pejo principal que se diz que tinha pera a nam declarar por molher, era por ella não ser filha legitima de D. Pedro de Castro, mas de huma sua manceba*.³⁴⁶ Ainda nesse sentido, Pina nos faz acreditar que a morte de D. Inês poderia ter sido evitada caso D. Pedro tivesse assumido seu casamento de forma legítima: tendo sido aconselhado *que pera que asaluasse, ou segurasse em tal lugar que sua visa não coresse risco, elle dito Infante a vendo que tudo eraõ meações, terrores, que se não aviaõ assim de executar, como se praticauaõ, & sem nunca querer declarar, & afirmar que era com ella cazado, nunca quis aisso obedecer, & sobre isso era posto com ElRey seu pai em grandes desvayros*.³⁴⁷

No texto, Pina reafirma a influência que D. Inês possuía sobre o herdeiro da coroa, bem como seus irmãos, que se tornaram cada vez mais próximos de D. Pedro. Diante disso, Pina expõe a preocupação do rei e o receio de que a vida de seu neto, herdeiro legítimo de D. Pedro, possa estar sendo colocada em risco juntamente com a sucessão futura do trono português. Esta preocupação coloca em destaque uma prioridade patriótica que viria a justificar uma decisão considerada tão severa e injusta: *elRey pera segurança da*

Literatura Portuguesa. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.

³⁴⁵ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso IV*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 464.

³⁴⁶ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso IV*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 465.

³⁴⁷ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso IV*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 465.

*vida de seu netto o Infante D. Fernando, & por asesego, & conservação de seus Reynos, & das cousas de sua coroa que por respeyto da dita Donna Ines se poderaõ alhear (...).*³⁴⁸

Sendo assim, nesse contexto, a morte de D. Inês aparece, na verdade, como uma parte da própria preparação da morte do rei. Como vimos, deixar tratadas as pendências do reino era uma das prioridades para se fazer um bom trespasse. Pina confirma esse facto ao referir *que a ora da morte de ElRey Dõ Afonso que nõ podia muyto tardar pois era ja muy velho a nõ leixasse no Reyno viva, & seu filho Infante Dom Pedro não ficasse em seu poder della.*³⁴⁹ Percebemos, dessa forma, que havia uma certa urgência na resolução dessa situação uma vez que a morte do rei era algo que não tardaria. Além disso, o próprio texto funciona como uma forma de retratar a imagem do rei justificando sua decisão de mandar matar D. Inês, uma vez que sua morte foi considerada *a mais abominavel crueza* e, a mesma, na altura em que o texto foi escrito, era rainha póstuma e tinha uma imagem positiva e lendária dentro do contexto histórico da época. Vemos essa imagem lendária, principalmente em Fernão Lopes, que apesar de em nenhum dos capítulos mencionados D. Inês estar presente como personagem, como não está em lugar algum da crónica, tendo morrido três anos antes do começo do reinado, sua memória, por força da duração da sua lembrança incólume na mente do rei, atravessa todo o discurso da *Crónica de D. Pedro I.*³⁵⁰ Sua omnipresença na crónica, assim, é determinante para entendermos a figura de D. Pedro, além de reafirmar a própria imagem de D. Inês, uma vez que D. Pedro, príncipe e rei sempre aclamado e querido pelo povo, conhecido como “o Justo”, a havia nomeado como rainha mesmo depois de morta.

O capítulo final, que trata da morte de D. Pedro e do traslado do corpo de D. Inês, começa com um inesperado louvor, ostensivamente literário, da pureza e intensidade desse “verdadeiro amor”, que se percebe depois servir de pretexto à descrição do cortejo que transportou o corpo de Inês, de Coimbra para Alcobaça:³⁵¹ *porque semelhante amor quall el-rrei dom Pedro ouve a dona Enes rraramente he achado em alguua pessoa,*

³⁴⁸ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso IV*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 465.

³⁴⁹ Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Afonso IV*. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 465.

³⁵⁰ Amado, Teresa. *O Passado e o Presente: Ler Fernão Lopes*. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 64.

³⁵¹ Amado, Teresa. *O Passado e o Presente: Ler Fernão Lopes*. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 64.

*porém disserom os antiigos que nehuu he tam verdadeiramente amado como aquell cuja morte nom tira da memoria o grande espaço do tempo.*³⁵²

Levando em consideração a morte de Álvares Gonçalves e Pero Coelho, é possível entender a necessidade de se enaltecer o amor que o rei possuía por D. Inês no intuito de justificar a forma desumana com a qual D. Pedro se vingou de sua morte. Assim, o odioso perjúrio, a barbaridade das mortes dos dois culpados da morte dela (de Inês), tudo ganha sentido quando se entende que, acima de tudo, foram provas de amor.³⁵³ Em toda a crónica, D. Pedro é visto como um bom e justo monarca. No entanto, a forma como quebrou a promessa feita ao pai em seu leito de morte ao se vingar dos assassinos de D. Inês foi de tamanha crueldade que o próprio Fernão Lopes critica o rei em sua crónica: *muito perdeo el-rei de sua boa fama por tall escambo como este, o quall foi avudo em Purtugall e em Castella por mui grande mal.*³⁵⁴ Podemos considerar, assim, que apesar de D. Pedro ter cometido uma falta muito grave, esta é justificada pelo tamanho do amor que tinha por D. Inês. Nesse sentido, vemos que Fernão Lopes faz questão de iniciar o capítulo referente à sua morte enfatizando seus sentimentos e enaltecendo a história de amor vivida por ambos no intuito de justificar a falta cometida em vida facilitando, assim, a construção de uma morte digna deste rei.

Em ambos os casos, tanto a morte de D. Afonso IV como a morte de D. Pedro, não possuem grandes descrições acerca dos rituais de preparação de forma direta. No entanto, a imagem de D. Inês e de sua morte, que precedem as mortes destes monarcas, acaba por, de certa forma, fundamentar a boa morte de ambos, reafirmando suas imagens através da justificação de seus atos.

³⁵² Lopes, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007, p. 195.

³⁵³ Amado, Teresa. *O Passado e o Presente: Ler Fernão Lopes*. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 69.

³⁵⁴ Lopes, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007, p. 145.

4- Considerações Finais

Como podemos perceber, as mortes nas crônicas não eram descritas de forma imparcial e informativa. Nelas podemos encontrar sempre um teor social e religioso que lhes confere uma função interpretativa e literária relacionada à cultura ocidental criada em torno da Igreja católica.

Como vimos, com a evolução de um mundo que oferece aos cristãos gozos terrenos cada vez mais numerosos, a Igreja escolheu a palavra³⁵⁵ para catequizar seus seguidores, assumindo, assim, o controle do pensamento medieval ocidental. Este pensamento dominante, tal como se exprime na literatura, tanto eclesiástica como laica, desse período, conheceu, relativamente à morte, dois extremos: a lamentação acerca da brevidade das glórias terrenas e o júbilo pela salvação da alma.³⁵⁶ Esses dois aspectos incorporam um vasto enredo de iconografias que, em conjunto, formam a estrutura da concepção que permeava o pensamento medieval acerca da morte. Além disso, durante a segunda metade da Idade Média, do século XII ao século XV, fez-se uma aproximação entre três categorias de representações mentais: as da morte, as do conhecimento por cada um da sua própria biografia e as do apego apaixonado às coisas e aos seres possuídos durante a vida.³⁵⁷

Estas representações mentais, bem como a iconografia que as rodeava, estavam inerentes em todos os aspectos culturais da vida de um indivíduo. Assim, as mortes descritas nas crônicas medievais do século XV estavam recheadas de simbologia que remetia para a ideia disseminada pela Igreja católica acerca da cosmologia que envolvia o culto da morte.

Nesse sentido, fomos buscar nas crônicas portuguesas do século XV, nomeadamente as que foram escritas pelos cronistas oficiais do reino, algumas mortes que reflectiam esse pensamento medieval levando em consideração os aspectos culturais referidos. Ao longo da análise pudemos perceber que a forma como as mortes eram descritas estava, até certo ponto, relacionada com as atitudes que os indivíduos haviam tomado em vida,

³⁵⁵ Le Goff, Jacques. *A Bolsa e a Vida*. Lisboa: Teorema, 1986, p. 13.

³⁵⁶ Huizinga, Johan. *O Declínio da Idade Média*. Lisboa: Ulisseia, 1996, p. 157.

³⁵⁷ Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa Teorema, 2010, p. 41.

mas, ainda mais importante, estava relacionada com a imagem social que supostamente um indivíduo deveria configurar.

Tendo isto em vista, utilizamos as crónicas de Fernão Lopes, Gomes Enes de Zurara e Rui de Pina para montar uma classificação de tipos de mortes baseada no conceito de “boa morte” trabalhado por Philippe Ariès em torno da iconografia medieval sobre a morte, analisando cada umas das mortes escolhidas de acordo com sua importância para a fundamentação histórica e social do cronista.

Dentro desta classificação, conseguimos identificar que os referidos cronistas utilizavam os aspectos religiosos em torno da morte como ferramentas para construir o ambiente social do reino e para delinear de forma indirecta o carácter das personagens envolvidas, destacando as mortes mais convenientes para esta finalidade.

Por último, devemos referir que em momento algum do nosso trabalho tivemos o intuito de diminuir a importância histórica destas obras ou de colocar em cheque a veracidade dos factos narrados pelos cronistas. Nosso foco de estudo não passa por essa área investigativa. Nosso objectivo, pelo contrário, é de destacar a forma brilhante como os cronistas se utilizam da linguagem, das fontes e das ferramentas que tinham disponíveis para atingir o objectivo literário de enaltecer a imagem dos reis portugueses e consequentemente manter a memória honrosa com a qual se desenvolveu a história e a cultura portuguesas.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

Anônimo. *Tratado da vida e martyrio dos cinco Martires de Marrocos enviados per são Francis*. Coimbra, 1568.

Bíblia Sagrada. Primeiro Livro dos Reis. S Ed. de Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012.

Bíblia Sagrada. Segundo Livro dos Reis. Ed. de Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012.

Llull, Ramon. *Doutrina para Crianças*. Ed. e- editorial IVITRA e Marfil. Trad. Prof. Dr. Ricardo da Costa. Alicante: e-Publishing Studies, Editions and Tranlations, 2010.

Lopes, Fernão. *Chronica de El-Rei D. Fernando*. Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1896.

---. *Crónica de D. Pedro I*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007.

---. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915.

Pina, Rui de. *Crónica de D. Afonso II*. In *Crónicas de Rui de Pina*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 71-111.

—. *Crónica de D. Afonso III*. In *Crónicas de Rui de Pina*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 157-202.

—. *Crónica de D. Afonso IV*. In *Crónicas de Rui de Pina*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 319-469.

—. *Crónica de D. Afonso V*. In *Crónicas de Rui de Pina*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 577-881.

—. *Crónica de D. Dinis*. In *Crónicas de Rui de Pina*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 209-312.

—. *Crónica de D. Duarte*. In *Crónicas de Rui de Pina*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 477-575.

—. *Crónica de D. João II*. In *Crónicas de Rui de Pina*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 883-1033.

—. *Crónica de D. Sancho I*. In *Crónicas de Rui de Pina*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 3-70.

- . *Crónica de D. Sancho II*. In *Crónicas de Rui de Pina*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 117-151.
- . *Crónica do Rei D. Afonso II*. In *Crónicas de Rui de Pina*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, pp..
- Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.
- . *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Ed. Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978.
- . *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Ed. Maria Teresa Brocado. Braga: Fundação Clouste Gulbenkian, 1997.
- . *Crónica dos Feitos de Guiné*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949.

ESTUDOS

- Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu de. *O Papel da Memória na Pedagogia da Morte (século XV)*. Tese de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca: Universidade Estadual Paulista, 2013.
- Amado, Teresa. *Fernão Lopes - Contador de História: Sobre a Crónica de D. João I*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- . *O Passado e o Presente: Ler Fernão Lopes*. Lisboa: Editorial Presença, 2007.
- Ariès, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa: Teorema, 2010.
- . *O Homem Perante a Morte*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1988.
- Arnaut, Salvador Dias. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. Porto: Civilização, 1966, pp. IX - XXIV.
- Barroca, Mário Jorge. “Memórias.” In Mattoso, José (dir.). *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, pp. 418-449.
- Barros, José d'Assunção. “Heresias entre os séculos XI e XV: Uma revisitação das fontes e da discussão historiográfica – notas de leitura.” *Arquipélago*, 2007, pp. 125-162.
- Brocado, Maria Teresa. “Introdução.” In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 9 - 20.
- Carpentier, Jean e François Lebrun. *História da Europa*. Trad. Manuel Ruas. 3ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2002.

- Carvalho, Elisa Maria Domingues da Costa. “A Morte Régia em Portugal na Idade Média: Aspecos Rituais e Atitudes Perante a Morte.” *Cadernos do Noroeste*, 1996, pp. 157-248.
- Cintra, Luis F. Lindley. “Prefácio.” In Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, pp. 7 - 17.
- Clara, Carlos José da Silva Santa. “Melancolia: da antiguidade à modernidade – uma breve análise histórica.” *Mental* [em linha], 2009, VII. [Data de consulta: 28 de fevereiro de 2015] Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=42020844006>>.
- Coelho, António Borges. “Prefácio.” In Pina, Rui de. *Crónica do Rei D. Duarte*. Lisboa: Editorial Presença, 1966.
- "Crónica de El-Rei D. Fernando". *Infopédia* [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Data de consulta: 23 de agosto de 2014]. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$Crónica-de-el-rei-d.-fernando](http://www.infopedia.pt/$Crónica-de-el-rei-d.-fernando)>.
- Duarte, Isabel Margarida. “O Relato de Discurso na Crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eannes de Zurara.” *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, pp. 207 - 215.
- Duby, Georges. “Heresias e Sociedades na Europa Pré-Industrial, séculos XI-XVIII.” *Idade Média – Idade dos Homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 175-184.
- Ferreira, Letícia Schneider. “O Feminino, o Pecado da Luxúria e o Sacramento do Matrimônio.” *AEDOS*, 2011, pp. 167-176.
- Ferreira, Maria Ema Tarracha. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónicas*. Lisboa: Verbo, 2005, pp. 7 - 59.
- Figueiredo, Albano. “Viagem, Cavalaria e Conquista na Crónica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara.” In *Modelo : Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 26-33.
- Fonseca, Luis Adão da. “Lisboa Medieval e seu Termo.” *Lisboa Subterrânea*, Lisboa: Lisboa 94, 1994, pp. 86-91.
- Freire, Anselmo Braamcamp. “Introdução.” In Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom Joham I - Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1915, pp. V - XLIV.
- Le Goff, Jacques. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- . *A Bolsa e a Vida*. Lisboa: Teorema, 2006.

- . *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- Hazleton, Lesley. *Jezabel: A História Desconhecida da Rainha Meretriz da Bíblia*. Lisboa: Bertrand, 2008.
- Huizinga, Johan. *O Declínio da Idade Média*. Lisboa: Ulisseia, 1996.
- King, Larry. "Introdução." In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, pp. 21 - 40.
- Pacheco, Milton Pedro Dias. "Os proto-mártires de Marrocos da Ordem de São Francisco." *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 2009, n. 15, pp. 85-108.
- Pereira, Edivaldo. *Igreja e Denominações: Por que Tanta Diferença*. São Paulo: Baraúna, 2010.
- Pereira, Francisco Maria Esteves. "A vida de Gomes Eanes de Zurara." In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, pp. VII - LXXIV.
- Peres, Damião. "Introdução." In Lopes, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1965, pp. IX - XXXI.
- Rosa, Maria de Lurdes. "A Morte e o Além." In Mattoso, José (ed.). *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, pp. 402 - 417.
- Russel, Peter Edward. *As Fontes de Fernão Lopes*. Coimbra: Editora Coimbra, 1941.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. "Contexto Histórico." *História e Antologia da Literatura Portuguesa: século XV*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 11 - 19.
- . *Cronistas do Século XV posteriores da Fernão Lopes*. Ed. António Quadros. Maia: Ministério da Educação e Cultura, 1989.
- Sousa, Armindo de. *A Morte de D. João I - Um tema de propaganda dinástica*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984.
- Vila-Chã, João J. "Igreja de Mártires - o martírio como símbolo e condição do ser-cristão." *Revista Lusófona de Ciência da Religião*, 2009, pp. 27-38.